

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



JOSÉ PEDRO QUIRIMPEIRO

Aspirante a Oficial da Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

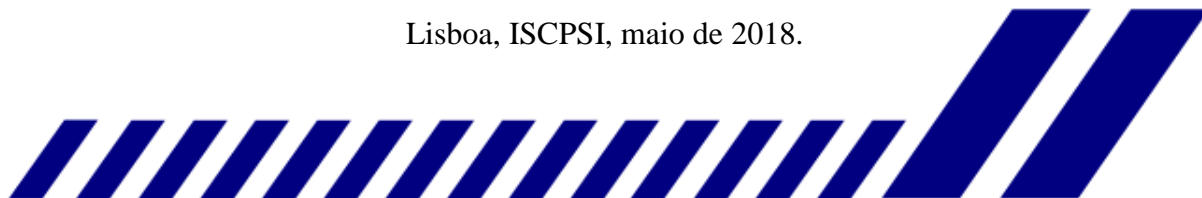
XXX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A ATUAÇÃO DA POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE NA
MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DA ORDEM PÚBLICA EM
REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO**

Orientador: **PROFESSOR DOUTOR SUPERINTENDENTE LUÍS MANUEL ANDRÉ ELIAS**

Coorientador: **PROFESSOR DOUTOR JOÃO FERNANDO DE SOUSA MENDES**

Lisboa, ISCPSI, maio de 2018.



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

JOSÉ PEDRO QUIRIMPEIRO

Aspirante a Oficial da Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A ATUAÇÃO DA POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE NA
MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DA ORDEM PÚBLICA EM
REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO**

Orientador: **PROFESSOR DOUTOR SUPERINTENDENTE LUÍS MANUEL ANDRADE ELIAS**

Coorientador: **PROFESSOR DOUTOR JOÃO FERNANDO DE SOUSA MENDES**

Lisboa, ISCPSI, 07 de maio de 2018.



Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Autor: José Pedro Quirimpeiro

Curso: XXX – Mestrado Integrado em Ciências Policiais

Título da obra: A Atuação da Polícia da República de Moçambique na Manutenção e Reposição da Ordem Pública em Reuniões e Manifestações.

Orientador: Professor Doutor Superintendente Luís Manuel André Elias

Coorientador: Professor Doutor João Fernando de Sousa Mendes

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: 07 de maio de 2018



EPÍGRAFE

Quando há vontade, até os Deuses ajudam!

Domingos Urbano Duarte

(Intendente da PSP)

DEDICATÓRIA

A minha mãe, meus filhos, meus tios, sobrinhos e amigos
Que sempre me apoiaram e acreditam em mim.

AGRADECIMENTOS

Chegado ao fim do curso e do trabalho final, quero agradecer a minha Polícia, a PRM que me deu a oportunidade de fazer este curso. Ao Senhor Superintendente e Professor Doutor Luís Manuel Andrade Elias e ao Senhor Professor Doutor João Fernando de Sousa Mendes, que durante esta maratona de investigação deram o seu contributo para que o trabalho fosse bem-sucedido.

A Deus, aos meus pais, Pedro Quirimpeiro, Marieta Luís, ao meu padrasto Paulo Muhurucua pelo sacrifício realizado em prol da minha educação, para formar um homem com bons valores na sociedade, a eles vai o meu agradecimento e garantidamente os vossos ensinamentos ficarão eternamente nas memórias dos vossos filhos. Meus pais, continuem a descansar em paz. Também agradeço aos meus filhos Marieta e Cristóvão, minha esposa Amina Artur, meus irmãos, Maria, Elisa, Amélia, Rosa, Salimo, ao meu cunhado Lázaro pela força, alegria e amor que me transmitiram diariamente para que me sentisse em casa e ligado ao ambiente familiar.

Agradecer aos Oficiais desta casa, a (PSP), sobretudo o Senhor Superintendente-Chefe José de Oliveira, pelo facto da obra cognominada A Manutenção da Ordem Pública em Democracia ser inspiração do meu trabalho. Ao Superintendente-Chefe Pedro Clemente, ao Senhor Intendente Sérgio Felgueiras e ao Professor Doutor Manuel Guedes Valente, que também escreveram sobre a matéria. Excelências, endereço-vos os meus agradecimentos.

Agradeço aos Oficiais da PRM e da PSP que contribuíram com as suas ideias no trabalho prático (entrevistas), Excelências, a vós vai o meu muito obrigado pelas vossas opiniões porque foram determinantes durante a investigação. Aos colegas do XXXº CFOP que tanto me ajudaram, deram o calor nos momentos felizes e infelizes neste percurso dos divertidos cinco anos, camaradas e amigos aceitem os meus abraços e muito obrigado, vou convosco nas minhas memórias.

Simplemente obrigado mãe Marieta por nos criar e nos transmitir boa educação.

A TODOS OS MEUS PROFUNDOS AGRADECIMENTO!

RESUMO

Nos momentos em que vivemos, a defesa dos direitos de liberdade de expressão frutos do democratismo tornam-se cada vez mais preponderantes num Estado de Direito. Assim sendo, a democracia é vista como sinónimo de reunião ou manifestação, quer seja pacífica, violenta, inopinadas ou com pré-aviso. A gestão destes eventos face aos novos riscos e ameaças para a ordem e tranquilidade públicas exigem muito empenho por parte das Autoridades policiais, servidores de segurança pública em Moçambique.

Nestes eventos de cariz democrático, em que se verificam riscos, em termos de segurança, pois por diversas vezes o exercício do direito de reunião e manifestação colide com outros direitos, a atuação policial deve-se pautar meramente pela preservação da ordem e de tranquilidade públicas, respeitando os direitos e liberdades dos cidadãos, porque finalmente a atividade da Polícia é vigiada por várias instituições democráticas. Havendo necessidade de alteração do atual modelo orgânico operacional da Polícia da República de Moçambique (PRM) que só confere a Unidade Intervenção Rápida (UIR) como única força de reposição de ordem pública em caso de desordem pública em Moçambique, a resposta policial da unidade de elite tem sido ineficaz, aliado a longas distâncias que tem percorrido para o interior dos Distritos, porque a UIR encontrar-se sedeadas nas capitais provinciais.

Face a isso, para melhorar o atual problema que assola a PRM e os cidadãos em geral, importa aludir à reorganização da atual estrutura orgânica, criando-se uma força intermediária nos Comandos distritais mais desenvolvidos do país, com enfoque nos Distritos com históricos de conflito político armado, incluindo as capitais provinciais. A criação duma força inferior à UIR e superior à Polícia de Proteção (PP), para além de dar rápida resposta policial, atuará de forma proporcional atendendo ao nível de escalada de desordem, porque atualmente a UIR é chamada a responder em situações menos graves, limitando o exercício do direito de reunião e manifestação.

PALAVRAS-CHAVE: polícia; ordem pública; liberdade de expressão; limites da atuação policial; liberdade e segurança; tolerância; formação.

ABSTRACT

Currently the defence of the rights of freedom of expression as a result of democracy is becoming more prevalent, as time goes by, in the Rule of Law. Thus, democracy is seen as synonymous of a meeting or a demonstration, whether they are peaceful, violent or unplanned or even with pre-warning signs. The management of these events, facing new risks and threats to public order and tranquillity require a lot of commitment from the police authorities, the ones that serves public security in Mozambique. In these democratic events, the concept of null risk does not exist and on several occasions the exercise of the right of assembly and demonstration conflicts with other rights, police action must be guided by the preservation of order and tranquillity regarding the respect for the rights for freedom of citizens, because ultimately, the police activity is audited and controlled by various entities.

If there is a need to change the current operational organic model of the Polícia da República de Moçambique (PRM), that confers to Unidade Intervenção Rápida (UIR) the only public order replacement force in case of popular disorder in Mozambique, the response of the elite unit has been ineffective, allied with the long distances that it needs to travel to the interior of the Districts, because it is based in the provincial capitals. Facing this, in order to improve the current problem of the PRM, it is important to refer to the reorganization of the current structure, creating an intermediary force in the most developed District Commands of the country, invoking the Districts with stories of armed political conflict, including the provincial capitals.

The creation of a lower force than UIR and a superior to the Protection Police (PP), in addition to providing a rapid police response, will act in a proportional way taking into account the level of escalation of disorder, because currently the UIR is called to respond in less serious situations, limiting the exercise of the right of assembly and demonstration.

KEYWORDS: police; public order; limits of police action; freedom and security; tolerance; formation.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE.....	I
DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
ÍNDICE GERAL.....	VI
ÍNDICE DE QUADROS.....	X
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	XI

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO..... 1

1.1 INTRODUÇÃO.....	1
1.2 CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO	2
1.3 PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO	3
1.3.1 PERGUNTA DE PARTIDA	4
1.4 OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO	5
1.5 HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO	5
1.6 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	6
1.7 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS	7

CAPÍTULO 2: REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO..... 9

2.1 INTRODUÇÃO.....	9
2.2 O CONCEITO DE POLÍCIA	9
2.3 REUNIÃO (Conceito)	11
2.4 MANIFESTAÇÃO (Conceito).....	11
2.5 REGIME JURÍDICO DAS REUNIÕES E MANIFESTAÇÕES EM MOÇAMBIQUE	12

2.6 REUNIÕES E MANIFESTAÇÕES PRIVADAS ABERTAS AO PÚBLICO: RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA	13
2.7 REUNIÕES E MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS: RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA.....	14
2.7.1 QUANTO AO AVISO DA REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO	15
2.7.2 RESTRIÇÕES QUANTO AO LOCAL E TEMPO.....	16
2.7.3 DECISÃO DE PROIBIÇÃO, INTERRUÇÃO E ALTERAÇÃO DO TRAJETO.....	17
2.7.4 QUANTO AO USO E PORTE DE ARMA	18
2.7.5 REGIME SANCIONATÓRIO DAS REUNIÕES E MANIFESTAÇÕES.....	19
2.8 RESUMO CAPITULAR	20

CAPÍTULO 3: MODELO DE ESTRUTURA OPERACIONAL DA PRM..... 22

3.1 INTRODUÇÃO.....	22
3.2 HISTÓRIA DA EVOLUÇÃO DA PRM	22
3.3 A VIOLÊNCIA COMO O PODER DO ESTADO	24
3.4 NOVAS ABORDAGENS DOUTRINÁRIAS DA DEFESA DOS DIREITOS DO HOMEM.....	24
3.5 DA SEGURANÇA AO CONCEITO DA ORDEM PÚBLICA.....	25
3.6 A ORGANIZAÇÃO DA PRM EM MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA.	26
3.7 A ESTRUTURA OPERACIONAL DA PRM	26
3.8 AS FUNÇÕES DA PRM NA MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DA ORDEM PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE	27
3.9 A ATUAÇÃO DA PRM ANTES DA REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO	28
3.10 ATUAÇÃO DA PRM DURANTE A REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO.....	30
3.11 ATUAÇÃO DA PRM DEPOIS DA REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO.....	32
3.1.RESUMO CAPITULAR	33

CAPÍTULO 4: MODELO DE ESTRUTURA OPERACIONAL DA PSP..... 34

4.1 INTRODUÇÃO.....	34
4.2 ESTRUTURA ORGÂNICA DA PSP	34
4.3 NÍVEIS DE COMANDO E CONTROLO DA FORÇA NA PSP	36

4.4 NÍVEIS DE INTERVENÇÃO DE FORÇA EM CENÁRIOS DE ALTERAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA PSP	38
4.4.1 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS QUANTO AO USO DE MEIOS COERCIVOS EM MISSÕES CONJUNTA ENTRE (EIR/CI)	40
4.5 MISSÕES GERAIS E ESPECÍFICAS DAS EIR NA MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE ORDEM PÚBLICA	41
4.5.1 COMPOSIÇÃO DAS EIR.....	42
4.5.2 MEIOS DE TRABALHO E MODELO DE RECRUTAMENTO	43
4.6 SÍNTESE CAPITULAR.....	43

CAPÍTULO 5: TRABALHO DE CAMPO E RESULTADOS..... 45

5.1 INTRODUÇÃO.....	45
5.2 OBJETIVOS DO ESTUDO PRATICO	45
5.3 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	46
5.3.1 ENTREVISTA	46
5.3.2 VALIDAÇÃO DAS ENTREVISTAS	47
5.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	47
5.4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO	48

CAPÍTULO 6: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 51

6.1 INTRODUÇÃO.....	51
6.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES	51
6.3 CONFIRMAÇÃO DOS OBJECTIVOS.....	54
6.4 RESPOSTA AO PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO	54
6.5 PROPOSTA DE UM MODELO.....	55
6.6 CONCLUSÕES FINAIS	57
6.7 RECOMENDAÇÕES.....	60
6.8 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	61
6.9 INVESTIGAÇÕES FUTURAS	61
BIBLIOGRAFIA	63

APÊNDICE DE ENTREVISTAS 68

Apêndice A: Pedido de autorização para realização de entrevista na PRM.....	69
Apêndice B: Pedido de autorização para realização de entrevista na psp	71
Apêndice C: Modelo de nota introdutória de entrevista.....	73
Apêndice D: Guião de entrevista.....	74
Apêndice E: Entrevista do Exmo. Sr. adjunto de superintendente Zeferino António Zandamela	75
Apêndice F: Entrevista do Exmo. Sr. Adjunto Superintendente da Polícia Manuel Simão Jacobe.	77
Apêndice G: Entrevista do Exmo. Sr. Superintendente-Chefe Manuel Magina da Silva-PSP	79
Apêndice H: Entrevista do Exmo. Sr. Intendente Alberto Pinto-PSP.....	81
Apêndice I: Entrevista do Exmo. Sr. Subcomissário Nelson Tiago Carvalho da Silva-PSP	85

Apêndice J: Grelha de Análise de Conteúdo 87

Análise de Conteúdo da pergunta 1	88
Análise de Conteúdo da Pergunta 2.....	89
Análise de Conteúdo da Pergunta 3.....	90
Análise de Conteúdo da Pergunta 4.....	91
Análise de Conteúdo da Pergunta 5.....	92
Análise de Conteúdo da Pergunta 6.....	93

ANEXO A: Lei nº 16/2013, de 13 de agosto, Lei da PRM..... 94

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo de pergunta 1	88
Quadro 2: Análise de conteúdo final da pergunta 1 da entrevista	88
Quadro 3: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da pergunta 2	89
Quadro 4: Análise de conteúdo final da pergunta 2 da entrevista	89
Quadro 5: Matriz de acromática de unidade de contexto e de registo de pergunta 3...	90
Quadro 6: Análise de conteúdo final da pergunta 3 de entrevista	90
Quadro 7: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da pergunta 4	91
Quadro 8: Análise de conteúdo final da pergunta 4 da entrevista	91
Quadro 9: Matriz acromática das unidades de contexto e de registo da pergunta 5.....	92
Quadro 10: Análise de conteúdo final da pergunta 5 da entrevista	92
Quadro 11: Matriz de cromática das unidades de contexto e de registo da pergunta 6	93
Quadro 12: Análise de conteúdo final da pergunta 6 da entrevista	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIPOL	Academia de Ciências Policiais – Moçambique
AJ	Autoridades Judiciárias
Al.)	Alíneas
Art.º	Artigo
BPR	Brigada de Prevenção Criminal
CC	Código Civil
CCCE	Centro de Controlo e Comando Estratégico
CCCO	Centro de Comando e Controlo Operacional
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos do Homem
CGPRM	Comando Geral da Polícia da República de Moçambique
CI	Corpo de Intervenção
CP	Carro de Patrulha
CPM	Corpo da Polícia de Moçambique
CPM	Código Penal Moçambicano
CPPM	Código Processual Penal Moçambicano
CPPP	Código de Processo Penal Português
CRM	Constituição da República de Moçambique
CRP	Constituição da República Portuguesa de 1976
DH	Direitos do Homem
DII	Departamento de Informações Internas
DL	Decreto-lei

DLG	Direitos de Liberdade e Garantia
DN/PSP	Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
DO	Departamento de Operações
DP	Departamento de Ordem
DPP	Departamento de Polícia de Proteção
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
EIFP	Esquadra de Intervenção Fiscalização Policial
EIR	Equipa de Intervenção Rápida
FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FIR	Polícia de Intervenção Rápida
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FS	Forças de Segurança (FS)
GOC	Grupo Operacional Cinotécnico
GOE	Grupo de Operações Especiais
IC	Investigação Criminal
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
ISCPSI-ICPOL	Centro de Investigação Policial do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna- Portugal
LSI	Lei de Segurança Interna
INEM	Instituto Nacional de Imergência Médica
MAI	Ministério de Administração Interna
MINT	Ministério do Interior
Moç.	Moçambique
NATO	Organização do Tratado Atlântico Norte
Nº	Número

ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Ordem Pública
OPC	Órgão de Polícia Criminal
p.	Página
PGR	Procuradoria- Geral da República
PIDCP	Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos
PP	Polícia de Proteção
pp.	Páginas
PPM	Polícia Popular de Moçambique
PRM	Polícia da República de Moçambique
PSP	Polícia de Segurança Pública
PT	Portugal
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
Séc.	Século
SERNIC	Serviço Nacional de Investigação Nacional
TPI	Tribunal Penal Internacional
UEP	Unidade Especial da Polícia
UIR	Unidade de Intervenção Rápida
UOER	Unidade de Operações Especiais de Reserva

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

Moçambique é um Estado de Direito Democrático constitucionalmente instituído, de respeito pela pessoa humana. Assim sendo, o Estado como servidor da segurança e de tranquilidade públicas, deve criar condições e mecanismos de manutenção, controlo de ordem pública segurança das pessoas no seu convívio privado, aberto ao público e ao público, de acordo com os princípios de direito democrático.

As Forças de Segurança (FS) no uso das suas competências conferidas por lei, na aplicação de meios coercivos, materiais e humanos para reporem a lei e ordem pública, devem utilizar estes meios de forma racional, ponderada, proporcional e necessária. Tratando-se de reuniões e manifestações em que o direito algumas vezes colidem com a segurança pública e outros direitos, a Polícia na observância dos seus serviços, deverá atuar com o maior profissionalismo não incorrendo em situações de abuso de autoridade e de uso excessivo ou desproporcional da força.

Como aconselha Oliveira, (2015, p.41) é “preferível prevenir do que reagir, negociar do que reprimir e quando for necessário o uso da força saber aplicar os meios coercivos, é necessário respeitar as pessoas e os seus bens - princípio de mínima intervenção”.

Desta forma, de acordo com o n.º 1 do art.º 254.º da Constituição da República de Moçambique (CRM), parte final e do art.º 3º da Lei no 16/2013, de 12 de agosto¹ uma das funções atribuídas à Polícia da República de Moçambique (PRM) é de “garantir a lei e ordem, a salvaguarda das pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático (...) e a liberdade fundamental dos cidadãos.”

¹ Cfr. Art.º 3º da Lei n.º 16/2013, Lei da Polícia da República que revoga a Lei n.º 5/88, de 27 de agosto, e Lei n.º 19/92, de 31 de dezembro. *Publicada no Boletim da República de Moçambique*, Segunda – feira, 12 de agosto de 2013, I – Série n.º 64.

O art.º 51º da CRM, confere a todo cidadão moçambicano o direito de reunião e manifestação desde que respeite a lei, e os pressupostos jurídicos estão previstos na Lei nº 7/2011, de 7 de julho.²

Moçambique é um país que respeita o “direito internacional, os tratados internacionais validamente aprovados e ratificados e vigoram na ordem jurídica moçambicana” (nº 1 do art.º 18º da CRM), deste modo, o “direito de expressão está ligado à liberdade de opinião e a liberdade de receber e transmitir ideias, ou até informações, sem que haja interferência ou ingerência das autoridades públicas” (Faria, 2001. p. 281).

Num país Democrático a polícia deve estar treinada e dotada de conhecimentos suficientes para dar resposta a inúmeras situações que a nova sociedade democrática nos impõe, nomeadamente no contexto da ordem pública, a Polícia deve investir na formação do seu pessoal, adquirir meios materiais menos letais para eventos sensíveis como as manifestações, respeitando princípio geral que, os direitos humanos não podem ser postos em causa pela autoridade policial reguladora da ordem pública.

A Polícia deve pautar-se pela preservação da paz e da tranquilidade social e liberdade dos cidadãos. A Polícia é auditada e controlada por diversas instâncias como: judiciais, inspeções da tutela, por auditorias internas, pela comunicação social, pelas organizações não-governamentais e pelos cidadãos. (Elias & Pinho, 2013). A sua atuação tem que ser limitada, é impensável num Estado democrático falar de liberdade de pensamento e de expressão sem falar da liberdade de reunião e manifestação, porque são fatores que contribuem para o exercício do direito (Felgueiras, 2016).

No prosseguimento destas ideias, pretende-se elaborar um trabalho de investigação científica centrado na temática da atuação policial da PRM em situações de reunião e manifestação, abordando propostos dos níveis de escalamento da força policial e níveis de comando e controlo da mesma.

1.2 CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

Na opinião de Elias, (2015, p. 17), a “ordem pública constitui um valor basilar e imprescindível da vida em sociedade. (...) É fundamental para a *Polis*, para a comunidade, para os cidadãos e para as instituições, na medida que representa a segurança, (...), para haver a liberdade deve haver a ordem pública”.

² Cfr. Lei nº 7/2011, de 7 de julho que altera em partes a Lei nº 9/91 de 18 de julho.

Com isso, a atuação policial em reuniões e manifestações deve respeitar todos os direitos constitucionais, a legalidade democrática, não se justificando a violência policial. Na atualidade, nos Estados de direito, a atuação policial deve procurar um equilíbrio entre os interesses jurídicos. Também (Aristóteles, *apud* Clemente, 2016), sublinha que uso da arma só é lícito a favor da justiça defensora do direito.

De acordo com Raposo (2006, pp. 26 - 27), “os atos jurídicos e as operações materiais desenvolvidas por certas autoridades administrativas, as autoridades policiais e os respetivos agentes de execução, é com vista a prevenir a ocorrências de situações danosas, situações de condutas humanas imprevidentes e ilícitas”. Já Valente (2012, p. 101), considera a “polícia em sentido lato como atividade de natureza executiva, onde a ordem e tranquilidade públicas e administrativa é dotada de natureza judiciária (...) cuja função jurídico-constitucional se manifesta na concretização da defesa da legalidade democrática, da garantia da segurança interna e da defesa dos direitos do cidadão e da prevenção criminal quer por vigilância quer prevenção criminal”.

1.3 PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

Para existir um problema de investigação é porque existe uma problemática fulcral que preocupa o investigador e propõe o seu estudo mais aprofundado de acordo com a sua experiência de vida, (Sousa & Baptista, 2011). Aliado a isso, o problema partiu concretamente das manifestações violentas que ocorreram entre “os dias 1 e 2 de setembro de 2010 na Capital de país, (Maputo), devido à subida do preço de alimentos da primeira necessidade, que culminaram com a morte de 13 pessoas incluindo um menor de 11 anos e mais de 150 feridos graves e ligeiros. Um caso que a sociedade civil e a comunidade internacional apontou como responsável a PRM devido ao uso excessivo da força”³ (Mabote, 2017, p. 2). Segundo o mesmo autor, “a Força de Intervenção Rápida (FIR), atualmente Unidade de Intervenção Rápida (UIR)⁴, Polícia especializada em matéria de manutenção e

³Cfr. Jornal *Refletindo sobre Moçambique*, publicado sábado, setembro 18, 2010, disponível em: <http://comunidademocambicana.blogspot.pt/2010/09/manifestacoes-populares-sociedade-civil.html>, Consultado em 27 de dezembro 2017.

⁴Cfr. Art.º 27º da Lei nº 16/2013, Lei da PRM, que revoga a Lei nº 5/88, de 27 de Agosto, e Lei nº 19/92, de 31 de Dezembro. Publicada no *Boletim da República de Moçambique*, Segunda – feira, 12 de Agosto de 2013, I – Série nº 64.

reposição de ordem pública, limitava-se a disparar apontando armas do tipo AK-47 aos manifestantes”⁵.

O art.º 40º da CRM prevê o direito à vida, não se justificando em caso algum que, das poucas manifestações que ocorrem em Moçambique se verifiquem constantemente distúrbios e vítimas mortais entre os manifestantes. Como diz Clemente (2016, p. 22) “o mal jamais se sobrepõe ao bem, se não a vida social tornar-se-ia impossível, daí que a ordem pública representa o equilíbrio entre a desordem suportável e a ordem insuportável, o bem essencial é a vida em sociedade, à ordem pública não se opõe a liberdade”.

O foco das discussões está mais centrado na violência policial relacionando com a prepotência política socialmente inveterada em relação às reuniões e manifestações em Moçambique. O poder político e os próprios cidadãos percecionam as manifestações de protesto como sinónimo de insegurança, não as encarando como um direito constitucionalmente previsto. Todavia, “para restringir um direito fundamental constitucionalmente protegido, é preciso procurar um equilíbrio entre o direito e a segurança”⁶.

A Lei que faz alusão ao enquadramento jurídico das manifestações em Moçambique, menciona que, “no caso de polícia querer interromper uma reunião ou manifestação, deve recorrer a persuasão de formas lícitas estabelecidas por lei, sem prejuízo ao princípio de proporcionalidade de meios e da legítima defesa”⁷. Porque havendo uso de meios coercivos desproporcionais automaticamente o exercício do direito de reunião ou manifestação são restringidos.

1.3.1 PERGUNTA DE PARTIDA

De acordo com Quivy & Campenhout (2008), a formulação da pergunta de partida deve atender ao critério de clareza, exequibilidade, pertinência e que, consequentemente seja suscetível de ser trabalhada, atendendo à disponibilidade dos recursos do investigador, possibilitando a obtenção de elementos que respondam aos problemas em causa. Atendendo a este contexto, esta investigação procurará dar resposta à seguinte pergunta de partida:

⁵Cfr. (Jornal Bantu, 2010, *apud* Mabote, 2017, p.2), *Revolta Popular em Moçambique e Atuação Policial no Atual Estado Democrático de Direito*. GT 5-Movimentos Sociais e Democracia. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2017/03/Noa-R.-Expandido.pdf>. Consultado em 27 de dezembro de 2017.

⁶ Cfr. Nº 1 art.º 5º da L nº 9/91, de 18 de julho e, o art.º 13º do DL – 406/74, de 29 de agosto.

⁷ Cfr. Nº 2 e 3 da Lei 7/2001, de 7 de julho.

Como deve atuar a Polícia Moçambicana em reuniões e manifestações salvaguardando os direitos consagrados nas Leis vigentes?

1.4 OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

O objetivo geral do estudo é expuser a questão de como a Polícia da República de Moçambique (PRM) deve atuar em reuniões e manifestações.

Com o trabalho pretendemos analisar a atuação da PRM no antes, durante e depois das reuniões e manifestações e o enquadramento jurídico da sua atuação. De salientar que o estudo enquadra-se no trabalho final do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, onde se pretende levar a cabo um estudo da atuação da PRM na manutenção e reposição da ordem pública em manifestação, em comparação com a Polícia de Segurança Pública (PSP).

Abordar a questão dos níveis de Comando e Controlo da (PRM e PSP).

A ausência de força intermediária nos níveis de escalamento da força na PRM em caso de desordem pública poderá influenciar ao uso desproporcional de força policial entre a PRM e PSP. Tendo em conta que, a PRM dispõe de uma e única força especializada em reposição da ordem pública- a Unidade de Intervenção Rápida (UIR) -apesar de existirem outras forças de reserva, como é o caso da (Unidade Canina) e o (GOE), este último especializado em Incidentes Tático-Policiais (ITP), que em casos excecionais de desordem pública podem auxiliar outras forças policiais.

Ao passo que a PSP dispõe de diversas subunidades operacionais especializadas, nomeadamente: Equipas de Intervenção Rápida (EIR) na dependência dos Comandos Territoriais da PSP, bem como o Corpo de Intervenção (CI), o Grupo Operacional Cinotécnico (GOC) e o Grupo de Operações Especiais (GOE), todos da Unidade Especial de Polícia (UEP), as quais, podem ser solicitadas em casos meramente críticos de ordem pública, ou no quadro da gestão de ITP.

1.5 HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO

As hipóteses de estudo “são proposições conjeturais ou suposições que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmiento, 2013, p. 13). No mesmo juízo Sousa & Baptista, (2011, p. 27), sustentam que as “hipóteses são uma resposta prévia ao

problema proposto e, habitualmente, são desenvolvidas com base em estudos anteriormente realizados de acordo com o tema escolhido”. São como nossas hipóteses às seguintes:

Hipótese 1: a revisão dos níveis de escalamento da força e a criação de uma força intermédia especializada, equipada de meios operacionais menos letais, sediada nas cidades mais desenvolvidas do país será uma opção estratégica para a PRM melhorar o seu desempenho em manifestações. Tratar-se-ia de um modelo semelhante ao da PSP, a qual, possui Equipas de Intervenção Rápida (EIR) para a manutenção e reposição de ordem pública, nomeadamente para atuarem no terceiro nível de intervenção (incidentes com poucos intervenientes).

Hipótese 2: a revisão da doutrina sobre comando e controlo na PRM, adotando os níveis estratégico, operacional e tático, é uma necessidade premente, na medida em que o nível estratégico toma com frequência decisões à distância sobre questões táticas, com consequências bastante negativas.

Hipótese 3: formação contínua dos agentes com funções policiais, como é o caso da Polícia de Proteção (PP)⁸, Direção de Informação Interna (DII) será fundamental, porque são as primeiras subunidades policiais a chegarem às ocorrências (mesmo as mais complexas), enquanto aguardam a força especializada (UIR).

1.6 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Quando se fala em metodologia, queremos-nos referir ao caminho que iremos percorrer para alcançar um fim ou mesmo uma solução para a resolução do problema, ou seja, a forma como o investigador irá realizar a sua investigação, tendo como propósito a obtenção dos resultados desejados, escolha de técnicas de recolha de dados adequadas aos objetivos a atingir (Sousa & Baptista, 2011). Noutra opinião, a “a metodologia em ciências sociais corresponde ao estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas válidas e validadas permanentemente” (Santo, 2010, p.11).

⁸Cfr. N.º 3, alínea a) do art.º 10º do Decreto n.º 85/2014, de 31 de Dezembro, e revoga o Decreto n.º 27/99, 24 de Maio, aprova o Estatuto Orgânico, o quadro de Pessoal, o quadro de funções de Comando, direção e chefia e os organigramas da PRM, publicado no boletim da República, I – Série, n.º 105, o Departamento da Polícia de Proteção (DPP) tem as seguintes funções: desenvolver ações de prevenção de prática de crimes contravenções e outros atos contrários à lei, bem como o desenvolvimento de ações de garantia da ordem, segurança e tranquilidade pública. A lei não faz menção a sua atuação em casos de desordem pública, deixando estas competências para a (UIR) com base no art.º 27º da Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto Lei da PRM e revoga a Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, e Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro, publicado no Boletim da República, I – Série, n.º 64.

Portanto, pretende-se aplicar o método qualitativo com vista a fazer um estudo comparativo da atuação da Polícia moçambicana (PRM) e portuguesa (PSP) em reuniões e manifestações, recorrendo às legislações vigentes em ambas as Polícias, a análise documental de livros; jornais, revistas em estudo de casos, fazendo assim um estudo descritivo com abordagem qualitativa.

Como ensina Carmo & Ferreira (1998, p.59) a “análise documental e bibliográfica sobre a matéria em estudo assume-se como a passagem de testemunho dos que investigaram antes de passar para as nossas mãos”. Este método ajuda o investigador a dar continuidade a um estudo já estudado ou mesmo desenvolvido, podendo seguir ou não a mesma linha de pensamento para o apuramento de novos resultados ou conclusões.

Recorrendo ao método qualitativo, iremos fazer entrevistas estruturadas e dirigidas a cinco Oficiais das duas Polícias, nomeadamente dois da PRM e três da PSP, com funções ligadas nesta matéria e com larga experiência em operações de manutenção e reposição de ordem pública em reuniões e manifestações.

Posteriormente as respostas dos entrevistados, serão tratadas através da análise de conteúdo.

No que diz respeito à estrutura trabalho, será dividido em três partes. Começaremos com uma introdução, desenvolvimento e por fim a conclusão.

Para a elaboração do trabalho iremos utilizar o novo acordo ortográfico, sendo efetuadas as devidas correções nos textos das obras dos autores referenciados. A investigação teve o período de oito meses.

1.7 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

O presente trabalho encontra-se subdividido em duas partes distintas: a teórica e a prática. A vertente teórica incide na revisão da literatura, sobretudo dos conceitos de reunião e manifestação, o seu enquadramento jurídico, breves notas doutrinárias que defendem a liberdade de expressão, e posteriormente o modelo de organização da PRM e PSP, especialmente na área operacional. A segunda parte prática, baseia-se no estudo comparativo dos modelos de estruturas organizacionais da PSP e PRM, com grande incidência nos níveis de escalamento de força e níveis de comando e controlo da força.

O trabalho tem um total de 6 (seis capítulos). O primeiro capítulo (Introdução), compreende a temática e o contexto de estudo, a pergunta de partida, os objetivos, hipóteses e metodologias.

No segundo capítulo (Reunião e Manifestação), verifica-se a revisão da literatura, sobretudo a comparação dos regimes jurídicos de direito de reunião e manifestação em Moçambique e Portugal, com o objetivo de apurar as diferenças e semelhanças. Também abordamos a doutrina de vários autores conceituados que defendem e definem os conceitos de reunião e manifestação.

No terceiro capítulo (Modelo da estrutura orgânica operacional da PRM), a perspetiva é a comparação com a PSP, especialmente a vertente das Operações Policiais. Empreenderemos alguma revisão de literatura neste capítulo.

No quarto capítulo (Modelo da estrutura orgânica operacional da PSP), abrangeremos principalmente a área de Operações e Segurança da PSP, nomeadamente o estudo aprofundado sobre as Equipas de Intervenção Rápida (EIR).

O quinto capítulo (Trabalho do campo e resultados), abordará a metodologia inicialmente proposta. Far-se-á uma descrição das entrevistas e posteriormente o tratamento das mesmas e a análise de conteúdo, o objetivo é comparar a teoria com a prática.

No sexto capítulo (Conclusão e Recomendações), pretende-se fazer uma reflexão do problema do estudo e as hipóteses, confirmando-se assim os objetivos do trabalho. Em função disso, é nosso objetivo propor ao nível estratégico, um modelo intermediário de força, à semelhança da PSP que tem EIR e o Corpo de Intervenção no seu nível de escalamento de força.

CAPÍTULO 2

REUNIÕES E MANIFESTAÇÕES

2.1 INTRODUÇÃO

O direito de reunião e manifestação em Moçambique é regulado pelo art.º 51º da CRM. O seu regime jurídico encontra-se previsto na Lei nº 7/2001, de 7 de agosto, revoga em partes a Lei nº 9/91, de 18 de junho. O mesmo sucede em Portugal com o art.º 45º da CRP e a Lei n.º 406/74, de 29 de agosto.

O objetivo da investigação neste capítulo, é fazer um estudo minucioso acerca do exercício deste direito nos dois países, analisar o que existe em comum, as semelhanças e as diferenças, de acordo com as especificidades do sistema democrático dos ambos países.

2.2 O CONCEITO DE POLÍCIA

A palavra Polícia tem sofrido constantes evoluções, aliada ao desenvolvimento dos sistemas democráticos, organização e funções que atualmente desempenha. Quando falamos da Polícia temos que referir os vários sentidos em que o termo é utilizado, nomeadamente, na linguagem corrente, em sentido funcional e em sentido orgânico.

Como refere Raposo (2006), etimologicamente a palavra polícia tem a sua raiz no vocábulo grego *politeia* e chegou à língua portuguesa por via do latim *políteia* que significa a *polis*, ou seja, um grupo social que, para viver em paz, necessita de submeter-se a normas específicas que asseguram a normal convivência entre todos. Que serve para o ordenamento

e o regime do Governo da Cidade-Estado, ou seja, a polícia serve para o ordenamento da cidade.

A Polícia como organização é um conjunto de leis e regulamentos que mantém a ordem e a segurança pública das pessoas, com a responsabilidade de manter a ordem e a segurança públicas, de velar pelo cumprimento das leis numa multiplicidade de áreas de segurança como: polícia de segurança, polícia de trânsito, polícia da fauna, polícia sanitária, polícia política, polícia secreta, polícia de investigação, polícia marítima, polícia de guarda fronteira, polícia da migração e mais, de acordo com a estrutura orgânica de cada país (Rodrigues, 2015).

Neste contexto, em sentido orgânico, polícia é um serviço público integrado no Ministério que superintende a área da ordem e segurança pública. A PRM encontra-se integrada no Ministério do Interior. A sua existência não exclui a criação de outros organismos especializados e integrados em diversas instituições públicas e privadas para manutenção de segurança, nomeadamente serviços administrativos de fiscalização administrativa e empresas de segurança privada a que o Estado atribui competências que em condições normais poderiam ser desempenhadas pela PRM (nº 2 do art.º 1º do Decreto nº 85/2014, de 31 de dezembro).

Em sentido funcional e orgânico seriam os poderes ou atividades desenvolvidos pela polícia no seu quotidiano dentro das suas competências atribuídas pela lei e, não só o exercício da polícia administrativa em geral. Em termos funcionais, o facto de encontrarmos a Polícia inserida na Administração Pública, leva-nos a conclusão de que toda atividade desenvolvida pela Polícia é de natureza administrativa (Raposo, 2006).

Na mesma perspetiva funcional, a Polícia é definida como sendo “o modo de atuar da autoridade administrativa consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” uma visão meramente preventiva (Caetano, 1990, p.1147).

A função exercida pela Polícia como Administração Pública na opinião de Correia (1994), consiste na emissão de regulamentos e a prática de atos administrativos e materiais que controlam condutas perigosas dos particulares, com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bens sociais, cabendo-lhe a função preventiva, através de atos de autoridade, seja consentida pela Ordem Jurídica, o que se traduz na forma de atuação administrativa própria de tais serviços. As autoridades policiais recorrem à investigação criminal quando a prevenção não for bem-sucedida.

2.3 REUNIÃO (CONCEITO)

A Constituição moçambicana, assim como a Constituição portuguesa, não definem o conceito da reunião. Pese embora que os (art.º 51º da CRM e 45º da CRP) façam menção do direito. Todavia o conceito encontra-se plasmado no n.º 1 do art.º 2º da Lei n.º 9/91 de 18 de julho⁹, que define reunião como “ajustamento de várias pessoas pré-ordenadas em lugares públicos, abertos ou particulares, para fins não contrários, à moral, aos direitos das pessoas singulares ou coletivas e a ordem ou tranquilidade públicas”. Já o n.º 2 do mesmo art.º alude a reunião é um ajuntamento de pessoas que tem um carácter temporário, organizado e não institucionalizado”, porque quando for institucionalizado passa a ser greve e deixa de ser manifestação.

Na visão de Custódio (1996), reunião é um ajuntamento organizado e momentâneo de pessoas que promovem e ouvem discursos ou procedem trocas de ideias tendo em vista a defesa de opiniões ou interesses.

Também se pode definir reunião como um ajuntamento, como concentração ou agrupamento de pessoas para a expressão verbal de ideias, ou discussão de determinado assunto, o que envolve diálogo, conversas ou troca de impressões, não sendo necessário o uso da força sob forma de pressão, na medida em que num Estado democrático o diálogo é primordial, segundo Parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) n.º 40/89 de 29 de Dezembro.

Na opinião contraditória de Oliveira (2000) a reunião não tem que ser um simples ajuntamento fortuito. Este ajuntamento implica uma intenção voluntária sem que alguém seja coagido, uma programação uníssona, em comum, com mínimo de organização, com investimentos, mobilização de recursos. É necessário que haja um laço comum entre os participantes, cuja intenção é transmitir uma mensagem com destinatário referenciado. Também o n.º 2 art.º do 3º da L/n.º 9/99, condena a coação de pessoas para fazerem parte de uma reunião ou manifestação.

2.4 MANIFESTAÇÃO (CONCEITO)

⁹Cfr. N.º 1 do art.º 2º da Lei n.º 9/91 de 18 de julho, revogada em partes pela Lei n.º 7/2001, de 7 de julho, Lei que regula o Direito de Liberdade de reunião e de manifestação em Moçambique.

Num Estado de Direito Democrático, é impossível e impensável falar de liberdade de expressão, sem falar de manifestação, ou seja, os cidadãos usam o termo manifestação ou greve como sinónimo de Estado Democrático (Oliveira, 2015).

Como vimos anteriormente, a lei que regula os pressupostos legais do exercício do direito de manifestação em Moçambique define única e exclusivamente a reunião, excluindo assim o conceito de manifestação. Assim sendo, para definir o conceito de manifestação, iremos recorrer a alguns autores que defendem o direito, como é o caso de Custódio (1996, p.13), o qual, considera que manifestação é “uma demonstração popular em lugar público de duas ou mais pessoas, para exprimir por gestos, gritos, cânticos, estandartes, (...). Uma opinião, um sentimento ou um protesto contra terceiros”. Ao passo que para Oliveira (2015), manifestação pública é um simples agrupamento de pessoas que representam o exercício de um direito de liberdade, de natureza pessoal e coletivo, interpretado como direito de liberdade de expressão, característica típica dos países e sociedades democráticas, cuja finalidade é expressar-se ao público sobre certo assunto que seja suscetível de resolução pacífica. A Lei menciona as finalidades da manifestação¹⁰, sobretudo para censurar ou defender ideias políticas e sociais, de interesse público e outros.

2.5 REGIME JURÍDICO DAS REUNIÕES E MANIFESTAÇÕES EM MOÇAMBIQUE

O direito de reunião e manifestação é constitucionalmente previsto, sendo que o seu exercício por parte dos cidadãos requiere de certos condicionantes legalmente prenunciados na lei, nomeadamente, “reunir pacificamente, proibidas as ações armadas do tipo militar ou paramilitar, não promovam a violência, o racismo, a xenofobia ou que não prossigam fins contrários à lei”¹¹.

Para salvaguardar o direito da pessoa humana, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) reitera que a pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e da religião. Este direito implica a liberdade de se manifestar em público, assim como em privado sem inquietação por administração pública pelas suas opções de procurar receber e difundir, sem fronteiras de informações e ideias, expressas por qualquer meio que queira utilizar, sem lesar outros direitos legalmente previstos na lei (art.º 18º e 19º de DUDH).

¹⁰ Cfr. N.ºs 3 do art.º 2º do L n.º 9/91.

¹¹ Cfr. N.º 3 do art.º 52º da CRM.

Todavia, o regime jurídico do direito de reunião e manifestação está assente nos (art.º 51º da CRM e art.º 45º CRP) com os pressupostos legais assentes na Lei nº 7/2001, de julho, revoga em partes a Lei nº 9/91, de 18 de julho, (direito de reunião e manifestação em Moçambique). Em Portugal, este direito encontra-se estatuído na Constituição, no Decreto-Lei nº 406/74, de 29 de agosto e nas demais leis internacionais.

2.6 REUNIÕES E MANIFESTAÇÕES PRIVADAS ABERTAS AO PÚBLICO: RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA

O art.º 9º da Lei nº 9/91, prevê o direito de reunião e manifestação em recintos fechados abertos ao público e os pressupostos legais para o seu gozo. A Lei responsabiliza os promotores pela manutenção de ordem no respetivo local onde decorre, a não que seja solicitada a presença de Forças de Segurança (FS). Caso os promotores solicitem a segurança policial ou privada, por se tratar de uma reunião privada aberta ao público, o policiamento pode ser autorizado em regime remuneratório, consoante a tabela vigente no país. A norma não afasta a possibilidade da polícia poder exercer as suas atividades de manutenção de ordem pública/patrolhamento nos arredores do local onde decorre o evento, para efeitos preventivos, sobretudo adotando um policiamento de visibilidade, com objetivo de providência de ocorrência de crimes de oportunidade, sobretudo crimes contra propriedade e crimes contra a vida.

O promotor do evento privado aberto ao público pode comunicar às autoridades locais da ocorrência do evento, embora Gomes & Vital (1998) descartem a possibilidade da obrigatoriedade do aviso a autoridades competentes por se tratar de um evento de carácter privado, mesmo que seja aberto ao público, desde que hajam condições de segurança.

Quanto às diferenças entre reunião pública e privada, Custódio (1996) defende que, “se não há nenhum controlo exercido a entrada de pessoas do local de reunião, então trata-se de reunião pública. Ao contrário, se há controlo de entradas, verifica-se convites, filtragens, então trata-se de reunião privada”. Quanto a segurança, Sousa (2009) aconselha os participantes a respeitarem as ordens dos promotores, para facilitarem a segurança e bom funcionamento do evento. Opinião interessante, porque o bom senso e boa organização dos participantes facilita o trabalho dos promotores.

Os promotores detêm os poderes disciplinares internos na reunião, são responsáveis em determinar o início, o encerramento e a eventual suspensão e o seu reinício. Como são o

órgão competente de manutenção da ordem e segurança no evento, os promotores poderão atribuir palavras e expulsar os presentes que não acatem as suas ordens. É importante o papel preventivo dos promotores antes da escalada da violência e quando perderem o controlo da ordem solicitarem com máxima urgência a presença das autoridades competentes que é a Polícia (Valente, 2009).

Em caso dos promotores solicitarem a presença da autoridade policial, na opinião de Valente, há certos pressupostos que os mesmos deverão ter em conta, nomeadamente: identificar os promotores e presumíveis perturbadores, conceder um lugar adequado que ofereça segurança, respeitando todos os aspetos técnicos de aplicação das medidas de polícia. Quando a polícia verificar que não há condições de segurança, poderá interromper a reunião para evitar o perigo da vida ou a integridade física dos participantes ou terceiros imediato dar conhecimento à autoridade civil, ao abrigo da Lei¹²

2.7 REUNIÕES E MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS: RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA

Do particular para o geral, ao abrigo do art.º 8º da Lei nº 9/91, “é da competência dos promotores, das autoridades civis e policiais garantir o livre exercício do direito à liberdade de reunião e de manifestação, para que o direito decorra sem perturbações, designadamente, sem a interferência de contramanifestações”¹³.

De uma forma geral, a responsabilidade pela manutenção de ordem pública é da Polícia, como consta no nº 1 do art.º 254º CRM e no art.º 3º da Lei nº 16/2013, (Lei da PRM), porque a PRM “no quadro da Política de Defesa e Segurança, tem competências de assegurar o respeito pela legalidade, garantindo a ordem e segurança e tranquilidade pública dos cidadãos”¹⁴. Não havendo exceções por se tratar de direito de reunião ou manifestação pública no ordenamento jurídico moçambicano.

Em caso algum a Polícia deixará de exercer a função de ordem pública em reuniões ou manifestações porque os desfiles ou cortejos foram organizados pelos promotores. A Polícia como órgão tutelar de segurança, quando toma conhecimento, com ou sem antecedência, deve fazer parte de segurança. Desempenhando assim funções de “controlo de acessos, ordenamento, reduzir a acessibilidade criminosa, adotando dispositivos de controlo de

¹² Cfr. Nº 2º do art.º 12º do L nº 9/91 de 18 de julho.

¹³ Cfr. Art.º nº 8 *idem*.

¹⁴ Cfr. Nº a) do nº1 do art.º 4º da Lei nº 16/2013.

vigilâncias naturais para restringir a intrusão de criminosos e facilitar o seu reconhecimento” (Gomes, p.68).

Como se sabe, o direito de reunião e manifestação não é um direito absoluto, pese embora seja um Direito Fundamental (DF) constitucionalmente previsto, o que pressupõe certas restrições para o seu exercício.

2.7.1 QUANTO AO AVISO DA REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

Em Moçambique os promotores de reuniões ou de manifestações públicas, deverão avisar por escrito, com antecedência mínima de (quatro) dias úteis as autoridades civis e policiais da área de jurisdição (nº 1 do art.º 10º da Lei/nº 9/91). Ao passo que em Portugal o período mínimo de aviso é de (dois) dias úteis e não é necessário avisar as autoridades policiais, somente o Presidente da Câmara Municipal (nº 1 do art.º 2º do DL/nº 406/74), cabendo a este comunicar à Polícia para que emita o parecer de segurança.

Em Moçambique o número exigido de promotores é de (dez), contra três de Portugal, identificados pelo nome, profissão e morada. Tratando-se de pessoas coletivas (associações ou sindicatos), a identificação é feita por órgão de direção, podendo indicar a hora, local e objeto da reunião e o respetivo trajeto a seguir, após a entrega destes requisitos exigem comprovativo de receção (nº 2, 3 e 4 da Lei nº 9/91 e nº 2 e 3 do DL/nº 406/74).

A lei dispensa o formalismo de autorização¹⁵, portanto, Faria (2001), compreende que, a observância formal do aviso aos dos promotores de reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos, ou abertos ao público é fundamental para que as autoridades possam obstar as eventuais contramanifestações, bem como planear a operação de segurança, evitando assim o fator surpresa. Como o direito existe o “mero formalismo administrativo, aviso prévio, não é uma condição de licitude do gozo do direito, mas sim a sua regularidade de ausência de aviso prévio implica consequências para os promotores” (Oliveira, 2015, p.306).

Quanto ao número de promotores exigidos nestas duas legislações, o Acórdão de Lisboa, de 27 de Fevereiro de 1985 refere que a “reunião não tem limitação ou exigências máximas ou mínimas de participantes, bastando uma pluralidade de pessoas”¹⁶. Ao passo que para Lucas (2009, p.403), protege a “exigência do número de promotores porque irá

¹⁵ Cfr. Nº 1 do art.º 3º da Lei nº 9/919 de 18 de julho.

¹⁶ *Coletânea de Jurisprudência*, vols. I, III, ASMJP, Coimbra, 1994, p.203, *apud* Oliveira, *A Manutenção de Ordem Pública em Democracia*, Edição ISCP/ISPOL, Lisboa, 2015, p. 239.

facilitar o controlo e gestão de multidão, a negociação do espaço, tarefas e responsabilidades, visando o empenho de menos recursos do Estado”, uma opinião que vai de acordo com a gestão de alocação de recursos humanos e materiais.

Acerca das reuniões ou manifestações inopinadas, Gomes & Vital (*apud* Oliveira 2015, p.306) sustentam que “uma das formas mais comuns do exercício do direito é a manifestação espontânea, sem qualquer convocação ou preparação e portanto sem qualquer aviso prévio, desde que seja pacífica e sem armas, apenas implica consequências jurídicas relativas a falta de prévio”. A falta de aviso prévio não se pode confundir com a falta de legitimidade do gozo porque o direito existe. Caberá à polícia procurar os promotores do evento, de forma a adotar medidas de segurança para hipotéticos contramanifestantes ou indivíduos que se infiltrem na manifestação para cometerem atos violentos. Contudo, para que isso aconteça, a reunião ou manifestação deve reunir os pressupostos legais e os respetivos organizadores deverão colaborar com a polícia.

2.7.2 RESTRIÇÕES QUANTO AO LOCAL E TEMPO

Para restringir um direito fundamental constitucionalmente protegido, é preciso procurar um equilíbrio entre o direito e a segurança (Clemente, 2016). Portanto, o n.º 1 art.º 5º da L n.º 9/91 e, o art.º 13º do DL /n.º406/74, de 29 de Agosto, reiteram que “não é permitida a realização de reuniões ou manifestações com ocupação abusiva de edifícios públicos ou particulares”. Já o n.º 2 do art.º 5º da Lei n.º 9/91, refere que “ não é permitida por razões de segurança as reuniões ou manifestações em lugares públicos situados a menos de cem metros das sedes dos órgãos de soberania¹⁷, sedes de representantes diplomáticas e consulares, sedes dos partidos, instalações militares, estabelecimentos prisionais”

A lei defende os interesses políticos, mas deveria também defender hospitais e centros de internamento de doentes, para o sossego dos mesmos, porque os pacientes com estado de saúde deficitário, sofrem com o ruído, sendo este prejudicial à sua saúde (Valente, 2009).

Os pressupostos administrativos de restrição do local competem ao Presidente da Câmara Municipal, suportados no parecer das Forças de Segurança. Poderão ser adotadas algumas restrições por razões de segurança e tranquilidade públicas. (art.º 13º do

¹⁷ Sobre o art.º 5º da L n.º 9/91, de 18 de julho, Tratando – se de órgão de soberania, o órgão competente pela proibição ou restrição e com reserva de autorização, trata – se duma restrição não essencial de reunião e manifestação, justificada pela necessidade de assegurar a independência dos órgãos e serviços que não devem estar sujeitos a pressões.

DL/406/74). Valente condena esta restrição porque é injustificada à liberdade de reunião de manifestação, já que a livre escolha do local, só faria sentido nos casos previstos no art.º 5º da L nº 9/91, de 18 de julho, por razões de ordem e tranquilidade públicas. Em “nenhum Estado de Direito Democrático a manutenção de ordem pública tem que ser compaginável com a liberdade dos cidadãos, (...), mas o importante é a gestão negociada do espaço público entre autoridades e os promotores do evento” (Oliveira, 2015, p. 21).

Quanto à limitação de tempo, em Moçambique “os cortejos e os desfiles só poderão ter lugar aos sábados, domingos e aos feriados. Nos restantes dias depois das 16H, até às 00H30 sem prejuízo de serem prolongados quando justificar” (art.º 6º da Lei nº 9/91). O mesmo sucede em Portugal, pois a “realização de cortejos e desfiles nos sábados, domingos e feriados depois das 12H00 e nos restantes dias depois das 19H30 às 00H30”¹⁸. O art.º 11º do DL nº 406/74, não dá margem para o prolongamento após as 00H30. Mesmo assim, o diploma fere o disposto no DL nº 9/2007 de 17, de janeiro, que aprova o regulamento geral do ruído, prevendo o fim do ruído até às 22H00.

2.7.3 DECISÃO DE PROIBIÇÃO, INTERRUÇÃO E ALTERAÇÃO DO TRAJETO

De acordo com o (art.º 11º da Lei nº 9/91), em Moçambique “as reuniões ou manifestações organizadas em lugar público, podem ser interrompidas por determinação das autoridades competentes quando não há condições de segurança ao abrigo do (art.º 4º e 5º da Lei nº 9/91). Após a tomada desta decisão, os promotores devem ser notificados por escrito nas moradas por eles indicados, no prazo de (dois) dias a contar da receção pelas autoridades (nº 1 do art.º 11º). A “não notificação implica a não existência de objeção por parte das autoridades competentes”¹⁹. A proibição e concessão compete à autoridade civil da respetiva área (nº 2 do art.º 11º da L/nº 9/91).

No caso de alteração de trajeto por questões do “bom ordenamento do trânsito de pessoas e veículos, poderá ser utilizada uma das faixas de rodagem”²⁰. No entanto, as autoridades policiais detêm as competências nos termos da lei de interromper as reuniões e manifestações recorrendo a meios de persuasão ou outras formas lícitas estabelecidas por lei quando todos os meios de diálogo forem esgotados para a defesa da legalidade

¹⁸ Cfr. Art.º 4º do DL nº 406/74, de 29 de agosto.

¹⁹ Cfr. Nº 2 do art.º 11º da Lei nº 9/91 de 18 de julho.

²⁰ Cfr. O nº 2 do art.º 13 *idem*

democrática²¹. Em situação de normalidade institucional e “numa sociedade democrática o direito de reunião e de manifestação no confronto com outros direitos fundamentais possui um peso deveras significativos” (Oliveira, 2015, p.29).

A fundamentação da decisão administrativa, a indicação das razões que conduziram à sua tomada de decisão é um fator indispensável para controlar a legalidade quanto a tomada de grau de discricionariedade significativo. Por esta razão a (nº 3 do art.º 268 CRP) e o (art.º 152.º do CPA) exigem que muitas decisões administrativas sejam fundamentadas.

No entender de Caetano (1996, p.264), o “modelo de atuar de autoridade administrativa, que consiste em intervir no exercício de atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objetivo evitar que se produzam, ou generalizem os danos sociais que a lei procura prever”. Uma opinião meramente preventiva para evitar a ocorrência de danos materiais e humanos avultados.

Por seu turno, o nº 2 do art.º 2º da Lei nº 53/2008, 29 de agosto Lei da Segurança Interna (LSI) refere que, em Portugal “as medidas da Polícia são as previstas na lei, na sua aplicação devem ser adequadas e proporcionais”.

Neste termo, como o evento decorre na via pública, os serviços de manutenção de ordem e segurança pública poderão não ser suficientes para evitar a ocorrência de danos, podendo haver probabilidade de ocorrência de atos danosos contra pessoas e seus bens. O risco zero em qualquer sociedade e, em concreto, em qualquer operação de segurança, não existe. Portanto, o Estado enquanto responsável pela ordem pública, perante novos desafios de segurança, deve melhorar o seu quadro jurídico e constitucional, de modo a combater os fenómenos atentatórios à liberdade dos cidadãos, melhorando o modelo de policiamento e o funcionamento das Forças de Segurança, no quadro de prevenção de ocorrências de crimes (Oliveira, 2015).

Nesta senda de opiniões, Elias & Pinho (2013) referem que o Estado deve apostar na formação académica e técnico-policial dos quadros das FS para que estes prestem um melhor serviço de segurança.

2.7.4 QUANTO AO USO E PORTE DE ARMA

A lei “proíbe aos manifestantes o uso e porte de armas brancas ou de fogo e outras não autorizadas em reuniões e manifestações, os portadores delas devem entregá-las às

²¹ Cfr. Nº 2 do art.º 7º da Lei nº Lei nº 7/2001, de 7 de julho, este artigo revoga na totalidade o art.º 7º da Lei nº 9/91, de 18 de julho.

autoridades”²². A lei portuguesa confere responsabilidade os promotores em pedir aos portadores delas para entregá-las às autoridades”²³, as quais, posteriormente são entregues às autoridades administrativas, policiais ou judiciais (Sousa, 2009).

Desde modo, na opinião de Oliveira (2015), o ser Humano ao agir, tem de saber ser e estar para contribuir para a ordem pública, porque a liberdade é imediatamente questionada quando colide com a autonomia de outrem, ou seja, quando viola os outros direitos, mas igualmente pela imprevisibilidade e poder do mais forte em contexto de desordem e de insegurança. Por isso, não há uma autonomia entre a ordem pública e a liberdade, mas sim um equilíbrio entre o direito e a segurança.

No contexto de segurança em atos de protesto, de reunião e de manifestação, não basta um simples objeto que irá interferir na decisão de interrupção, restrição ou mesmo proibição da ocorrência do evento, devem ser objetos que atentem contra a dignidade humana ou a moral pública, ou que, pela sua natureza possam desencadear a perturbação da ordem e segurança pública. Contra a honra e a dignidade das pessoas em concreto, cabendo às autoridades competentes abrir exceções às proibições quando analisarem que não estão reunidas condições para que o direito se exercer (Sousa, 2009).

Todavia, Sousa (p.110) considera que no âmbito da reunião e manifestação, “o conceito de arma deve ser entendido em sentido amplo, técnico e não técnico, ou seja, quaisquer objetos que pela sua natureza sejam adequados a lesar pessoas ou a danificar bens”. Na nossa opinião, os suspeitos portadores das armas devem ser isolados e identificados e depois proceder-se às revistas e apreensões dos objetos ao abrigo dos (art.º 202º do CPPM), do Código do Processo Penal moçambicano (CPPM), para a recolha de provas e prevenção de riscos contra terceiros.

2.7.5 REGIME SANCIONATÓRIO DAS REUNIÕES E MANIFESTAÇÕES

O regime sancionatório vigente em Moçambique é regulado pela Lei nº 9/91 e punido por Código Penal moçambicano, norma semelhante ao regime jurídico português. Quando se trata de reunião privada aberta ao público, o regime sancionatório é de acordo com as normas internas da organização ou promotores, mas sempre respeitando a lei.

²²Cfr. Nº 1 do art.º 15º da Lei nº 9/91, de 18 de julho.

²³Cfr. Nº 2 do art.º 8º do DL – nº 406/74, de 29 de agosto.

No caso de reunião ou manifestação pública, a lei prevê sanções em relação a contramanifestantes que interferiram negativamente impedindo exercício do direito, agravado pelo crime de desobediência, segundo o art.º 412º do Código Penal Moçambicano (CPM). Pode incorrer no crime de desobediência qualificada (art.º 413º da CPM) todo aquele que violar o disposto nesta lei²⁴. Também incorrem na prática do mesmo crime as pessoas que forem surpreendidas com armas brancas e de fogo, desobedecendo à lei. Pode ser punido pelo mesmo crime alguém que desobedeça a ordem legítima de dispersão dada por autoridades competentes após a sua advertência, sendo este agravado quando for o promotor da reunião ou ajuntamento de pessoas (art.º 413º CPM).

Num Estado de Direito Democrático, todas as decisões são suscetíveis de recurso em tribunais comuns no prazo de três dias a contar da data da sua notificação. Os Tribunais decidem em oito dias a contar da data da imposição do recurso. Se a decisão dos tribunais for desfavorável aos lesados podem recorrer ao Tribunal Supremo. Cabe aos promotores interpor o recurso (art.º 17º da L/nº 7/2001 e, 14º do D/L nº 406/74).

2.8 RESUMO CAPITULAR

Terminado capítulo-2, o mais importante notar são as diferenças entre o regime jurídico da reunião e manifestação em Moçambique e Portugal. Pese embora em matéria de ordem pública, a Polícia não atue de forma isolada, mas sim em parceria com as autoridades civis territorialmente competentes e com os promotores do ajuntamento de pessoas.

No regime jurídico moçambicano, o número exigido de promotores é de (dez) contra (três) de Portugal. Quanto ao horário em Moçambique, os cortejos e desfiles só poderão ter lugar aos sábados, domingos e feriados até às 00H30, a lei não alude a hora do seu início nos dias não laborais. Nos dias úteis só a partir das 17H00 às 00H30, suscetível de prolongamento quando justificar (art.º 6º da L nº 9/91).

Em Portugal os dias dos cortejos e desfiles são iguais aos de Moçambique. Em Portugal, nos dias não laborais, os cortejos e desfiles iniciam às 12H00; nos restantes dias, depois das 19h00 até às 00H30²⁵. A lei portuguesa não dá margem de prolongamento após as 00H30 (art.º 11º do DL 406/74). Em Portugal os promotores não necessitam de avisar às autoridades policiais, basta comunicar às autoridades civis, ao passo que, a lei moçambicana

²⁴ Cfr. N.º 2 do art.º 16º da Lei nº 9/91 de 18 de julho

²⁵ Cfr. Art.º 4º do DL nº 406/74, de 29 de agosto.

exige comunicar a ambas as partes, nomeadamente, civis e policiais. Quanto as sanções são quase idênticas em ambos os países.

Também o essencial a reter é a questão da negociação do espaço com as autoridades civis e os promotores, como aconselha Oliveira (2015) e também a tolerância policial quanto à aplicação de meios coercivos em casos em que a lei prevê a interrupção no decorrer da reunião ou manifestação por motivos de segurança pública (art.º 7º da Lei nº 7/2001).

As autoridades policiais devem estar cientes que, no exercício das suas funções obedecem a lei, podendo agir com imparcialidade, adequação, quanto a aplicação de meios de persuasão, sempre respeitando os direitos e liberdade fundamentais dos cidadãos.

CAPÍTULO 3

MODELO DA ESTRUTURA OPERACIONAL DA PRM

3.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior abordámos o enquadramento teórico e o regime jurídico das reuniões e manifestações em Moçambique e Portugal. Neste capítulo iremos falar do ramo da PRM de manutenção e reposição da ordem pública. Com evidência para os níveis de comando e controlo e os níveis de escalamento da força em casos de desordem pública. A investigação auxiliará a compreender o modo de organização e de atuação da PRM, que posteriormente ajudará na comparação com o modelo da PSP.

3.2 HISTÓRIA DA EVOLUÇÃO DA PRM

Como afirma Tembé (2015), a história da PRM foi marcada por vários momentos, desde a independência nacional em 25 de junho de 1975, que culminou com a criação da primeira Polícia designada Corpo da Polícia Nacional (CPN), através do Decreto/n.º 54/75, de 17 de maio. Como aponta Pelembe, (2005), com a revisão da Constituição moçambicana em 1979, a Polícia passa-se a denominar Polícia Popular de Moçambique (PPM) fruto da aprovação do Decreto/nº 05/79 de 26 de maio.

Volvidos treze anos, em 1992 é criada a atual Polícia da República de Moçambique (PRM), através da Lei nº 19/92, de 31 de dezembro. Desde a independência, a Polícia sempre esteve integrada no Ministério do Interior sob direção do Comando Geral da Polícia da Polícia da República de Moçambique (CG-PRM)

Toda evolução da Polícia visa garantir a segurança e tranquilidades públicas e dar respostas aos desafios do crescimento populacional e aumento da criminalidade nas cidades, como consequência do elevado índice de desemprego e forte movimento migratório das zonas rurais para as cidades, devido aos confrontos da guerra civil de 16 anos entre as Forças

Armadas de Moçambique (FADM) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) que terminou em 1992 com assinatura do Acordo de Paz em Roma²⁶

Após a guerra civil, o país enceta parcerias internacionais na área da formação técnico-policial, destacando-se Portugal (e em especial a PSP e o ISCPSP), Rússia, China, EUA, etc. Na altura, o país não possuía uma instituição de formação superior de Oficiais de Polícia. A ascensão à patente de oficial da polícia era por via de carreira profissional, pese embora persista ainda o regime misto, isto é, a promoção por antiguidade e por formação académica.

Em 1999 foi aprovado o Decreto/nº24/99, de 18 de maio, que cria a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), instituição de ensino superior de oficiais que leciona o grau de licenciatura e mestrado não integrado em ciências policiais, que após graduação os formandos ostentam a patente de Subinspetor da Polícia equiparado a Subcomissário na PSP.

No quadro de formação policial, a PRM tem dois centros, Escola Prática de Polícia de Matalane e a Escola de Sargentos de Michafutene. A de Matalane é para novos ingressos com nível básico; após a graduação, os formandos ostentam o posto de guarda da Polícia. Na escola de Sargentos que forma os Agentes policiais com experiência de trabalho, é lecionado um curso médio. Após o término com sucesso ostentam o posto de Sargento da Polícia. Trata-se de uma pirâmide de formação bem hierarquizada para dar resposta à cadeia de direção e de comando da PRM.

Todavia, Nuvunga; Nhamirre; Matine et al. (2016, p.10) censuram a questão da formação profissional dos membros da PRM, ao afirmarem que durante a atual formação básica dos guardas da Polícia em Matalane (Maputo), em (9) meses letivos, as disciplinas relacionadas com os Direitos Humanos (DH), têm 30H, a defesa pessoal 126H, a ordem unida 200H e as Táticas de Forças de Segurança (TFS) 60H. Podemos considerar esta formação bastante orientada para a vertente *militar*, já que 386H das 416H, totais são dedicadas ao treino técnico-policial. O mesmo acontece na ACIPOL onde 50% da carga horária é direcionada para a ordem unida e 50% para outras cadeiras complementares do curso. Deste modo, “para uma organização ser bem-sucedida, deve saber gerir, melhorar os seus processos de formação, de forma a apoiar e a renovar a sua estratégia e planeamento de modo a gerar valor acrescentado e a satisfazer os cidadãos-clientes” (Carapeto & Fonseca, 2006, p. 15).

²⁶ Cfr. http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2017/10/agp-acordo-geral-de-paz-de-roma-1992-é-uma-vitória-com-sabor-de-amêndoa-amarga-posto-que-recordamos-o-início.html, Consultado em 02.04.18.

3.3 A VIOLÊNCIA COMO O PODER DO ESTADO

Segundo Max Weber (*apud* Silva, 2001, pp. 170-173), o Estado é o representante do povo e traduz-se num domínio sobre ele, os homens dominados submetem-se à sua autoridade de forma contínua sem reivindicar com os seus dominadores, daí que para Weber a violência do Homem é um direito legítimo do Estado, dispondo assim a violência em três níveis²⁷. Similarmente na conceção Matias (1978, p.12) a “violência legítima constitui um atributo da autoridade do Estado que- se arroga no seu monopólio”. Assim sendo, para o Estado impor a sua autoridade política, o monopólio sobre o povo, conta com às Forças de Segurança, responsáveis pela aplicação da força a mando dos interesses políticos.

3.4 NOVAS ABORDAGENS DOUTRINÁRIAS DA DEFESA DOS DIREITOS DO HOMEM

Porém, numa visão moderna dos novos escritores que defendem a violência, mostram que o problema não é só da antiguidade clássica, é social e global, atravessa toda a evolução da história da humanidade em todas as tradições culturais. Só atualmente, o foco mediático nos discursos políticos apresenta uma tendência de redução. (Miranda s/d)²⁸. Face a isso, o mundo começa a evoluir e, devido a inúmeros acontecimentos desumanos, é aprovada a Carta das Nações Unidas (ONU)²⁹ para a manutenção da paz efetiva e a não proliferação das armas massivas.

Com isso, o *direito de liberdade de expressão* aparece plasmado nos direitos nacionais e internacionais pela defesa dos DH, destacando- se a Lei 29 e 45/78, de 12 junho, do Pacto

²⁷Cfr. “ [...] Em primeiro lugar a violência associada a ideia do poder político. O Estado segundo Weber, detém o monopólio da violência legítima, a guerra pode permanecer sempre no horizonte do poder, neste caso associar o político à ideia de violência legítima.

Em segundo lugar a visão Marxista justifica a violência como motor da história, opõe - se ao ótico voluntarista de violência do político. Dentro dessa perspetiva, a violência pode parecer racional, se o objetivo consiste em ir além da própria violência que é exploração do homem. A vontade da paz nasce da guerra e da luta.

Em terceiro lugar o papel da violência na fundação das identidades, principalmente o coletivo, não se pode ignorar o passado em silêncio. Por trás dos abusos da memória encontra- si, na maioria das vezes, a relação fundamental da memória com violência. Dificilmente encontramos uma comunidade histórica que não tenha sido originária de uma relação assimilada a guerra [...]” (Max Weber *apud* Silva, 2001, p. 170 - 173)

²⁸ Cfr. http://www.machadosobrinho.com.br/revista_online/publicacao/artigos/Artigo01REM3.pdf, consultado em: 02.04.18. A sociedade, violência e política de segurança: da tolerância à construção do ato violento.

²⁹ Cfr. A Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada em 24 de outubro de 1945, nos EUA, em 10 de dezembro de 1948, foram aprovados 30 artigos com objetivo de Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH). Ver em: <https://www.todamateria.com.br/onu/>, consultado em 02.04.18.

Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP); a Lei 65/78 de 13 de outubro, Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH); a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos em 1986 (CADHP); às Constituições dos países, e a criação dos Tribunais Penais Internacionais (TPI).

Num discurso o Papa Pio XI disse que, o “Estado existe para o homem e não o homem para o Estado”³⁰. Já para Silva (1992) não basta só falar de liberdade de expressão, deve-se criar mecanismos de difusão de manifestação de livre pensamento, direito de alguém possuir convicções aberturas de discurso público, garantir diversidade de opiniões, bem como criação e organização dos meios comuns de difusão de informação como é o caso de comunicação social.

Similarmente Miranda (2000, pp.454-456) acrescenta que “ a liberdade de expressão em sentido restrito, se correlaciona com às liberdades de informação de comunicação social, atribui esta a maior largueza e abrangência; a pluralidade do destinatário, caráter coletivo de massas, difusão da informação, meios audiovisuais e a cibernética”.

3.5 DA SEGURANÇA AO CONCEITO DA ORDEM PÚBLICA

O conceito de ordem pública não está definido em nenhuma parte da CRM e da CRP, aliado a isso, têm sofrido constantes evoluções ao longo do tempo à medida que a democracia se tem expandido à escala mundial.

Na opinião de Oliveira (2015, pp. 23-31), o conceito de ordem pública subdivide-se em três partes, (de ponto de vista formal, material e jurídica)³¹

Na visão de conceitual operacional de Valente (2009), a ordem pública engloba o espaço temporal em que as circunstâncias de ordem estão a decorrer, verifica-se um ambiente saudável, a tolerância, a normalidade da vida quotidiana. Cabendo ao Estado garantir a segurança e ordem interna, funções atribuídas à Polícia no âmbito das suas competências (nº 1 do art.º 254º CRM e nº 3º da Lei nº 16/2013).

³⁰ Cfr. (Papa Pio XI, apud Valente 2009) Encíclica Divini Redemptoris, Reuniões e manifestações atuação policial, Almedina.

³¹Cfr. “ [...] Na perspetiva de formal, ordem pública é um conjunto de regras fundamentais que regula a vida em sociedade sem as quais se importaria a anarquia, em consequência, o atropelo a mais elementares regras convívências entre os Homens. E de ponto de vista jurídico, refere a ordem pública, refere numa perspetiva jurídica como está plasmado no Código Civil português, aparece como uma espécie de parâmetros legítimos que o legislador pode invocar para impor e justificar restrições ao direito e liberdades aí consagrados e de ponto de vista material, a ordem pública a ausência de desordem e violência [...]”Oliveira, (2015, p. 23 - 31),

3.6 A ORGANIZAÇÃO DA PRM EM MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA.

De acordo com os art.º 7º do Decreto n.º 85/2014, de 31 de dezembro e do art.º 12º da Lei nº 16/2013, de 12 de agosto, a PRM compreende a seguinte composição orgânica:

Ao “nível central, provincial, distrital, posto administrativo, localidade e de povoação”³². “A nível central, a PRM é representada pelo Comando-Geral, ao nível local por Comandos Provinciais³³, em Distritais, em postos administrativos, nas localidades e povoações a PRM organiza-se em postos policiais”³⁴. O nível de organização coincide com os níveis de Comando e Controlo, nomeadamente: estratégico que compreende Comando-Geral; tático os Comandos Provinciais e Operacional fica a cargo dos Comandos distritais e postos policiais. Nas “cidades e vilas a PRM organiza-se em esquadras, postos policiais e sectores policiais”³⁵.

3.7 A ESTRUTURA OPERACIONAL DA PRM

A Estrutura Orgânica da PRM é muito alargada. Nesse sentido, para o nosso trabalho iremos aprimorar a do “Ramo da Polícia de Ordem e Segurança Pública”³⁶. Sobretudo o Departamento de Operações (DOP), o Departamento de Polícia de Proteção (DPP), a Unidade de Operações Especiais e de Reserva (UOER) que alberga a Unidade de Intervenção Rápida (UIR).

Para o prosseguimento das suas atividades, o DOP ao nível central é dirigido por um Comandante e seu Adjunto, com as patentes de Primeiro Adjunto de Comissário e Adjunto do Comissário, ao passo que nas Províncias³⁷ é dirigido por um Superintendente Principal,

³² Cfr. Nº 1 do art.º 7 do Decreto n.º 85/2014, de 31 de Dezembro, que revoga o Decreto nº 27/99, 24 de Maio, aprova o Estatuto Orgânico, o quadro de Pessoal, o quadro de funções de Comando, direção e chefia e os organigramas da PRM, publicado no boletim da República, I – Série, nº 105. E nº 1 do art.º 12º da Lei nº 16/2013, de 12 de agosto Lei da PRM e revoga a Lei nº 5/88, de 27 de Agosto, e Lei nº 19/92, de 31 de Dezembro, publicado no Boletim da República, I – Série, nº 64.

³³Cfr. Comando Provincial da PRM é um órgão de implementação territorial, que funciona na direta dependência do Comando Geral e tem a sua sede na respetiva capital provincial, o comandante provincial possui a patente de Adjunto de Comissário e o seu Ajunto é Diretor da Ordem Pública, Superintendente principal, ambos nomeados por Ministro do Interior sob proposta de Comandante Geral (Nºs 1 e 2 do art.º 38 Decreto n.º 85/2014, de 31 de Dezembro).

³⁴ Cfr. Nº 2 e 3 art.º 7º do Decreto n.º 85/2014, de 31 de Dezembro e nº 2 e 3 do art.º 12º Lei nº 16/2013, de 12 de agosto Lei da PRM.

³⁵ Cfr. Nºs 4 idem.

³⁶ Cfr. Art.º 10º do Decreto n.º 85/2014, de 31 de Dezembro, Estatuto Orgânica da PRM.

³⁷ Cfr. Província é um órgão local do Estado encarregue de garantir a execução, ao nível Provincial, da política Governamental definida por órgão central. De art.º 2º do Decreto nº 21/2015 de 9 de Setembro, publicado no *Boletim da República*, I- Série nº 74.

ambos nomeados pelo Ministro do Interior sob proposta do Comandante Geral (nº 9 e 10 do art.º 10º Decreto n.º 85/2014, de 31 de Dezembro).

Os Comandos Distritais³⁸ e Esquadras³⁹ são dirigidos por um Comandante com a patente mínima de Inspetor Principal (nº 2 do art.º 45º e nº n.º 2 do art.º 46 D/nº 85/2014). O seu Adjunto e Chefe das Operações tem a patente de Inspetor (nº 3 do art.º 45º e nº n.º 3 do art.º 46 da mesmo Decreto), sendo estes responsáveis pelo planeamento e execução de operações policiais no quadro da ordem pública.

Por fim, referimos os Postos policiais⁴⁰ e os Setores policiais⁴¹. O posto policial é comandado por um Chefe do Posto Policial, com a patente de Subinspetor da Polícia, (nº 3 do art.º 47º do D nº 85/2014). De salientar que a lei não lhe confere um adjunto legal, cabendo-lhe delegar essas competências de acordo com a antiguidade dos elementos do posto policial.

Os Comandantes Distritais, das Esquadras, Chefes dos Postos policiais e Chefes dos Sectores policiais são nomeados pelo Comandante-Geral sob proposta do Comandante Provincial.

3.8 AS FUNÇÕES DA PRM NA MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DA ORDEM PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE

Como indica Sousa (2004, p.61-62) a “função primordial da polícia é a prevenção de perigos em geral ou em concreto para ordem e a segurança públicas, (...) de prevenção compreende o combate preventivo à criminalidade e a condutas preparatórias de prevenção de perigos futuros”. Todavia, Clemente (2000, p. XI) considera que a “função policial é eminentemente social desde a sua origem”. De acordo com as ideias de Clemente a Polícia na atualidade é caracterizada por aspetos sociais que coincide com a prevenção de crimes, como é o caso do policiamento de proximidade. Na prossecução das atividades de manutenção e reposição de ordem pública em reuniões e manifestações, a PRM tem as

³⁸ Cfr. Comando Distrital é um órgão de implementação territorial que funciona na direta dependência do Comando Provincial e tem sua sede na sede do respetivo Distrito (nº 1 do art.º 45 do D/ nº 85/2014, 31 de Dezembro).

³⁹ Cfr. Esquadra é um órgão de implementação territorial de natureza operacional, criada em função da situação operativa policial com objetivo de prevenir, investigar e combater a criminalidade (1 do art.º 46 do D/ nº 85/2014, de 31 de Dezembro, embora a Lei não faça menção quanto a dependência, na nossa opinião achamos que funciona na dependência do Comando Provincial, como acontece com o Comando Distrital).

⁴⁰ Cfr. Posto policial é um órgão de implementação territorial que funciona nos postos administrativos e localidades, na direta dependência do Comando Distrital (nº 1 do art.º 47º da D/nº 85/2014, de 31 de dezembro).

⁴¹ Sectores policiais são desdobramentos operativos que funcionam junto das comunidades e povoações, dirigido por um Sargento da Polícia, nomeado pelo Comandante Geral, sob proposta do Comandante Provincial (nº 1 e 2 do art.º 48º idem).

seguintes funções: “garantir a observância e cumprimento de disposições legais que regem a **realização de reuniões, manifestações e espetáculos públicos**” (*al. g* do art.º 14º do Decreto nº 16/2013). Para o cumprimento das missões operacionais que a lei lhe confere à Direção de Operações (DP), órgão de controlo das atividades operativas, adotar formas de recolha, processamento, análise, distribuição, arquivamento de informação e criação de meios de trabalho”⁴².

3.9 A ATUAÇÃO DA PRM ANTES DA REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

A manutenção da ordem pública é uma atividade essencial que visa manter ou estabelecer as condições de segurança e de ordem pública inalteráveis, fazendo com que a atividade das FS seja assegurada pela Constituição e demais leis (Oliveira, 2015).

A PRM na faculdade das suas competências de prevenção da criminalidade atribuídas por lei, antes da desordem pública, ou seja, fase de manutenção ou de rotina, dispõe do DPP, na qualidade de Polícia de Proteção (PP)⁴³, a função de exercer *Operações Simples*⁴⁴ de patrulhamento ou de policiamento de proximidade. A Direção de Informação Interna (DII)⁴⁵, é o “órgão responsável pela recolha e avaliação da informação operativa da segurança interna e da integridade da PRM”⁴⁶, propondo a materialização das operações de ordem e tranquilidade públicas ao Departamento Operativo (DO) é o órgão com funções de “assegurar a coordenação entre a PRM e as outras instituições em matéria de informação e segurança de Estado”⁴⁷. O DO é um órgão coordenador das atividades operativas em *Operações Combinadas*⁴⁸ de ordem pública na PRM.

O DII como órgão que recolhe e processa a informação para servir de suporte da atuação policial, tem um papel crucial para determinação do nível de escalamento da força na PRM, após avaliação do nível de insegurança no local de ocorrência dos factos, podendo a PRM se reforçar com o mesmo nível da força aumentando o efetivo da Polícia Proteção

⁴² Cfr. Alíneas a) e seguintes do nº 1 do art.º 16º do D/nº 85/2014, de 31 de dezembro.

⁴³ Cfr. O nº 3 do art.º 10º do D nº 85/2014, 31 de dezembro.

⁴⁴ Cfr. Operações Simples são aquelas que implicam apenas a utilização de forças territoriais do mesmo Comando (Oliveira, 2015, p. 67).

⁴⁵ Cfr. (DDI) é uma unidade orgânica de recolha, análise e avaliação de informação operativa, (nº 1 do art.º 17º do D nº 85/2014, de 31 de dezembro).

⁴⁶ Cfr. Alínea c) do nº 1 do art.º 17º *idem*.

⁴⁷ Cfr. Alínea b) nº 4 do art.º 17º do D nº 85/2014, de 31 de dezembro.

⁴⁸ Cfr. Segundo Oliveira (2015, p. 67), Operações Combinadas “envolvem a utilização de forças territoriais do mesmo Comando, forças especializadas e /ou forças territoriais de outros Comandos”.

(PP) ou mesmo acionando a força especializada em manutenção ou reposição de ordem pública (UIR) ”⁴⁹.

Tratando-se do início de uma ocorrência policial com probabilidade de possível escalada de violência, os polícias do DII na qualidade de Órgão de Polícia Criminal (OPC), que normalmente trabalham descaracterizados, agem como *agente infiltrado*⁵⁰ ou *agentes encobertos*⁵¹ com o objetivo de recolha de informação que posteriormente irá potencial a atuação policial e prevenção de perigos, nunca podendo agir *agente provocador*⁵².

Segundo Oberschall *apud* Felgueiras (2016, p. 130), na Hipótese (4) numa escala de (1-4), explicam a probabilidade do início de uma escalada de desordem apontando que, “os participantes em distúrbios são recrutados primeiramente entre indivíduos ativos em organizações e relativamente integrados na coletividade, enquanto os indivíduos socialmente isolados e desenraizados serão sob- representados até o movimento ganhar dimensão”.

É nesta fase que o papel dos agentes encobertos e infiltrados no âmbito da reunião e manifestação é importante na recolha de informações, que servirão para tomada de decisões operativas antes de ocorrência de danos. Deste modo, para a “segurança interna, e em particular nas modernas organizações policiais, a informação é um ativo essencial para o cumprimento das missões policiais e, em regra, todas as atividades policiais geram dados e informações” (Fernandes, 2014, p.79-80).

Nesta circunstância, acontecendo antes ou num momento em que a Polícia acaba de chegar local da reunião ou manifestação, “em primeiro lugar a sua intervenção policial deverá ser desencadeada com pouca informação disponível, a polícia deve ser curiosa e questionadora, isto é, tentar perceber: o que está a acontecer? Onde está a acontecer? Quando? Quem está envolvido? Quais os grupos presentes? Qual a sua identidade Social? Como é que a situação evolui? Porque motivos está?” (Felgueira in Valente, 2009, p. 155).

⁴⁹ Cfr. Entrevista exploratória ao Exmo. Sr. Francisco Quiasse Madiquida, Adjunto do Comissário da Polícia, Funções: Comandante Provincial da PRM – Zambézia, Unidade, Comando Provincial – Zambézia, datada no 21 de agosto de 2017.

⁵⁰ Cfr. Na opinião de Valente (2010, p.525), o agente infiltrado é um agente da investigação criminal, que não induza ou instigue o suspeito a prática de crime, que não estivesse já disposto a praticar, antes- se limita a ganhar confiança para melhor observar, e recolher informações a respeito de atividades criminosas de que ele é suspeito, a intervenção do agente infiltrado é autorizada previamente e posteriormente ratificada competente autoridade judicial, tornando a sua atuação lícita, com fins de obtenção de provas.

⁵¹ Cfr. Segundo Valente, (p.538), agente encoberto é, pois um OPC, da Polícia Judiciária que em Moç é equiparada a SERNIC, que de forma encornetada, atua sem revelar a sua qualidade ou identidade, atua em lugares abertos ao público, com finalidades de identificar ou detetar possíveis suspeitos de pratica de crimes, mais ao menos graves de natureza pública ou semipúblico, sem contudo a sua conduta determine a pratica de qualquer crime, este agente não provoca o cometimento de crime. A sua atuação é legalmente lícito e legalmente admissível e a sua presença não altera o rumo dos acontecimentos.

⁵² Cfr. Também segundo Valente (p. 525-532), o “agente provocador cria o próprio crime o próprio criminoso, porque induz o suspeito à prática de atos ilícitos, instigando- o e alimentando o crime, agindo como provocador ou fornecedor de bens e serviços ilícitos. Cuja atuação e provas assim obtidas são ilícitas e violam os princípios democráticos e da lealdade”, podendo servir de meios de provas contra o (OPC) - nº 4 do art.º 126 do CPP português.

Sem conhecer os promotores da perturbação, a polícia limita-se a aprofundar o serviço de informações e as negociações, de modo a tentar identificar os organizadores. Quando se tratar de uma reunião ou manifestação não inopinada, procura-se prevenir e avisar os intervenientes sobre os perigos e as possíveis consequências, bem como comunicar às entidades competentes para adotarem medidas preventivas, de forma a prevenirem uma escalada de desordem e a criação de perigos avultados (Sousa, 2004).

3.10 ATUAÇÃO DA PRM DURANTE A REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

Estamos perante uma fase crucial da reunião ou manifestação. Caso a PP coadjuvada por outras forças combinadas seja ineficaz na mediação da desordem, é acionada a UIR. A polícia poderá desencadear medidas imediatas e adequadas para evitar os perigos contra pessoas. Tratando-se de uma reunião ou manifestação em que os organizadores estejam identificados, as medidas policiais poderão ser adotadas junto dos responsáveis pela organização (Sousa, 2004).

Ao abrigo da Lei⁵³ a UIR tem as seguintes funções no âmbito da manutenção e reposição de ordem públicas:

- ✓ “[...] Realização de operações de manutenção e reposição de ordem pública; Garantir o controlo de massa e combater as situações de violência concertada e declarada;
- ✓ Colaborar com outras forças na reposição de ordem, nas ações de prevenção e de combate à criminalidade violenta e organizada; proteção de segurança de altas individualidades e objetos estratégicos [...]”

Como prevê a lei, nas operações em multidão carece a utilização de forças combinadas, e força *conjuntas ou coordenadas*⁵⁴ nomeadamente: o (DPP), a (UIR), a (Unidade da Canina),⁵⁵ o DII, mediante autorização do Comandante Provincial (nível tático) al c) do n° 1 do art.º 39º do D/n° 85/2014, que no quadro das suas competências poderá dar instruções táticas.

Embora a lei confira à PRM competências funcionais na manutenção da ordem e segurança públicas em contexto de reuniões e manifestações, a aplicabilidade de meios de persuasão deve ser de acordo com as medidas de polícia, as que estão previstas na lei, desde

⁵³ Cfr. Art.º 27º do D/ n° 85/2014, e do art.º 27º do D/ n 16/2013.

⁵⁴ Cfr. Operações conjuntas ou coordenadas são aquelas que envolvem forças de mais do que uma força ou serviço de segurança (Oliveira, 2015, p.67).

⁵⁵ Cfr. De acordo com as alíneas a) e b) do n° 1 dos artigos 30º do D/ n° 85/2014, de 31 de dezembro e D/ n° 16/2013, de 12 de agosto, a Unidade Canina tem as seguintes funções no âmbito de ordem pública: a) Realizar ações de manutenção da ordem e segurança públicas que exijam técnicas da canina; b) Garantir o controlo de massas, deteção de explosivos e drogas, deteção de pessoas e cadáveres em casos de acidentes e catástrofes.

que se mostrem convenientes para a manutenção de ordem e segurança públicas (al. g) do n° 2 do art.º 7º da L/nº 16/2013). Nos poderes gerais de polícia, a PRM (assim como a PSP) gozam de autonomia tática, na medida em que a polícia pode e deve adotar as medidas necessárias à prevenção dos perigos concretos de ordem e segurança pública, desde que não sejam contrárias à lei (Sousa, 2004). Também o art.º 7º da L/nº7/2001 prevê que quando a manifestação pública ou aberta ao público se afaste das suas finalidades e objetivos de ordem e tranquilidade pública, as autoridades policiais podem interrompê-la e recorrer à persuasão, por meios lícitos previstos na lei. É evidente que existe uma discricionariedade na utilização de meios coercivos por parte da polícia, mas nunca devem ferir a lei.

A Constituição moçambicana, assim com a Lei da PRM no (art.º 33º do L/nº 16/2013), pressupõe o uso legal da força policial nas seguintes moldes:

- ✓ “[...] Em caso de perturbação de ordem e tranquilidade pública para repelir uma agressão ilícita em curso ou eminente de interesses juridicamente protegidos, em defesa de próprios ou de terceiros;
- ✓ Para vencer a resistência à execução de um serviço no exercício das suas funções, depois de ter procedido a intimação formal de obediência e esgotados outros meios para o conseguir;
- ✓ Para efetuar detenções de acordo com a legislação penal, de acordo com os princípios de necessidade e proporcionalidade [...]”

Quanto ao uso de arma de fogo, por membro da PRM no exercício das suas funções ou não, existe uma NEP específica que prevê as circunstâncias e limites da sua utilização.

Como vimos, todas missões operativas na atuação policial dependem do comportamento dos manifestantes, as forças policiais devem estar conscientes sobre as condições de situações violentas pela compreensão da dinâmica das multidões, sabendo que a violência é uma função da valorização da legitimidade dos interesses grupais (Valente, 2009).

Quanto à ordem de dispersão do local para a prevenção de perigos, a polícia detém às competências, mas deve exercê-las com antecedência, para que as pessoas abandonem o local, ou proibir a manifestação (cortejo ou desfile) de entrar num determinado local, depois de esgotarem todos os meios de negociação e nos casos em que a vida ou integridade física dos cidadãos estiver em perigo.

Para o bom cumprimento destas tarefas num Estado Democrático, a vertente de formação é crucial, como reafirma Valente (2009, p.158). É “importante a formação profissional dos agentes policiais que têm missões de aplicação prática das medidas a adotar, o conhecimento da identidade social, antecedentes e interações com outros grupos são determinantes”. Por outro lado, Miranda & Lima (2008) defendem que não basta o uso de conhecimentos no combate ao crime antes da sua existência, para evitar a sua multiplicação,

é necessário recorrer a inovações tecnológicas incorporadas na sociedade moderna. Ou seja, é importante ter conhecimentos profissionais, mas também meios tecnológicos; a Polícia deve seguir a evolução tecnológica porque o *modus operandi* dos criminosos evolui com as novas ofertas do mundo digital.

3.11 ATUAÇÃO DA PRM DEPOIS DA REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO

Com a aprovação da Lei nº 2/2017, de 9 de janeiro, Lei que cria o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC)⁵⁶, Foram revogadas todas as competências funcionais no âmbito de Investigação Criminal (IC) que a PRM detinha ao abrigo da Lei nº 16/2013, de 12 de agosto.

Lamentavelmente a PRM não tem competência de IC, porque desde a criação da primeira Polícia em 1975 sempre a PRM auxiliou a AJ na instrução processual. Princípio diferente de Portugal porque mesmo com existência da Polícia Judiciária (PJ), a Guarda Nacional Republicana (GNR) assim como a PSP detêm atribuições de IC, sendo que as competências de investigação encontram-se estatuídas na L/nº 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei Orgânica de Investigação Criminal (LOIC). Em suma, a pequena criminalidade está a cargo da GNR e PSP, a alta criminalidade é matéria reservada à PJ. Contudo, como o nosso trabalho está mais focado para vertente preventiva, a IC não será aprofundada. Embora seja de referir que a IC é importante nos casos em que haja um suspeito no âmbito processual/arguido que integre uma manifestação ou reunião e nesses casos, é relevante uma ação conjunta com a SERNIC, com vista à recolha de meios de prova.

Também a PRM pode e deve “auxiliar as Autoridade Judiciária (AJ) e de IC na realização de diligências processuais, como é o caso de buscas e revistas domiciliárias, apreensões de objetos para servirem de meios de obtenção de provas admissíveis pela lei”⁵⁷. Ao auxiliar a AJ, segundo Hipólito, a PRM deve “respeitar a dignidade da pessoa humana procurando a verdade processualmente válida. Por isso, a polícia atua de acordo com os princípios fundamentais do processo penal, procurando a legitimidade, certeza e segurança jurídica” (2010, p. 16).

⁵⁶ Cfr. De acordo ao nº 1 do art.º 3º da Lei nº 2/2017, de 9 de Janeiro, SERNIC é um serviço público de investigação criminal de natureza paramilitar, auxiliar de administração de justiça, dotada de autonomia administrativa, técnica e tática, sem prejuízo da tutela exercida pelo Ministério que superintende a área de ordem, segurança e tranquilidade públicas, com respeito a subordinação funcional do Ministério Público (MP).

⁵⁷ Cfr. A/ k) do nº 1 do art.º 14º da Lei nº 16/2013 e a art.º 203º do CCP de Moçambique.

Na opinião de Oliveira (2000), na coadjuvação da AJ “é de garantir a segurança dos funcionários judiciais e das outras pessoas presentes no local do serviço, a quando do exercício da sua missão. (...) Efetuar detenções nos casos práticos de crimes”.

Assim sendo, “uma força moderna deve respeitar a dignidade das pessoas, dos seus direitos, conjugados como culto da liberdade e da legalidade” (Silva, 2001, p. 111).

3.1.RESUMO CAPITULAR

Chegado ao fim do Capítulo 3, centrado na estrutura organizacional da PRM, sobretudo a área operacional, importa reter o seguinte: Os níveis de controlo da força na PRM existem e compreendem: o estratégico, o tático e o operacional, uma estrutura que coincide com o Estatuto Orgânico da PRM. O estratégico cabe ao Ministério do Interior e Comando-Geral, o nível tático ao Comandante provincial e por fim o operacional às Subunidades de intervenção (UIR), os Comandos distritais, às esquadras e postos policiais.

Ainda persistem dúvidas quanto aos níveis de escalamento da força, porque a PRM não possui uma força intermediária na sua orgânica. O que se tem verificado é reforço entre Esquadras, com força do mesmo nível quando se verifica a desordem pública, enquanto se aguarda a chegada da UIR, ou seja, é um simples aumento de efetivo policial sem nenhum equipamento antimotim.

O que sucede com a cadeia de formação de Guardas, Sargentos e Oficiais da Polícia, também deveria acontecer com os polícias que integram os diferentes níveis de escalamento da força, não só para casos de reposição da ordem pública, mas também para a manutenção da ordem pública nos bairros sensíveis, na medida que se torna difícil, por exemplo, dois polícias patrulheiros assegurarem o policiamento durante o período noturno em áreas com elevada criminalidade.

Outra questão a assinalar é a revogação de todas as competências de IC que a PRM detinha. Na atualidade, a criação de Polícias de elite para investigar os crimes organizados poderá ser encarada como um fator positivo, mas não se pode criar a alta Polícia sem se criar a baixa Polícia para investigar a pequena criminalidade, como aconteceu com a criação de SERNIC, único serviço com competências de IC em Moçambique. Esta organização, de certa forma, importada de Portugal, replica em Moçambique algumas das disfunções existentes em Portugal, o que tem reflexos também na gestão de desordens públicas de grande complexidade e ausência de informações importantes para a Polícia.

CAPÍTULO 4

MODELO DE ESTRUTURA OPERACIONAL DA PSP

4.1 INTRODUÇÃO

A ordem e segurança públicas é uma das condições primordiais de um Estado de Direito Democrático, assim sendo, para o prosseguimento da nossa investigação, neste capítulo iremos abordar a estrutura organizacional da PSP em operações e segurança. O foco principal é o estudo aprofundado das Equipas de Intervenção Rápida (EIR), especialmente nível de organização das EIR, funções que desempenham em operações isoladas e operações conjuntas com outras forças de valências inferiores e superiores. Neste capítulo também iremos versar a questão dos níveis de comando e controlo e sobre os níveis de escalamento de força na PSP, em casos de desordem pública para posteriormente fazer a comparação com o modelo da PRM.

4.2 ESTRUTURA ORGÂNICA DA PSP

De acordo com a última reestruturação da Lei Orgânica da PSP em 2007⁵⁸, a PSP é uma força de segurança, uniformizada e armada, de natureza de serviço público com autonomia administrativa, que tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e o livre exercício dos direitos fundamentais dos cidadãos, bem como o normal funcionamento das instituições democráticas, (art.º 272º da CRP); (art.º 1º da Lei nº 53/2007).

⁵⁸ Cfr. Lei nº 53/2007, de 31 do Agosto, publicado no Boletim da República, I- Série, nº 168.

A estrutura geral da PSP compreende a “Direção Nacional, as Unidades de Polícia e Estabelecimentos de Ensino, os Comandos Regionais, Comandos Metropolitanos, Comandos Distritais, Serviços Sociais”⁵⁹, Divisões Policiais⁶⁰ e Esquadras⁶¹.

As subunidades policiais, Divisões e Esquadras, podem ser de rotina e de reação. As Equipas de Intervenção e Fiscalização Policial (EIFP) adequam-se a esta dupla função, por um lado, através de ações de patrulhamento preventivo da via pública, ações de policiamento de visibilidade efetuado pelas EIR e de operações de fiscalização pelas Brigadas de Fiscalização e, por outro lado, a intervenção em situações de desordem com poucos intervenientes (terceiro nível) por parte das EIR.

A EIFP, assim como as esquadras de competência genérica encontram-se integradas na Divisão ou Comando policial, na dependência hierárquica da Divisão ou Comando. Na opinião de Rui Moura & Eunice Reis (2017), a organização estratégica da PSP tem por objetivo dar resposta às ameaças e aos riscos à segurança, uma política de segurança interna adequada, eficaz, de rápida intervenção aos problemas dos cidadãos.

No prosseguimento de atividades de ordem pública, o art.º 40º da Lei nº 53/2007, faz referência às missões da Unidades Especiais de Polícia (UEP)⁶². Em matéria de ordem pública, em reuniões e manifestações, compete a Subunidade do Corpo de Intervenção (CI)⁶³, às seguintes funções:

- a) “[Ações de manutenção e reposição de ordem pública;
- b) Combate a violência concertadas;
- c) Colaboração com os comandos no patrulhamento em condições a definir por despacho do Diretor Nacional da PSP] ”.

Muitas vezes, em matérias de manutenção e reposição de ordem pública, o CI trabalha em simultâneo com o Grupo de Operações Cinotécnico (GOC)⁶⁴. De salientar que as funções atribuídas ao CI de manutenção e reposição da ordem pública, não são reservadas.

⁵⁹ Cfr. Ao abrigo dos artigos 19º, 34º e 36º da L/nº 53/2007, são Unidades de Polícia os Comandos territoriais de polícia que funcionam na dependência direta do diretor nacional da PSP na respetiva área de responsabilidade, e compreende os comandos regionais dos Açores e Madeira; Comandos Metropolitanos de Polícia de Lisboa e Porto e os comandos distritais. “São estabelecimentos de ensino o Instituto Superior da Polícia de Segurança Interna (ISCPSI) e a Escola Prática da Polícia (EPP)”, de acordo aos artigos 50º e 51º L/nº 53/2007.

⁶⁰ Cfr. As divisões policiais compreendem as áreas operacionais e administrativas (nº 2 do art.º 38º da L/nº 53/2007).

⁶¹ Cfr. As Esquadras subunidades operacionais nº 3 idem.

⁶² Cfr. Embora o art.º 40º L/nº 53/2007, faça referência das missões e competências (UEP), mas também Farinha, (2013, p.2) acrescenta que esta unidade de elite difere doutras Polícias pelo facto de disporem de treinamento, meios materiais, técnicos, tecnologia, armamento e equipamento e dos Recursos Humanos (RH) tecnicamente habilitados em razão das competências atribuídas por Lei.

⁶³ Cfr. Corpo de Intervenção (CI) constitui uma força de reserva à ordem do diretor nacional da PSP, especialmente preparada e destinada para a manutenção e reposição de ordem pública (art.º 42º idem).

⁶⁴ Cfr. GOG “é uma força especial de reserva vocacionada para aplicação de canídeos no quadro das competências da PSP” al c) do art.º 41 da L/nº 53/2007.

A sua atuação depende do nível de escalada da desordem, pois quando esta é de baixa intensidade, de acordo com a doutrina estabelecida na PSP, cabe às EIR intervir (no 3.º nível) e efetuar a cobertura de segurança, alguns cortes de estrada ou perímetros, em coordenação com o CI (4.º nível de intervenção).

4.3 NÍVEIS DE COMANDO E CONTROLO DA FORÇA NA PSP

A PSP estabeleceu em Normas de Execução Permanente (NEP) os níveis de comando e controlo que compreendem, o nível estratégico, operacional e tático. Esta estrutura organizacional é inspirada na da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)⁶⁵, de que Portugal é Estado membro desde 04 de abril de 1949, ano da sua criação (Faria, 2013/2014).

Pese embora esta organização seja inspirada no modelo militar, a PSP considerou importante a definição de níveis de comando e controlo análogos aos das Forças Armadas e ao fim ao cabo também utilizados na gestão privada de empresas, tendo em vista uma maior racionalidade do processo de decisão, bem como do comando e controlo policial. Como refere o documento interno da PSP. Fazem parte do nível estratégico a Direção Nacional da PSP, o Operacional coincide com os Comandos territoriais e a UEP e finalmente o nível Tático coincide com as Subunidades que executam as operações policiais ao nível da Divisão, Esquadra e equipas.

Deste modo, de conformidade com as normas internas da PSP, compete ao *nível estratégico* (ou nível político através do Ministro da tutela), traçar objetivos estratégicos orientadores de cada operação para a garantia da segurança pública. Contudo, não lhe compete especificar como pretende garantir a operação em concreto, mas apenas como elo de ligação com o nível operacional, de modo a acionar recursos externos de ações policiais ao comando territorial onde decorre a operação; tomar conhecimento das decisões táticas e garantir que são adequadas e proporcionais de acordo com os riscos, autorizar a intervenção de níveis de força mais elevados, etc.

Quanto ao *nível operacional* (unidades policiais), o documento interno da PSP prevê que este nível serve de intermediário entre o estratégico e o tático. Tem por função acompanhar permanentemente a unidade ou força sob o seu controlo, garantindo a ligação

⁶⁵ Cfr. Nato é uma aliança de (29) países membros, europeus e americanos, incluindo Portugal com objetivos de diálogos políticos militares, envolvendo missões de paz, ver em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/nato_countries.htm, consultado em 21.03.2018.

entre as unidades reforçadas e o reforço. O plano operacional destina-se a definir com clareza os objetivos das operações de acordo com os planos estratégicos traçados, de modo a emitir ordens ao comandante tático; garantir que as táticas utilizadas são proporcionais ao grau de ameaça verificado na ocorrência policial; transmitir a ordem de intervenção e propor ao comando estratégico os contactos com a comunicação social.

Por fim o *nível tático*, (subunidades policiais) só mantém ligações com o operacional. Cabe-lhe informar o operacional de forma prévia sobre todas as ações policiais, intervenção e execução, mesmo sendo de rotina

Como acrescenta a mesma norma interna da PSP, o comandante tático pode e deve fazer o registo de todas as tomadas de decisão por ele emitidas, ser ativo e vigilante, avaliar se as equipas que estão no local da ocorrência policial são proporcionais de acordo com o grau de ameaça, e quando não forem, emitir ordem de intervenção de emergência quando indubitavelmente estiverem eminentes agressões que possam perigar a vida de terceiros.

Nos três níveis acima indicados, embora pareçam distantes um dos outros, de uma forma geral, não estão, porque as funções encontram-se bem definidas, facilitando a racionalidade, coerência, adequação e proporcionalidade das decisões, sobretudo procurando um equilíbrio entre a liberdade e a segurança. De notar que o nível tático embora seja a base da pirâmide, é responsável pela disposição das forças de diversas valências, ou seja, não se encontra isolado, pois verifica-se o contato permanente com os níveis superiores para lhe auxiliar nas decisões.

O próprio modelo interno da PSP, refere que, no caso de operações planeadas, a supervisão das operações é da competência do comandante operacional, exercida através do Centro de Comando e Controlo Operacional (CCCO) de cada comando. Nas operações inopinadas ou operações planeadas complexas, como é o caso de reuniões e manifestações de grande dimensão, cabe ao DN/PSP, sob proposta do Diretor Nacional Adjunto de Operações e Segurança, a decisão de instalação de um CCCO e do Centro de Comando Controlo e Estratégico (CCCE) na Direção Nacional. Nas operações de segurança, os três níveis do comando e controlo devem evitar estar fisicamente no local da ocorrência policial, de modo a que não se sobreponham e perturbem o processo de tomada de decisão do comandante do policiamento. Evidentemente quando o nível superior se desloca ao nível inferior, este deve ficar ciente se o superior assume ou não o comando desse nível. Caso não assuma, deve-se abster de dar ordens em concreto aos polícias que integram o nível de comando inferior.

Nos casos de incidentes inopinados de grande complexidade em que seja autorizada intervenção policial pelo comando estratégico (DN/PSP), o comando operacional da operação exerce as funções no CCCO e o comando estratégico supervisiona a operação a partir do CCCE na DN/PSP. Em situações de elevada complexidade o nível operacional pode assumir também o comando tático, caso dos incidentes tático-policiais em que os comandantes gestores dos incidentes são, por regra, os Comandantes dos Comandos territoriais.

A aproximação dos níveis que fizemos referência anteriormente na PSP, em alusão à sua organização, deve-se à implementação dos CCCE e CCCO. Estas salas de situação têm recursos tecnológicos que permitem a visualização de imagens em tempo real das ocorrências, ajudando assim os níveis superiores e inferiores a tomarem decisões para aquela situação naquele preciso momento. Algo semelhante a esta situação não acontece na PRM, porquanto os níveis superiores tomam conhecimento das ocorrências por telemóvel ou rádio, mas mesmo assim não deixam de tomar decisões superiormente, por vezes, decidindo sobre o uso da força sem conhecimento concreto do que se passa no terreno, o que muitas vezes, contende com direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

4.4 NÍVEIS DE INTERVENÇÃO DE FORÇA EM CENÁRIOS DE ALTERAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NA PSP

Num Estado de Direito Democrático que respeita os DF dos cidadãos, a pirâmide de níveis de intervenção é um dos pilares essenciais da atuação e intervenção policial, identificando os limites, os protocolos de transição e procedimentos de articulação e coordenação, permitindo decisões adequadas aos acontecimentos, às ameaças e aos riscos (Farinha, 2013).

Deste modo, em concordância com os padrões internos da PSP, perante um cenário de desordem pública que ocorre na sua área de jurisdição, à *priori* são usados os mecanismos de atuação policial atualmente vigentes na instituição, um modelo de atuação baseado em níveis de intervenção que espelha os princípios de necessidade, proporcionalidade, adequação da resposta policial aos incidentes verificados.

Os vários tipos de incidentes táticos e o tipo de resposta policial estão identificados em cinco níveis de intervenção a saber:

- 1º “ [Nível de intervenção: em situação normal de ordem pública, a polícia tem a função de exercer o policiamento normal de patrulhamentos a pé, de carro de patrulha (CP), equipas de proximidades e programas especiais;
- 2º Nível de intervenção: em pequenos incidentes com baixa agressividade, estamos perante um cenário de prevenção, a atuação policial é primária, serão necessárias as EIR, CP e Brigadas de Prevenção Criminal (BPC).
- 3º Nível de intervenção: em incidentes agressivos com poucos intervenientes, a reação policial é secundária, empenhando-se EIR e BPC.
- 4º Nível de intervenção: em situação de alteração de ordem pública com muitos intervenientes, a ação de reposição de ordem públicas é efetuada com forças como o CI, GOC e EIR.
- 5º Nível: Incidente Tático Policial (ITP), aqui é acionada toda força da UEP, de acordo com a tipologia do incidente concreto] ”.

Todavia, a decisão de transição do 3º nível para o 4º e vice-versa compete ao Comandante do Policiamento territorialmente competente, casos de ações de policiamento planeadas. E quanto a ações de policiamento inopinadas, as regras internas da PSP afirmam que compete ao Comandante da Unidade territorialmente competente (ex.: Comandante Metropolitano de Lisboa, em Moçambique equiparado ao Comandante provincial), após solicitação do Comandante da Esquadra local ou do Comandante do policiamento.

De acordo com Elias (2018) o modelo de gestão de segurança em grandes eventos passou a obedecer a os princípios de flexibilidade permanente, de forte visibilidade, de baixa ostensiva, podendo ser apenas elevado o grau de musculação, de meios operacionais e de recursos humanos mediante uma avaliação rigorosa da ameaça e de risco para a ordem pública.

Assim sendo, Felgueiras (2016, p.13) subdivide as ocorrências de “alto risco em (4) situações: elevado número de concentração de pessoas; reações coletivas, ações coletivas; e, a prática de crimes”.

Neste caso, os comandantes dos policiamentos, durante o planeamento de operações de segurança de reuniões ou manifestações com grandes multidões têm que ter em consideração o nível de concentração de pessoas e as razões que podem originar uma reação coletiva, sobretudo o estímulo que as leva a se manifestarem (Felgueiras, 2016). Felgueiras, aponta ainda como estratégia policial a “organização do comando da operação, a dimensão e constituição do efetivo policial, a missão a desempenhar, a estratégia de operação, a preparação da operação, a política de comunicação e os resultados da operação” como sendo vetores importantes e a ter em consideração num planeamento deste tipo de policiamentos.

4.4.1 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS QUANTO AO USO DE MEIOS COERCIVOS EM MISSÕES CONJUNTA ENTRE (EIR/CI)

Como nos diz Gouveia (2007, p.784), o “princípio da dignidade da pessoa humana, como manifestação material do princípio do Estado de Direito Democrático, significa de um modo geral, que a pessoa é colocada como o fim supremo do Estado e do Direito”.

Havendo necessidade de uso de meios coercivos para repor a normalidade pública ou para fazer cumprir a lei, as normas internas da PSP referem que as EIR assim como o CI, ou outras forças presentes no local, devem-se abster de efetuar qualquer recurso a arma de fogo, salvo em situações de manifesta necessidade, nomeadamente em situações de legítima defesa própria ou de terceiros. Todo e qualquer uso da força em relação à multidão, deve ser precedido de uma comunicação de advertência, fazendo a cominação dos ilícitos que incorrem os manifestantes caso não abandonem o local. Esta advertência deve ser efetuada com aparelho sonoro (megafone) para que a mensagem seja audível por todas as pessoas presentes no local.

Também o CI, em caso de recurso a gás para repor a ordem, deverá previamente comunicar às EIR e restantes forças presentes no local para se certificar se dispõem de material individual de proteção (máscaras anti-gás), caso contrário, as EIR, bem como outras valências e forças amigas, ex. o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), assumirão uma posição defensiva ou retiram-se do local. Se necessário, as suas posições terão que ser assumidas pelo dispositivo do CI. Todas as operações devem ser devidamente coordenadas dependendo do tipo de ação em concreto. No nosso ponto de vista, o importante nesta fase de operação é a divisão das funções, coordenação e comunicação entre as diversas valências para evitar que se cometam erros e descoordenação entre o CI e as EIR.

Noutros casos, a EIR assume a função de proteção das viaturas policiais e apoio aos motoristas; auxilia eventuais feridos, quer sejam polícias ou manifestantes; assume o controlo, retirada e transporte dos detidos até zona segura; efetua a proteção e apoio da intervenção de Forças de Segurança (FS) e Forças de Socorro; promove a ocupação do terreno e a manutenção de ordem pública nas áreas seguras; garante o patrulhamento e a verificação da integridade do perímetro de segurança.

Na transição de nível 4º para 3º, as EIR terão de garantir a visibilidade policial e a saturação do espaço, manter a vigilância ativa, de modo a detetar indícios técnicos relevantes que permitam prevenir confrontos entre grupos.

Acerca da utilização de meios coercivos evocando a legítima defesa, Palma (1990), defende que a justificação é um problema de delimitação do direito, por isso o uso dos meios coercivos podem pecar por excesso carecendo de um motivo bem justificado.

Em situação de passagem de nível de contenção para nível de reação, para Oliveira (2015, p. 183) “o comandante do policiamento territorialmente competente deve decidir, caso necessário, dar início ao processo de escalada do uso dos meios e de força, sendo essencial, sempre que possível, contrariar este ciclo através de comportamento orientado por via do diálogo”. Quando as negociações falharem, verifica-se eminência de violência, Oliveira refere que é preferível o emprego de todos os meios policiais em situação de contenção do que deixar as situações evoluírem para a violência, o que implica prejuízos superiores, sendo aconselhável que o Comandante territorialmente competente adote rápidas medidas e os meios legais ao seu alcance, de modo a persuadir ou dispersar os amotinados, se possível sem aplicação da força.

No caso em que seja necessário o uso de força para defender outros direitos, “o emprego de força exige o respeito pelos princípios da proporcionalidade e da utilização mínima da força (...), os meios coercivos devem ser adequados, exigíveis, indispensáveis, necessários e fixados na lei” (p.339).

4.5 MISSÕES GERAIS E ESPECÍFICAS DAS EIR NA MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE ORDEM PÚBLICA

Como se sabe, a organização das EIR segue a orgânica da DN/PSP, com competências genéricas de “garantir a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas, a prevenção e repressão da criminalidade em geral na sua área de responsabilidade”, (art.º 1º Lei nº 53/2007 da LOPSP).

A criação de EIR e a sua complementaridade não prejudica as missões específicas e genéricas do Corpo de Intervenção (CI), de acordo com a Lei Orgânica e Funcionamento da PSP. As normas internas da PSP atribuem as Equipas de Intervenção Rápida (EIR) as seguintes missões:

- ✓ “ [...] Reforçar a vigilância nas áreas de maior probabilidade de ocorrência de ilícitos criminais, designadamente, nas zonas comerciais, escolares, locais de acesso aos transportes públicos, nas áreas de maior movimento e circulação de pessoas;
- ✓ Intervir em situações de alteração de ordem pública, nomeadamente, nas zonas/bairros problemáticos onde os meios de policiamento normal com frequência se manifestavam ineficazes, dada a violência, hostilidade em relação ao exercício policial, como agressões, ameaças, injúrias e apedrejamento a viaturas e elementos da PSP, com a intenção de identificar e deter desses ilícitos criminais;
- ✓ Reforçar o policiamento no isolamento de itinerários e contenção de multidões, em situações de escoltas e visitas de altas entidades, competições desportivas, realização de manifestação, recreios noturnos, fiscalização de trânsito e operações de buscas domiciliárias.
- ✓ Policiamento na Presidência da República, na Assembleia da República, na residência oficial do Primeiro-ministro ou em outros órgãos de soberania ou embaixadas. [...]”.

45.1 COMPOSIÇÃO DAS EIR

Nos Comandos Metropolitanos, Regionais Distritais de Polícia, a coordenação das EIR cabe ao Chefe da Área de Operações e Segurança. Em Moçambique essa tarefa caberia ao Adjunto do Comandante Distrital ou da Esquadra, mas sempre sob coordenação e supervisão de cadeia hierárquica de direção.

As missões do Chefe da Área de Operações e Segurança ao abrigo das normas da PSP são as programar ações de formação periódicas dos elementos das EIR, em colaboração com o CI para a prontidão combativa da força. Avaliar as atividades desempenhadas para fazer melhorias em atuações futuras, coordenar e supervisionar as operações conjuntas ao nível do Comando.

Quanto à constituição das EIR, o critério cabe à Divisão ou Comando, mas como as EIR estão integradas na EIFP, normalmente o Comandante de EIFP é Subcomissário da Polícia, o seu adjunto é um Chefe, coincidentemente chefe duma das EIR. Em Moçambique um Chefe da PSP é equiparado a um Sargento Principal da PRM. Cada equipa é constituída por 6 (seis) Agentes, incluindo o Chefe do grupo, 1 (um) Agente condutor de CP. Uma Esquadra de Intervenção Fiscalização Policial pode ser constituída por 5 (cinco) ou mais EIR de acordo com o nível de exigências da ordem pública de Divisão ou Comando policial.

Quanto ao horário de trabalho das EIR, o importante a reter é que sempre há uma equipa de trabalho 24 horas/dia, podendo se alterar ou reforçar aos fim-de-semanas, feriados e eventos especiais de acordo com análise da evolução da criminalidade na sua área de jurisdição.

4.5.2 MEIOS DE TRABALHO E MODELO DE RECRUTAMENTO

De concórdia com os preceitos internas da PSP, para se candidatar ao curso de formação das EIR, na PSP o agente policial, candidato, deve ter pelo menos 2 (dois) anos de experiência de trabalho de serviço ativo e efetivo e demonstrar disponibilidade e vontade para o serviço. O convite é feito ao nível da Divisão e é publicado em ordem de serviço do Comando.

O curso de formação incide em matérias técnicas profissionais em dispositivo de ordem pública, técnicas de utilização de gases; técnicas de imobilização e revista de suspeitos; buscas em imóveis e residências de riscos; abordagem a viaturas e suspeitos; Legislação rodoviária, legislação avulsa e informações policiais, são os meios trabalho:

Equipamento: viatura de transporte da equipa; algemas; lanterna de alta potência; rádio; máscara anti-gás; fita de marcação de área; microfone caso a viatura não possua.

Armamento: pistolas individuais; pistolas-metralhadoras (uma por secção); shotguns (uma por secção); coldres; coletes a prova de bala; capacetes, escudos de ordem pública e bastão.

Fardamento: barrete nº 1 de modelo aprovado pela PSP, em Moçambique poderá ser equiparado ao fardamento vulgo pinga de chuva; botas aprovadas pela PRM e emblema/distintivo próprio que ajudará a distinguir dos outros elementos policiais de acordo o modelo aprovado superiormente pela Polícia moçambicana.

4.6 SÍNTESE CAPITULAR

Concluídos os estudos do capítulo 4, importa citar o subsequente: evidentemente os níveis de comando e controlo na PSP existem e compreendem o estratégico, o operacional e o tático, também os níveis de escalamento de força existem e compreendem: 1º-Na situação normal de ordem pública; o 2º- pequenos incidentes com baixa agressividade; o 3º- incidentes agressivos com poucos intervenientes; 4º- Alteração de Ordem Pública com muitos intervenientes, e finalmente o 5º- Nível: Incidente Táticos Policial (ITP). Como vimos anteriormente, cada nível de intervenção adequa-se ao tipo de ocorrência ou situação que a PSP visa resolver.

Também outro fator importante a reter neste capítulo é a criação dos Centros de Comando e Controlo Operacional (CCCO) na PSP, porque ajuda muito a todos intervenientes em ocorrências mais complexas bem como quanto à tomada de decisão,

nomeadamente a partir das imagens através da sala situacional. Não se esquecendo que as normas internas da PSP desaconselham a presença de todos níveis de comando no local da ocorrência, sob pena de congestionamento do nível tático.

De realçar as múltiplas funções que as EIR desempenham. Esta valência é sem dúvida uma mais-valia para a PSP. A PSP ao adotar os cinco níveis de intervenção manifestou uma intenção inequívoca de evitar que as forças de reserva da UEP intervenham em pequenos conflitos ou desordens de baixa intensidade, prevenindo assim o uso da força de forma desproporcional.

CAPÍTULO 5

TRABALHO DE CAMPO E RESULTADOS

5.1 INTRODUÇÃO

Concluído o estudo teórico da investigação, prossegue-se o estudo prático do trabalho de campo a quem o investigador recorreu. Como refere Pessoa (1986, p.131) a “teoria deve-se sustentar com a prática”. Neste contexto, pretende-se aferir o modo de atuação da PRM em reuniões e manifestações, respeitando os pressupostos legais.

Percebemos que o modelo de atuação da PRM não está isolado. Para respondermos a esta questão, temos que fazer um estudo minucioso sobre o organograma operativo da PRM, principalmente os níveis de comando e controlo e os níveis de escalamento da força. O nosso modelo de investigação recorreu às entrevistas dos Comandantes afetos nestes sectores de atividade através de respostas concedidas por eles.

5.2 OBJETIVOS DO ESTUDO PRÁTICO

O objetivo do estudo prático é analisar as opiniões dos entrevistados, que desempenham funções de comando na área de operações e segurança, sobretudo na manutenção e reposição de ordem pública na PRM e na PSP, que tenham larga experiência de trabalho nesta matéria.

Os 100% dos nossos entrevistados definiram o direito de reunião e manifestação como sendo uma prerrogativa que todos os cidadãos gozam de se reunirem na via pública, privada ou particular, de forma pacífica, manifestando os seus interesses e sem nenhuma interferência. O direito foi consagrado na Constituição, convenções internacionais e nas leis avulsas.

Embora os padrões de atuação policial estejam plasmados na constituição e nas demais leis que regulam a sua atividade, também é importante analisar a opinião dos que fazem cumprir a lei, os oficiais da Polícia por nós entrevistados.

5.3 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Como referimos anteriormente na parte introdutória, iremos recorrer ao método qualitativo, através de entrevista a um universo de 5 (cinco) Oficiais da Polícia, destes, 2 (dois) da PRM e 3 (três) da PSP, após terem respondido as suas respostas foram submetidas a análise de conteúdo que é “uma técnica que visa a sistematização da informação, de acordo com a aplicação de processos de codificação, categorização e inferência permitindo um alcance de natureza qualitativo consoante os objetivos e técnicas de análise” (Santo, 2010, p.66).

Como afirma Santo (p,24), a utilização do método qualitativo “através de técnicas de observação participante e de entrevistas, (...), são procedimentos centrados na investigação em profundidade das respostas mais repetidas”, mas nem tudo o que seja mais repetido poderá sustentar a nossa investigação, porque o tema aborda matérias de direito e de liberdades individuais previstos na lei.

Neste contexto, foram entrevistados 2 (dois) Oficiais da PRM e 3 (três) Oficiais da PSP, nomeadamente, na PRM Adjunto de Superintendente Zeferino António Zandamela (Comandante Provincial da Unidade de Intervenção Rápida/UIR); Adjunto de Superintendente Manuel Simão Jacobe (Comandante Provincial do Departamento de Polícia de Proteção/DPP). E na PSP o Superintendente-Chefe Magina da Silva (Diretor Nacional Adjunto da Unidade Orgânica de Operações e Segurança); o Intendente Fernando Alberto Pinto (Comandante da Subunidade Operacional-Corpo de Intervenção/CI); e finalmente o Subcomissário Nelson Tiago Carvalho da Silva (Comandante da Esquadra de Intervenção e Fiscalização/EIFP 4ª Divisão).

As suas respostas foram submetidas a tratamento estatístico para sustentar a investigação.

5.3.1 ENTREVISTA

Na opinião de Sarmiento (2013, p.30), entrevista é “um conjunto de perguntas (designados por guião), que são respondidas necessariamente por via oral”. Mas no nosso caso foi por via escrita. O objetivo como refere Sarmiento “é retirar elementos de reflexão muito ricos, (...) aprofundar o conhecimento sobre factos, informações através de peritos ou especialistas em matéria”.

Na conjugação do nosso estudo de aplicação de entrevistas, o essencial é compreender se é necessário a criação de um nível intermédio no escalamento de força na Polícia moçambicana, sobretudo durante as operações de manutenção e reposição da ordem pública em reuniões e manifestações de menores dimensões para salvaguardar os direitos dos cidadãos sem que seja necessário a intervenção da UIR.

Quanto ao tipo de entrevista, a nossa investigação baseou-se na *entrevista exploratória* com o objetivo de “retirar o conteúdo da investigação, ouvindo especialistas sobre o assunto” (Sarmento, 2010,p.33). A estrutura de pergunta é formal, centrado num guião de entrevista que consta no apêndice D, os entrevistados só responderam o que foram perguntados de acordo com Sarmento. Após a interpretação das respostas, posteriormente adotou-se o *método comparativo* que consiste na “comparação lógica de análise do pensamento humano” Santos (2010, p.47). A comparação foi efetuada utilizando a análise de conteúdo.

5.3.2 VALIDAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Analizada a entrevista no seu conteúdo de escrita e pertinência pelo Professor Doutor Superintendente Luís Manuel André Elias e pelo Professor Doutor João Fernando de Sousa Mendes, através da análise exploratória feita ao primeiro entrevistado, aprovou-se que não carecia de nenhuma alteração quanto ao objetivo.

5.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Por definição, a análise de conteúdo é “uma técnica que visa a sistematização de informação, de acordo com aplicação de processos e codificação, categorização e inferência, permitindo um alcance analítico de natureza qualitativa inferencial, de acordo com técnicas de análise” (Santos, 2010, p.66)

Por outro lado, análise de conteúdo “consiste na utilização de métodos, técnicas e instrumentos que, indistintamente são usados pelos investigadores da informação e da comunicação para analisar e explicar os objetivos sistemáticos, quantidade e qualidade de ideias” (Romero in Santos, 2010, p.68)

Na tipologia de análise de conteúdo, optamos por via de “análise conceitual, baseando-se no estabelecer a existência e frequência de conceitos, recorrendo a análise exploratória que permite obter diversos resultados” (Oliveira in Sarmento, 2013, p.48).

O objetivo do método exploratório “não tem categorias pré-definidas, (...) a análise de conteúdo é realizada nos textos das entrevistas, as semelhanças e diferenças e eventuais alterações que caracterizam as opiniões dos entrevistados, que determinam as categorias que permitem a classificação e a quantificação” (Moscovici in Sarmento, p.49).

Assim sendo, as entrevistas serão analisadas em “categorias de pertinência adaptadas ao conteúdo e ao objetivo do estudo. Avaliadas pelo aspeto qualitativo, que definem as qualidades, em termos da expressão dos significados contidos no texto” (Sarmento, 2013,p.49).

5.4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Primeira questão: **na sua opinião o que é direito de reunião e manifestação?** As respostas desta pergunta foram unânimes, na medida em que 100% dos entrevistados consideraram que o direito de reunião e manifestação é uma prerrogativa de todo cidadão, de expressar apoio ou a protestar, em lugar público, aberto ao público ou particular, de forma pacífica sem nenhuma interferência, nos termos da lei. Na mesma questão, 40% dos entrevistados acrescentaram que o exercício do direito não carece de prévia autorização, desde que não contrariem a ordem e tranquilidade públicas, (Quadro 1 e 2, Apêndice J).

A Unidade Intervenção Rápida (**UIR**), é a única força operacional de reserva, especializada em manutenção e reposição de ordem pública; controlo de massa; combate a situações de violência concertada e declarada em Moçambique (art.º 27º L/ nº 16/2013, 12 de agosto), Lei da (PRM). A UIR encontra-se sediada nas capitais provinciais, em Portugal UIR é equivalente ao Corpo de Intervenção (CI). **Na sua opinião atendendo à grandeza de Moçambique em extensão territorial das províncias, acha que a UIR pode dar resposta atempada quando se verifica a desordem no interior das províncias? Se sim, de que forma?** Nesta questão 60% dos entrevistados, sobretudo oficiais da PSP responderam que a UIR não terá capacidade de dar resposta atempada quando se verificam desordens em áreas distantes da sua sede, sobretudo reuniões e manifestações inopinadas atendendo à extensão territorial do país. Ao passo que, 40% afirmam que a UIR poderá dar resposta atempada,

desde que haja fluxo e refluxo de informação de forma vertical, porque a força de reserva encontra-se sedeadada em todas as províncias do país, conforme (Quadro 3 e 4, Apêndice J).

Relativamente a terceira questão, a pergunta foi: **na sua opinião qual é a vantagem e desvantagem de ter a suposta Força Policial na PRM? E EIR na PSP?** 80% dos entrevistados apontam que as EIR, trazem muitas vantagens, pela sua disponibilidade e rápida intervenção, constituindo-se como uma força da primeira linha. 20% considera que não é necessário a criação de uma força intermediária, uma vez que a PRM na sua organização, tem a Polícia de Proteção (rotina/patrolha) em todo o país para dar resposta a eventuais situações de alteração de ordem pública, com capacidades e dotada de meios. 40% Alertam para a falta de definição clara das funções das EIR na PSP, porque acabam por desempenhar múltiplas funções quer preventivas, quer reativas (Quadro 5 e 6, Apêndice J).

Quarta questão: **que análise comparativa faz sobre o modelo níveis de comando e controlo da PSP e da PRM, sabendo que da PRM compreendem, o estratégico, tático e operacional, ao passo que da PSP compreendem o estratégico, operacional e o tático?** 80% dos entrevistados responderam que não há diferença poderá, só diverge na sequencia, e recomendam o estrito cumprimento das missões que lhes são conferidas. 20% evitou dar opinião porque desconhece a realidade da Polícia portuguesa, (Quadro 7 e 8 Apêndice J).

Relativa a quinta questão: **atendendo aos níveis de escalamento de força, não seria melhor a PRM ter equipas policiais de intervenção treinadas e munidas de meios operacionais menos letais inferiores a UIR em matéria de ordem pública nas cidades e vilas municipais como a PSP tem EIR? Se sim, e nos distritos não municipais?**

40% dos entrevistados não concordam com a existência do nível de escalamento de força, dando exemplo o caso de França e Espanha que na sua organização não têm EIR como força intermediária, mas potenciam a formação profissional dos seus polícias. Um entrevistado acrescentou que a manutenção de ordem pública em reunião e manifestação na Polícia moçambicana não é uma atividade exclusiva da UIR. Esta só poderá intervir em caso de uma manifestação violenta, sendo este o motivo de não criação do nível intermédio. 60% consideram que a criação ou existência de uma unidade/força intermédia seria uma decisão estratégica, com vista a melhorar a gestão dos recursos a empregar em dispositivos operacionais. 60% apontam o papel da EIR como força-tampão, preventiva e mediadora de conflitos de baixa intensidade, sendo fundamental no planeamento e gestão de operações policiais. Será importante influenciar o nível estratégico na PRM na alteração de procedimentos. E aponta a força intermédia como crucial no escalamento de força, (Quadro 9 e 10, Apêndice J).

Finalmente a sexta pergunta: **que relevância têm as Esquadras na recolha das informações no “antes durante e após a manifestação?”** A resposta a questão foi quase unânime. 100% consideram que as Esquadras são normalmente as primeiras subunidades policiais a tomar conhecimento das situações. As Esquadras são, muitas vezes, as responsáveis pelo planeamento tático das operações, pela proteção e comunicação para adequação da força e para reposição da ordem na maioria das desordens de baixa intensidade e dimensão. Cabe às Esquadras a função de manutenção de ordem e tranquilidade públicas nas localidades por que são responsáveis (Quadros 11 e 12, Apêndice J).

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo das conclusões e recomendações finais, procuraremos verificar o cumprimento dos objetivos iniciais e as respostas das entrevistas direcionadas aos Oficiais da Polícia moçambicana e portuguesa, com larga experiência de trabalho na área de operações e segurança. Seguidamente faremos a resposta à pergunta de partida e averiguação das possíveis hipóteses. Para reforçar a proposta de modelo de atuação da PRM em reuniões e manifestações, apresentaremos as nossas conclusões finais desta investigação e proporemos algumas recomendações para investigações futuras, visto que num Estado de direito democrático as reuniões e manifestações são sinónimo de liberdade e garantidamente, este direito vai evoluindo. Posteriormente, faremos a apreciação das limitações do nosso estudo.

6.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Na parte introdutória do trabalho, sobretudo nas hipóteses, há 3 (três) questões que agora carecem de uma apreciação minuciosa.

HP1: Revisão dos níveis de escalamento da força de forma a criar uma força intermédia especializada em manutenção e reposição de ordem pública nas cidades municipais mais desenvolvidas do país, como é o caso das EIR na PSP.

A hipótese colocada verifica-se. De forma a resolver o problema de atuação policial nas reuniões e manifestações em Moçambique é importante rever os níveis de escalamento da força. A revisão culminará com a criação de uma força intermédia especializada em matérias de manutenção e reposição de ordem pública. A força poderá estar localizada em todas as cidades mais desenvolvidas do país, principalmente nos distritos com antecedentes de conflito político armado e de desordem pública. As respostas dos nossos entrevistados (80%) mostram vantagens na existência da força intermédia (EIR) na PSP, porque desempenha variadas funções em primeira linha, tanto em termos preventivos, como reativos. Os

entrevistados defenderam que a Polícia moçambicana deveria seguir o modelo organizacional da PSP.

Por causa das EIR serem uma força de reserva do Comando ou Divisão policial, desempenham inúmeras missões emanadas pelo Comandante. Apesar disso, 40% dos entrevistados alertam para a necessidade de clarificação das missões das EIR na PSP, porque acabam exercendo atividades que não são da sua competência, o que poderá ser uma desvantagem.

Os estudos do capítulo 2, referem que pelo facto da PRM centralizar a UIR nas capitais provinciais viola o princípio de descentralização, não permitindo descongestionamento do escalão central e uma maior aproximação da PRM às populações e aos seus problemas (nº6 do art.º 12º da L/nº 16/2016, de 12 de agosto).

HP2:O atual modelo de organização da PRM adequa-se para rápida resposta policial quando- se verifica desordem pública no interior das Províncias.

A hipótese não se verifica. Embora 40% dos entrevistados tenham respondido que a UIR tem capacidade de resposta atempada quando se verifica a desordem no interior das Províncias, desde que haja rápido fluxo e refluxo de informação de forma vertical. Segundo o nº 1 do art.º 3º da Lei nº 9/91 que regula o direito de reunião e manifestação em Moçambique, o exercício deste direito não carece de prévia autorização, desde que seja pacífica, mas muitas vezes há contramanifestantes com objetivos adversos. 20% dos entrevistados refere que a função de manutenção e reposição de ordem pública em reuniões e manifestações não é exclusiva da UIR, pois a Polícia de Proteção está distribuída em todo país, com capacidades e meios. A questão que colocamos é, que meios tem a Polícia de Proteção? As armas de fogo que as esquadras têm não chegam para distribuir para todos elementos. Para além disso, podem provocar consequências mais gravosas nas operações antiterrorismo. As esquadras e postos policiais não possuem meios como escudos, coletes à prova de bala, shotgun, gás lacrimogénico, meios de proteção e de ação. 60% dos entrevistados apontam a grandeza de Moçambique em extensão territorial como sendo um fator primordial que faz com que a UIR não seja eficaz. Não se põe em causa a sua capacidade de ação, mas sim a distância que podem percorrer para chegar ao local de ocorrência com antecedência, antes de se verificarem danos humanos e materiais avultados, bem como a propensão que os mesmos têm para atuar em cenários de maior violência, não sendo adequada a sua utilização em conflitos de baixa intensidade.

HP3: Os níveis de comando e controlo de força da PRM limitam o Comandante do policiamento, porque o tático é o segundo nível.

A hipótese não se verifica. 100% dos entrevistados sustentam a não existência de diferença, pese embora a PSP compreenda 3 níveis de comando e controlo (o estratégico, o operacional e o tático). Faria (2013/2014) indica que o modelo de comando e controlo policial em Portugal segue o modelo da NATO. 80% dos entrevistados apontam o conhecimento e experiência nas funções e boa a comunicação entre os diferentes níveis como sendo fatores chave para o cumprimento das missões no terreno. O comandante territorialmente competente do policiamento é a ponte da comunicação. Pode influenciar o escalão estratégico a aderir às suas opiniões desde que sejam adequadas e proporcionais à situação em concreto. 60% dos entrevistados defendem que a existir diferença, o comandante tático da PSP goza de maior autonomia tática face ao da PRM.

HP4: A necessidade de formação contínua dos agentes com funções policiais, sobretudo a Polícias de Proteção (PP)

Verifica-se a hipótese colocada. Estudos aprofundados no capítulo 2, por Nuvunga; Nhamirre; Matine et al. (2016) apontam a questão da formação profissional básica dos guardas da PRM como fator importante. Nos 9 meses letivos do curso, têm 30H de disciplinas curriculares de Direitos Humanos, 126H de defesa pessoal, 200H de ordem unida, e as Táticas das Forças de Segurança 60H, ou seja 386H das 416H, totais são dedicadas ao treino paramilitar. O mesmo acontece na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), onde 50% da carga horária é direcionada para a ordem unida e 50% para outras cadeiras complementares do curso.

O modelo de formação da PRM obriga os formandos a valorizarem mais a formação paramilitar do que a vertente jurídica que potencia e defende os conhecimentos profissionais (ex.: o aprofundamento dos estudos sobre o código processual penal).

A atuação da PRM é vista como espelho da formação. A preparação da cerimónia de encerramento do curso na escola prática dura dois a três meses. Durante este período os formandos treinam sistematicamente ordem unida.

Por estes motivos, torna-se necessária a revisão dos currícula nas escolas de formação da PRM. Aliado à formação, 20% dos entrevistados referencia a necessidade de potenciar a formação do pessoal com funções policiais em geral e não a criação de unidades específicas, como é o caso da França e Espanha que não possuem uma força intermédia como as EIR na PSP.

6.3 CONFIRMAÇÃO DOS OBJECTIVOS

Informar-se do enquadramento jurídico das reuniões e manifestações em Moçambique e fazer uma comparação com o modelo português

O objetivo foi cumprido na totalidade. No capítulo 2, através da comparação das leis, a Lei nº 7/2001 de 7 de junho, revoga em partes a L/nº 9/91, de 18 de junho, que regulam o direito de reunião e manifestação em Moçambique e o DL nº 406/74, de 29 de agosto, regula o direito de reunião e manifestação em Portugal. Foi efetuada uma comparação do enquadramento legal em ambos os países. Na vertente prática, todos os entrevistados confirmaram que a reunião e manifestação se trata de um direito fundamental, confirmando a imprescindibilidade do mesmo ser garantido pela Polícia na medida em que se encontra previsto na lei de ambos os países e não carece de autorização nos termos da lei.

Quanto a comparação do modelo de organizacional da PRM e PSP

Também o objetivo foi cumprido na totalidade. Foi revista a literatura, a legislação e os regulamentos internos, principalmente os organogramas das duas Polícias. Notámos algumas diferenças como é o caso do nível de escalamento da força, visto que a PSP no seu organograma operacional possui uma força intermediária denominada EIR. Os entrevistados defenderam que a PRM precisa de formar uma força intermédia idêntica à da PSP, porque assim será possível criar doutrina de escalada de força, melhorar os procedimentos e a formação.

6.4 RESPOSTA AO PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

Como deve atuar a Polícia Moçambicana em reuniões e manifestações salvaguardando os direitos consagrados nas Leis vigentes?

Mediante a revisão da literatura e dos estudos feitos através de recolha de informações/entrevistas, constatamos que os padrões de atuação da PRM encontram-se consagrados na Constituição moçambicana e nas demais leis internas da Polícia.

Para corrigir a má imagem da opinião pública acerca da atuação da Polícia moçambicana, muitas vezes, atentatória do direito de reunião e manifestação, através do uso excessivo de força alegando a sua legítima defesa e de terceiros, a Polícia deve rever o quadro de formação dos agentes com funções policiais. Esta revisão deve culminar com a criação de uma força intermediária equipada com meios menos letais. Nota-se o uso desproporcional da força por parte da UIR em pequenas manifestações, pelo que a sua presença limita automaticamente este direito, sendo importante a criação de uma força intermediária para inferior a UIR.

Uma das grandes políticas públicas adotadas na PRM até aos nossos dias foi a criação da ACIPOL. Apesar do esforço que a PRM empreendeu com a criação da nova academia de formação dos oficiais superiores, persiste a opinião entre os polícias, o poder político e os próprios cidadãos que as manifestações de protesto são sinónimo de insegurança, não as encarando como um direito constitucionalmente previsto na lei.

6.5 PROPOSTA DE UM MODELO DE FORÇA INTERMEDIÁRIA NA PRM

Na opinião de Clemente (2000, p.289), “os grandes aglomerados urbanos revelam-se hoje, fermentadores nobres das oportunidades ilícitas, sobretudo as criminosas”. Nesta perspetiva, um dos grandes problemas que assolou Moçambique foi a guerra civil que durou dezasseis anos, (1977-1992) entre o partido no poder FRELIMO e da oposição RENAMO. Deste conflito militar resultaram consequências gravosas para o país, sobretudo danos humanos e materiais avultados e também o êxodo rural, ou seja, migração populacional das zonas rurais para as urbanas à procura de segurança e de melhores condições de vida. Como expôs Clemente, a aglomeração populacional nas zonas urbanas num mundo globalizado trouxe novos problemas, o índice de criminalidade aumentou significativamente, consequência de falta de oportunidades de emprego, dificuldades que infelizmente persistem até hoje, designadamente em Moçambique.

Embora ao nível estratégico, o CG-PRM e o Ministério do Interior, evidenciem esforços no sentido de distribuir a UIR por todas capitais provinciais, algo que começou em 2009, ano da instalação da primeira companhia da UIR na Província da Zambézia, o problema da insegurança existe nas vilas e distritos municipais, onde subsiste o conflito político armado nesses locais como alvos privilegiados do sistema político.

Como recomendações da nossa investigação para minimizar o problema de insegurança que se vive nos distritos e nas capitais provinciais, somos de opinião que a PRM, através do Comando-Geral, forme uma força intermediária dependente das subunidades dos Comandos territoriais, semelhante às EIR na PSP, principalmente nos distritos com historial de conflito político, nas cidades e vilas municipais mais desenvolvidos. A formação desta força não pode ser vista exclusivamente para servir como força da primeira linha ou de nível intermédio quando se verificar a escalada da desordem pública. Terá, por outro lado que se ter em consideração que as EIR na PSP desempenham demasiadas funções, segundo 40% dos entrevistados, o que poderá ser um inconveniente. Daí que a PRM terá que ponderar também em não utilizar a força intermédia em todas as quaisquer missões, sob pena de descaraterizar essa valência.

A criação de uma força análoga às EIR na PRM, deverá também adotar um modelo de recrutamento semelhante ao da PSP descrito no capítulo 4, com os seguintes requisitos: ser Agente policial do quadro da Polícia de Proteção (patrulheiros) com pelo menos 2 (dois) anos de experiência de trabalho de serviço ativo e efetivo, ter disponibilidade e vontade para o serviço. O concurso poderá ser feito a nível do Comando Provincial, publicado em ordem de serviço pela Direção de Pessoal e Formação, os formadores normalmente serão o pessoal da UIR e a duração do curso poderá ser de um mês.

À semelhança da PSP, o curso de formação poderá incidir em matérias técnico-profissionais em dispositivos de ordem pública, técnicas de utilização de gases, técnicas de imobilização e revista de suspeitos, buscas em imóveis e residências de risco, abordagem a viaturas de e suspeitos risco, legislação rodoviária, legislação avulsa e informações policiais, de acordo com as normas internas da PRM.

Tratando-se de uma fase piloto do projeto poderá abranger (quatro) Comandos distritais mais desenvolvidos de cada Comando provincial, com índice de criminalidade elevado e com historial de conflito político armado, incluindo a capital provincial. Dada a falta de efetivo, por cada Comando distrital poderão ter um total de efetivo de 21 (vinte e um) elementos, distribuídos em três turnos, comandados por um Chefe das Operações, designadamente o Adjunto da Comandante Distrital, com turno de 24H de serviço e 24H de folga, que pode passar de 24H sobre 24H, mediante o nível de situação de criminalidade e necessidade.

A constituição das equipas poderá seguir os mesmos moldes das EIR na PSP, (sete) elementos: o Chefe do grupo e Adjunto poderão ser um Sargento Principal e Sargento, um

Guarda da Polícia como motorista, um Guarda da Polícia operador da shotgun/arma automática, um Guarda da Polícia como proteção do Chefe do grupo, um Guarda da Polícia de proteção do Adjunto e Guarda da Polícia como elemento de proteção da mão livres. Os critérios usados para escolha dos chefes das equipas suportarão os seguintes moldes: capacidade de chefia e liderança, experiência de serviço, aptidão para o serviço e condição física⁶⁶.

6.6 CONCLUSÕES FINAIS

Moçambique é um Estado de Direito Democrático que respeita os direitos do Homem constitucionalmente previstos, daí, a atuação da polícia moçambicana deve ser caracterizada pelo cumprimento da lei, respeitando os Direitos de Liberdades e Garantias (DLG) dos cidadãos. Como aconselha Caetano (1990, p.1147), o “modo de atuar da autoridade administrativa consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir”, ou seja, é uma função preventiva.

O direito à liberdade de pensamento, inclui a liberdade dos cidadãos se manifestarem na via pública, assim como em privado, sem perturbações por parte da administração pública (art.º 18º e 19º DUDH).

Nesta conjuntura, o regime jurídico do direito de reunião e manifestação está assente nos art.º 51º da CRM e art.º 45º CRP com os pressupostos legais assentes nas Lei nº7/2001, de julho, revoga em partes a L/9/91, de 18 de julho, (direito de reunião e manifestação em Moçambique), em Portugal pelo DL nº 406/74, de 29 de agosto.

Num país democrático a liberdade de expressão é sinónimo de manifestação. Os cidadãos usam o termo manifestação como consequência da democracia, e as manifestações de protesto são vistas como forma legítima de defender os seus direitos (Oliveira, 2015).

Sendo assim, para assegurar a ordem pública em reuniões e manifestações, compete à PRM garantir a observância e cumprimento de disposições legais que regem a realização de reuniões, manifestações e espetáculos públicos, conforme previsto no art.º 14º do L/nº 16/2013.

⁶⁶ Entrevista ao Senhor Subcomissário Nelson Tiago Carvalho da Silva, Comandante de EIFP, 4ª Divisão da PSP, Portugal, datada aos 08.01.2018.

Todavia, os grandes desafios com que a Polícia moçambicana se tem deparado consistem na restrição do direito de reunião e manifestação. A lei estabelece que “para restringir um direito fundamental constitucionalmente protegido, é preciso procurar um equilíbrio entre o direito e a segurança”⁶⁷. Pois no “caso em que a Polícia pretenda interromper uma reunião ou manifestação por questões de ordem pública, deve recorrer à persuasão de formas lícitas estabelecidas por lei, sem prejuízo do princípio de proporcionalidade de meios e da legítima defesa”⁶⁸. Porque o uso de meios coercivos desproporcionais automaticamente limita o exercício do direito de reunião ou manifestação.

As autoridades administrativas e policiais devem estar cientes de que o direito de reunião e manifestação está estatuído na constituição e nas demais leis, mesmo sendo inopinadas estão protegidas pela lei, desde que sejam pacíficas. A falta de aviso prévio previsto na lei não se pode confundir com a falta de legitimidade do gozo deste mesmo direito porque este existe. Caberá à polícia procurar os promotores do evento para garantir a sua segurança e posteriormente responsabilizar, aplicando contraordenações previstas na lei por falta de aviso.

As autoridades policiais detêm as competências nos termos da lei para interromperem as reuniões e manifestações recorrendo a meios de persuasão ou outras formas lícitas estabelecidas por lei, quando todos os meios de diálogo forem esgotados para a defesa da legalidade democrática⁶⁹. Numa sociedade democrática “o direito de reunião e de manifestação no confronto com outros direitos fundamentais possui um peso deveras significativo” (Oliveira, 2015, p.29), justificando a mediação, a negociação e a facilitação e o emprego de meios menos letais em caso de necessidade.

A atividade da Polícia é caracterizada pela preservação da paz e da tranquilidade social e liberdade dos cidadãos, porque a Polícia é auditada e controlada por diversas instâncias, judiciais, inspeções da tutela, por auditorias internas, pela comunicação social, pelas organizações não-governamentais e pelos cidadãos (Elias & Pinho, 2013).

No que diz respeito à comparação dos níveis de comando entre a PRM e PSP, chegamos a um termo sustentado pela teoria dos capítulos 3 e 4, e a parte prática da investigação, pois 80% dos entrevistados responderam que as funções são idênticas, ou mesmo iguais, o mais importante é o domínio das funções a desempenhar. E 60% dos

⁶⁷ Cfr. N.º 1 art.º 5º da L n.º 9/91, de 18 de julho e, o art.º 13º do DL – 406/74, de 29 de agosto.

⁶⁸ Cfr. N.º 2 e 3 da Lei 7/2001, de 7 de julho.

⁶⁹ Cfr. N.º 2 do art.º 7º da Lei n.º 7/2001, de 7 de julho, este artigo revoga na totalidade o art.º 7º da Lei n.º 9/91, de 18 de julho.

entrevistados defenderam que, a existir a diferença, o comandante tático na PSP goza de maior autonomia quanto ao posicionamento tático do seu pessoal.

Mesmo assim, persiste um dilema na PRM quanto ao nível de comando e controlo, como vimos na PSP, para além de existência de comunicações via rádio entre os três níveis (estratégico, operacional e tático). Para evitar o congestionamento do escalão inferior, a PSP adotou os Centros de Controlo de Comando Operacional (CCCO) e o Centro de Comando e Controlo Estratégico (CCCE) que à distância, através das imagens, podem auxiliar o escalão tático a tomar melhores decisões. Preconizamos que algo semelhante poderia acontecer na PRM, porque o nível superior toma decisões via telemóvel sem conhecimento concreto e efetivo do que acontece no local das ocorrências, o que tem culminado numa decisão desfavorável aos manifestantes.

Por norma, para existir a alta Polícia, também deve existir a baixa Polícia. Sendo assim, quanto à criação do nível intermediário na PRM 60% dos nossos entrevistados estão de acordo, devido à extensão territorial de Moçambique que tem comprometido a rápida resposta policial. Caso a PRM não crie uma força intermediária especializada, então deve intensificar a formação dos seus polícias, equipando à todos os níveis para dar a resposta necessária quando necessário, como é o caso da França e Espanha que no seu organograma operacional não possuem força intermediária semelhante às EIR em Portugal. Nestes países foi incrementada a formação policial ao nível tático e foram-lhes alocados meios operacionais, como nos disse um dos entrevistados.

Todavia, os níveis de escalamento de força na PRM, de acordo com os estudos verificados do capítulo 4, somando a 80% das respostas dos entrevistados, só notam ganhos na criação das EIR, logo a hipótese não se verifica pelo facto da estrutura orgânica operacional da PRM não possuir o nível intermediário de força. A PRM no seu modelo de formação tem três centros de formação, nomeadamente o básico, médio e superior, podendo os mesmos incrementar formação aos diversos níveis hierárquicos quanto à escalada da força e ao comando e controlo em toda a PRM.

Na conceção de Elias, (2018) o modelo de gestão de segurança em grandes eventos passou a obedecer aos princípios de flexibilidade permanente, de forte visibilidade, de baixa ostensibilidade, podendo ser apenas elevado o grau de musculação, de meios operacionais e de recursos humanos mediante uma avaliação rigorosa de ameaça e de risco da ordem pública. Opinião partilhada por Farinha, (2013) ao referir que num Estado de Direito

Democrático que respeita os DF dos cidadãos, a pirâmide de níveis de intervenção é um dos pilares essenciais da atuação e intervenção policial, identificando os limites, os protocolos de transição e procedimentos de articulação e de coordenação, permitindo decisões adequadas aos acontecimentos, às ameaças e aos riscos de ordem pública.

No que diz respeito a importância das Esquadras em contexto de reunião e manifestação, as respostas foram unânimes, pois 100% dos entrevistados responderam positivamente indicando que as Esquadras são forças de base territorial, relevantes na recolha, difusão de informações e adoção de medidas preliminares de segurança.

6.7 RECOMENDAÇÕES

A ordem pública é um bem valioso característico do Estado de Direito Democrático, sendo assim, a atuação da Polícia nunca pode ser limitadora de direitos dos cidadãos. Para minimizar o problema da tardia resposta policial às ocorrências de desordem pública devido às longas distâncias para o interior dos distritos, também a falta da força intermediária poderá potenciar situações de abuso de poder e de uso excessivo e desproporcional da força. Sendo assim, recomendamos ao nível estratégico da PRM, para melhorar o atual modelo da organização e estrutura operativa da Polícia moçambicana, formando uma força intermédia especializada em matéria de manutenção e reposição de ordem pública nos Comandos distritais mais desenvolvidos e com historial de distúrbios, para coadjuvar a Polícia de Proteção (esquadras de rotina) que atualmente desempenha tais funções em condições frágeis, sem meios de trabalho e muito menos treino especializado que acabam usando armas de fogo (AK-47) alegando a legítima defesa.

Igualmente, recomendamos à PRM criar um gabinete situacional em cada Província para acompanhar em tempo real através de imagens e de comunicações rádio e informáticas o que acontece no local das ocorrências, para ajudar todos níveis de intervenção a tomar melhores decisões, sobretudo o nível operacional da PRM, que na PSP seria o tático.

Como transmite (Oliveira, 2015), o Estado enquanto responsável pela ordem pública, perante novos desafios de segurança, deve melhorar o seu quadro jurídico e constitucional, de modo a combater os fenómenos atentatórios à liberdade dos cidadãos, melhorando o modelo de policiamento e o funcionamento das Forças de Segurança, no quadro da prevenção de crimes.

6.8 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Durante a nossa investigação deparámo-nos com vários obstáculos, sobretudo pela indisponibilidade dos nossos entrevistados e a distância que nos separa (Portugal-Moçambique). Aliado a isso, o nosso projeto inicial de estudo previa um total de 08 (oito) entrevistados, sendo 04 (quatro) Oficiais da PRM e 04 (quatro) Oficiais da PSP. Porém, perante a indisponibilidade dos entrevistados foram concretizadas um total de 05 (cinco) entrevistas, 03 (três) da PSP e 02 (duas) da PRM. Os guiões de entrevista e as respetivas respostas foram enviadas e reencaminhas via correio eletrónico.

Outro fator limitador foi o tempo. Quanto mais aguardávamos pelas respostas das entrevistas, o tempo ia passando, tornando-se escasso. Todavia, todas limitações foram superadas, embora a vontade fosse de efetuarmos 100% das nossas entrevistas, de modo a sustentarmos melhor a nossa investigação. O modelo de avaliação do relatório do estágio prático recorrendo a um trabalho científico tem ocupado o nosso escasso tempo, visto que nos obriga a fazer um duplo trabalho científico, nomeadamente dissertação final e relatório do estágio. Também o pouco acesso da bibliografia em língua portuguesa nesta matéria tem dificultado os nossos estudos.

6.9 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Como referimos ao longo do trabalho, o objetivo da nossa investigação é abordar a questão da atuação da Polícia moçambicana em reuniões e manifestações salvaguardando o direito e a lei. Desta forma para tornar a PRM numa Polícia moderna e eficaz no cumprimento da sua missão deve seguir todos padrões constitucionalmente previstos, de forma a sedimentar-se como um pilar da democracia: uma polícia defensora do “direito à vida, à integridade física, moral, sem sujeição a torturas, tratamentos cruéis ou desumanos” (art.º 40ª da CRM).

O que propomos neste trabalho constitui uma verdadeira política de segurança, de forma que a PRM garanta ainda mais a liberdade e a segurança dos cidadãos, reforçando o respeito e colaboração de toda a sociedade civil.

Nesta perspetiva, apresentamos como recomendações para futuras investigações o aprofundamento das reformas na organização da PRM e no sistema de formação nos estabelecimentos de ensinos básico, médio e superior da PRM para que após os cursos em cada uma das categorias se adote um mecanismo de formação periódico, com vista à adequação das práticas policiais às novas realidades que a sociedade moderna e democrática nos impõe.

Recomendamos também, aos líderes, comandantes operacionais e táticos, a serem proactivos e a não terem receio da mudança, devendo estimular todo o corpo policial a adaptar-se a um novo paradigma, porque a função policial requer disponibilidade permanente para servir melhor os cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

- Acórdão de Rel. Lisboa n.º27-2-1985. (27 de fevereiro de 1985). *Direito de Reunião e Manifestação*. Lisboa, Portugal. Obtido de <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/-/44D5A022ADED60928025768E00545824>, consultado em 12.12.2017.
- Aguilar, J., Seixas, A., & al, (1989). *A Constituição Portuguesa, Práticas e Revisão Constitucional*. Lisboa: Instituto Dom João de Castro.
- Caetano, M. J. (1990). *Manual de Direito Vol. II*. Coimbra: Almedina.
- _____, (1996). *Princípios Fundamentais do Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina.
- Canotilho, G., & Moreira, V. (1998). *Manual de Direito Constitucional*. Coimbra: Coimbra.
- Carapeto, C., & Fonseca, F. (2014). *Administração Pública Modernização, Qualidade e Inovação*. Lisboa: 3ª Swabo.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia de Investigação- Guião para Auto Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Clemente, P. J. (2000). *Polícia em Portugal: Da Dimensão Política Contemporânea da Segurança Pública: Tese de Doutoramento em Ciências Sociais e Especialidade de Ciências Políticas*. Lisboa: UTL-ISCPSI.
- _____, (2004). O Paradigma da Polícia Privada. Em M. M. Valente, *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva* (pp. 342-347). Coimbra: Almedina.
- _____, (2016). *Ética Policial- De Atividade de Coação Policial*. Lisboa: ISCPSI- ICPOL.
- Constituição da República de Moçambique (actualizada)*. (2011). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, E.P.
- Custódio, J. (1996). *Reuniões, Manifestações, Associações, Greves e Legislações Complementares*. Lisboa: Escola Superior da Polícia.
- Decreto n.º 21/2015. (9 de Setembro de 2015). *Aprova a Estrutura Orgânica do Governo Provincial*. Moçambique: Publicado no Boletim da República; 1º Série n.º 72.
- Decreto n.º 85. (31 de dezembro de 2014). *Estatuto Orgânico da PRM*. Moçambique: Publicado no Boletim da República; I-SÉRIE n.º 105.
- Decreto n.º 9/2007. (17 de janeiro de 2007). *Aprova o Regulamento Geral do Ruído*. Portugal: Publicado no Diário da República; 1ª Série de 2007-01-17.
- Decreto-Lei n.º4/2015. (7 de janeiro de 2015). *Aprova do Código do Procedimento Administrativo (CPA)*. Portugal: Publicado no Diário da República; 1ª - Série; n.º 4-7.
- Decreto-Lei n.º. 406/74. (29 de agosto de 1974). *Regulamentação do direito de reunião*. Portugal: Portaria n.º. 469/74.

- Diana, D., Bezerra, J., & Magalhães, L. (2001-2018). *7Grau Lda. CNPJ nº 17.051.876/0001-60*. Obtido de <https://www.todamateria.com.br/sobre/>. Consultado em 14.03.2018.
- Elias, L. (2015). *Dimensões Securitárias na Contemporaneidade*. Lisboa: ISCPSI- ISCPOL.
- _____, (2018). O Papel da PSP na Prevenção e Combate à Violência no Desporto. *Lidador Notícias*, 1/4.
- Elias, L; Pinho, P (2013) *Reuniões e Manifestações: Os desafios das novas formas de contestação*, Lisboa: ISCPSI- ISCPOL.
- Faria, M. J. (2001). *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem Vol.* Lisboa: ISCPSI.
- Farinha, L. P. (14 de Março de 2013). Operações Especiais na PSP. *Seminário de Operações Especiais na PSP* (p. 15). Lisboa: ISCPSI- IC POL.
- Felgueira, S. R (2009). Atividade Policial na Geração da Violência. Em M. M. Valente, *Reuniões e Manifestações Actuação Policial* (p. 158). Coimbra: Almedina.
- _____, (2016). *Ação Policial Face à Ação Coletiva: Teoria para uma Estratégia de Policiamento de Multidões*. Lisboa: ISCPSI - IC POL.
- _____, (2016). *Geração à Rasca*. Lisboa: Chiado.
- Gil, F. (04 de 10 de 2017). *STV*. Obtido de http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2017/10/agp-acordo-geral-de-paz-de-roma-1992-é-uma-vitória-com-sabor-de-amêndoa-amarga-posto-que-recordamos-o-início.html.
- Gomes, P. V. (2007). A Prevenção criminal através do ordenamento do espaço urbano: subsídio para uma agenda nacional. Em M. M. Valente, *Urbanismo, Segurança e Lei Tomo I* (p. 68). Coimbra: Almedina.
- Gonçalves, M. L. (2007). *Código de Processo Penal*. Coimbra: 2ª Edição Almedina.
- Gouveia, J. B. (2007). *Manual de Direito Constitucional, Vol. II*. Coimbra: Almedina 3ª edição.
- Guedes, A. M., & Elias, L. (2010). *Controlos Remotos Dimensões Externas da Segurança Interna de Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Hipólito, A. C. (2010). *Coordenação de Investigação Criminal- Dos Mecanismos de Cooperação Existentes na PSP, entre os órgãos de Polícia Criminal de Competência Genérica e na União Europeia*. Lisboa: ISCPSI.
- Jacobe, M. S. (05 de março de 2018). A Atuação da Polícia da República de Moçambique em Manutenção de Ordem Pública e Reunião e Manifestação. (J. P. Quirimpeiro, Entrevistador)
- Jornal Refletindo sobre Moçambique, publicado sábado, setembro 18, 2010, disponível: <http://comunidademocambicana.blogspot.pt/2010/09/manifestacoes-populares-sociedade-civil.html>, Consultado em 27 de dezembro 2017.

- Lei n.º 49/2008. (27 de agosto de 2007). *Aprova a Lei de Organização de Investigação Criminal*. Portugal: Publicado no Boletim da República 1ª- Série nº 165.
- Lei nº 53/2007. (31 de agosto de 2007). *Aprova a orgânica da Polícia da Segurança Pública*. Portugal: Diário da República; 1ª Série nº 168.
- Lei nº 7/2001. (7 de julho de 2001). *Lei que regula o exercício do direito à liberdade da reunião e manifestação*; Moçambique: Publicado no Boletim da República em 24 de abril de 2001.
- Lei nº 9/91. (9 de julho de 1991). *Regula o exercício do direito de reunião e manifestação*. Moçambique: Publicado no Boletim da República; 18 de julho 1991.
- Lei nº. 2/2017. (9 de janeiro de 2017). *Cria o Serviço Nacional de Investigação (SERNIC)*. Moçambique: Publicado no Boletim da República; 1ª Série nº.5.
- Lei nº. 53/2008. (29 de agosto de 2008). *Aprova a Lei da Segurança Interna*. Portugal: Diário da República; 1ª Série nº 29.
- Lucas, P. (2009). Reuniões e manifestações e actuação policial. Em M. M. Valente, *Reuniões e Manifestações Actuação Policial* (p. 403). Coimbra: Almedina.
- M.S. Ribeiro, L. M. (2016). *Código Penal de Moçambique*. Maputo: 1ª Edição Minerva Press.
- Mabote, N. Q. (2017). Revolta Popular em Moçambique e Atuação Policial no Atual Estado Democrático de Direito- GT5- Movimentos Sociais e Democracia. *Jornal Bantu*, 2. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2017/03/Noa-R.-Expandido.pdf>, consultado em 22.12.2017.
- Madiquida, F. Q. (12 de 21 de agosto de 2017). Níveis de escalamento da força. (J. P. Quirimpeiro, Entrevistador)
- Matias, A. d. (1978). *A violência no mundo moderno*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Miranda, A. P., & Lima, L. L. (2008). *Políticas Públicas de Segurança, Informação e Análise Criminal*. Rio de Janeiro: EdUFF.
- Miranda, J. M. (2000). *Manual de Direito Constitucional*. Coimbra: Coimbra.
- _____, J. M (2001). *Direitos Fundamentais e direitos do Homem*. Lisboa: ISCPSI.
- Miranda, M. M. (s.d.). *A sociedade, violência e política de segurança: da tolerância à construção do ato violento*. Obtido de http://www.machadosobrinho.com.br/revista_online/publicacao/artigos/Artigo01REM3.pdf. Consultado em 12.12.2017.
- Nuvunga, A., Nhamirre, B., Matine, J., & Lorizzo, T. (Outubro de 2016). Em Matalane e na ACIPOL a Formação paramilitar é preocupante. *Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP) Edição No 10/2016 - Maio - Distribuição Gratuita*, p. 10.
- Oliveira, J. F. (2004). As reformas dos Sistemas e Sistemas e Organizações Policiais. Em M. M. Valente, *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva* (p. 398). Coimbra: Almedina.

- Oliveira, J. F. (2015). *A Manutenção da Ordem Pública em Democracia*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- _____, (2000). *A Manutenção de Ordem Pública em Portugal*. Lisboa: ISCPSI, 1ª Edição.
- Palma, M. F. (1990). *A Justificação por legítima defesa como problema de delimitação do de direitos*. Lisboa: AAFDL.
- Parecer da Procuradoria Geral-PGR N.º 40/98, n.º* (29 de agosto de 1998). Obtido de <http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/6be0039071f61a61802568c000407128/871ab8ad04a0b1648025703f0035b104?OpenDocument>: Lisboa
- Parecer n.º 40/98 da Procuradoria-Geral da República (GPR). (1989). *Aprova Suplementos acréscimos à remuneração*. Portugal: Publicado no Diário da República n.º 391, P.82.
- Parecer n.º 83/2005, da PGR. (12 de agosto de 2008). *Direito de Reunião e de Manifestação*. Portugal: DIARIO DA REPUBLICA - 2.ª SERIE, N.º 155, de 12.08.2008, Pág. 35847; <https://dre.tretas.org/dre/237588/parecer-83-2005-de-12-de-agosto>.
- Pelembe, A. A. (2006). *Contributos para a Segurança e Ordem Pública em Moçambique (o papel das comunidades no policiamento comunitário)*. Lisboa: Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI).
- Pessoa, F. (1986). *Páginas de pensamento político, Volume II (Introdução, organização e notas de António Quadros)*. Europa-AMERICA: Mem Martins.
- Pinto, F. A. (08 de janeiro de 2018). A Atuação da Polícia da República de Moçambique em Manutenção de Ordem Pública e Reunião e Manifestação. (J. P. Quirimpeiro, Entrevistador)
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gravada; Tradução: João Manuel Marques; Maria Amália Mendes; Maria de Carvalho.: Centro de Investigação do ISCPSI.
- Rodrigues, A. M. (2015). *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol. XXII*. Braga Portugal: Enciclopédia La.
- Raposo, J. (2006). *Direito Policial I*, Centro de Investigação Científica, Lisboa: Almedina.
- Relatório de Atividades, (RA, 2009) DN/PSP, p.35.
- Rui Filipe Melo Coelho Moura; Eunice Maria Antunes dos Reis. (Fevereiro de 2017). Gabinete de Estudo e Planeamento da DN/PSP. 2017-2020, p. sem pág.
- Santo, P. d. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais, Génese. Fundamentos e Problemas*. Lisboa: Edições Sílabos.
- _____, (2010). *Introdução à Metodologia da Investigação das Ciências Sociais Génese, Fundamentais e Problemas*. Lisboa: Silabo.
- Sarmento, M. (2013), *Metodologia Científica para elaboração, escrita e apresentação de teses*, Lisboa. Universidade Lusíada.

- Silva, G. M. (Outubro de 2000). Seminário sobre a atuação policial e direitos humanos. *Setembro- Outubro*, pp. 20- 23.
- _____, (2001). *Ética Policial e Sociedade Democrática*. Lisboa: ISCPSI.
- Silva, H. R. (2001). *A Violência na História e a Legitimidade de Desobediência Civil*. Curitiba, Brasil: UFPR.
- Silva, J. A. (1992). *Curso de Direito Constitucional Positivo*. Brasil: São Paulo, Malheiros.
- Silva, M. M. (01 de 29 de 2018). A Atuação da Polícia da República de Moçambique em Manutenção de Ordem Pública e Reunião e Manifestação. (J. P. Quirimpeiro, Entrevistador)
- Silva, N. T. (14 de fevereiro de 2018). A Atuação da Polícia da República de Moçambique em Manutenção de Ordem Pública e Reunião e Manifestação. (J. P. Quirimpeiro, Entrevistador)
- Sousa, A. F. (2004). Para uma Lei de Atuação Policial em Portugal. Em M. M. Valente, *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva* (pp. 67-68). Coimbra: Almedina.
- Sousa, M.J; Baptista, C.S (2011). *Como fazer investigação, dissertação, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa, PACTOR 5ª Edição.
- Tembe, D. J. (2015). A Construção das ciências policiais na ACIPOL e a sua importância para uma polícia democrática em Moçambique. Em M. M. Valente, *Ciências Policiais e Política Criminal Justiça e Segurança: um discurso de liberdade democrática* (pp. 182- 186). Lisboa: ISCPSI- ICPOL.
- Valente, M. M. (2009). *Reuniões e Manifestações Actuação Policial*. Coimbra: Almedina.
- _____, (2012). *Teoria Geral de Direito Policial*. Lisboa: Coimbra.
- Zandamela, Z. A. (05 de março de 2018). A Atuação da Polícia da República de Moçambique em Manutenção de Ordem Pública e Reunião e Manifestação. (J. P. Quirimpeiro, Entrevistador)

APÊNDICE DE ENTREVISTAS

APÊNDICE A: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA NA PRM



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO INTERIOR
COMANDO- GERAL DA POLÍCIA
DIREÇÃO DE PESSOAL E FORMAÇÃO

CREDENCIAL

A Direcção de Pessoal e Formação do Comando- Geral da PRM credencia o membro da PRM, **José Pedro Quirimpeiro**, Aspirante a Oficial da Polícia, estudante de Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna em Portugal para realizar entrevistas no âmbito de elaboração do trabalho final do curso subordinado ao tema: **A Actuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) na Manutenção e Reposição da Ordem Pública em Reunião e Manifestação.**

Deste modo irá realizar entrevistas às seguintes individualidades da estrutura orgânica da PRM:

- 1) Exmo. Sr. Adjunto do Comissário da Polícia, **Francisco Quiasse Madiquida**, Comandante Provincial da PRM - Zambézia.
- 2) Exmo. Sr. Superintendente da Polícia **Narciso Francisco Raso**, Superintendente da Polícia, Director da Ordem Pública da PRM - Zambézia.
- 3) Exmo. Sr. Adjunto de Superintendente da Polícia, **Zeferino António Zandamela**, Comandante da UIR - Zambézia;
- 4) Exmo. Sr. Adjunto Superintendente da Polícia **Manuel Simão Jacob**, Chefe do Departamento da Polícia de Protecção - Zambézia.

Também está autorizado a consultar os seguintes documentos:

Normas de Execução Permanente (NEP) de níveis de escalamento da força da PRM;

NEP do Comando e Controlo da Força da PRM;
NEP dos limites do uso dos meios coercivos da PRM.

A realização deste trabalho tem por objectivo, efectivar um estudo comparativo entre a PRM e a PSP (Polícia de Segurança Pública) no que se refere a forma de actuação policial em reunião e manifestação, bem como, os níveis de escalamento e controlo da força.

Ao Aspirante a Oficial da Policia, José Pedro Quirimpeiro, impõe-se-lhe o dever de garantir a confidencialidade da informação, em conformidade com a sua classificação, a qual se destina exclusivamente ao uso no âmbito do seu trabalho académico,

Saúda-se antecipadamente a colaboração de Vossas Excelências.

Maputo, 30 de Janeiro de 2018



ARNALDO ANTÓNIO DE BRITO CHEFO
(Adjunto do Comissário de Polícia)

APÊNDICE B: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA NA PSP

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

DIRECÇÃO DE ENSINO

SECRETARIA ESCOLAR

Informação/Proposta



Número: 476/SECDE/2017

Processo: SECDE201700001ASP

Classificador: 080.01.10

Data: 2017-12-19

Parecer:

concordo com o proposto.
20 Dez 2017

O Director de Ensino

Sérgio Ricardo Felgueiras
Intendente

Despacho:

Aprovo o projecto
20/12/2017
ISCPSI
O Director

Assunto: Aprovação do Projeto de Dissertação/Trabalho de Projeto

Pedro José Lopes Clemente
Superintendente-Chefe

1. No âmbito do Estágio do 30.º CFOP, os Aspirantes a Oficial de Polícia (AOP) entregaram o projeto de dissertação/trabalho de projeto, previsto no artigo 6.º, do Regulamento das Condições de Elaboração e Avaliação da Dissertação/Trabalho de Projeto do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (RCEAD/TPCMICP).

2. Neste sentido, para a apreciação geral dos projetos, foram indicados o Prof. Doutor João Fernando de Sousa Mendes e a Prof.ª Doutora Lúcia Maria Gouveia Pais

3. Relativamente ao projeto de dissertação/trabalho de projeto do AOP José Pedro Quirimpeiro, o mesmo mereceu a apreciação seguinte:

- Reduzir o título da dissertação – 28 palavras é demais. Retirar os acrónimos.
- Rever Temática e Título. Não se pode dividir o título apresentado na capa e assim pensar que um é o tema do trabalho e o outro o título do trabalho.
- Corrigir o nome do Orientador.
- Explicitar o problema de investigação. Pretende-se saber como a polícia “deve atuar” ou como é que ela atua?
- Não ficam claros os objetivos do estudo.
- Não se percebe a formulação de hipóteses apresentada. Contudo, questiono a pertinência da sua formulação, atento o estudo a realizar.
- Quanto ao Método, vai fazer um estudo descritivo e comparativo. Vai fazer-se uma análise da literatura científica (ou revisão da literatura, ou estado da arte). Vai recorrer à entrevista como instrumento de recolha dos dados. Contudo, não está correta a afirmação de que a “aplicação de



entrevistas que servirá de elo de ligação fundamental para análise de conteúdo e discussão das ideias das respostas dos entrevistados" (p. 10). h) - A entrevista é um instrumento de recolha de dados; a análise de conteúdo é um instrumento de análise dos dados.

i) - Entretanto, é manifestamente insuficiente realizar três entrevistas a três Oficiais de cada uma das polícias.

j) - Quanto à Pertinência do estudo, ele é pertinente, sim. Mas não deve formular conclusões *a priori*, como escreve neste ponto.

l) - Na proposta de Índice não consta um capítulo para a apresentação e discussão dos resultados, nem outro para as conclusões do trabalho. Deve estruturar o trabalho (e, por conseguinte, o índice) contemplando estes capítulos.

m) - A norma de referência APA deve ser cumprida (o que não acontece no projeto).

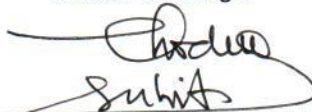
n) - Cuidar da escrita a apresentar. Não deve escrever como fala e deve ser claro quando está a referir-se a uma ou a outra polícia, caso contrário o texto fica confuso.

4. O orientador é o Intendente, Prof. Doutor Luís Elias.

5. O Diretor do ISCPSI pronuncia-se pela aprovação ou não aprovação dos projetos de dissertação/trabalhos de projeto, conforme estabelece o art.º 7.º, n.º 1, do Regulamento das Condições de Elaboração e Avaliação da Dissertação/Trabalho de Projeto do CMICP.

6. Na qualidade de Diretor de Estágio, proponho a aprovação do projeto apresentado pelo AOP José Quirimpeiro, condicionada à sua reformulação, de forma a colmatar as lacunas mencionadas no número 3.

Diretor de Estágio



Ezequiel Agostinho Maciel Rodrigues
Subintendente



APÊNDICE C: MODELO DE NOTA INTRODUTÓRIA DE ENTREVISTA

No âmbito do XXXº Curso de Formação dos Oficiais de Polícia (CFOP), urge a necessidade de fazer um Trabalho final de Investigação científica, subordinado ao tema: ***A Atuação da Polícia da República de Moçambique (PRM) na Manutenção e Reposição da Ordem Pública em reunião e Manifestação:*** Chegando ao fim do curso, há necessidade de recolha de informação que será discutida com o intuito de dar resposta às questões que havemos de fazer baseando - se nas entrevistas de qualidade que fará – se ao aos cinco Oficiais da Polícia da República de Moçambique (PRM) e também cinco Oficiais da Polícia de Segurança Pública (PSP), ligados na área de direção e chefia em matéria de ordem pública.

O estudo foi proposto com o objetivo de abordar a questão da atuação policial moçambicana em reunião e manifestação, sabendo do princípio que este é um direito fundamental e deve haver um equilíbrio entre a ordem pública e liberdade de expressão, limites da atuação policial para garantir o exercício da direito liberdade dos cidadãos.

A entrevista ajudará a dar resposta aos pressuposto da investigação de forma a salvaguardar os interesses da instituição policial moçambicana, porque haverá uma partilha de informação entre a PRM e a PSP, sabendo que, o estudo é comparativo entre as duas polícias. Após a contribuição da V. Ex.^a, Grato pela sua colaboração. Atenciosamente,

Lisboa, ISCPSP, janeiro de 2018

José Pedro Quirimpeiro

(Aspirante a Oficial da Polícia).

APÊNDICE D: GUIÃO DE ENTREVISTA

1- Na sua opinião o que é direito de reunião e manifestação?

2- A Unidade Intervenção Rápida (UIR), é a única força operacional de reserva especializada em manutenção e reposição de ordem pública; controlo de massa; combate a situações de violência concertada e declarada em Moçambique L nº 16/2013 Lei Polícia da República de Moçambique (PRM), sediada nas capitais provinciais em, Portugal UIR é equivalente ao Corpo de Intervenção (CI). Na sua opinião atendendo a grandeza de Moçambique em extensão territorial das províncias, acha que a UIR pode dar resposta atempada quando- se verifica a desordem no interior das províncias? Se sim, de que forma?

3- Na sua opinião qual é a vantagem e desvantagem de ter a suposta Força Policial na PRM?

4- Que análise comparativa faz sobre o modelo níveis de comando e controlo da PSP e da PRM, sabendo que da PRM compreendem estratégico, tático e operacional, ao passo que da PSP compreendem o estratégico, operacional e o tático?

5- Atendendo aos níveis de escalamento de força, não seria melhor a PRM ter equipas policiais de intervenção treinadas e munidas de meios operacionais menos letais inferiores a UIR em matéria de ordem pública nas cidades e vilas municipais como a PSP tem EIR? Se sim, e nos distritos não municipais?

6- Que relevância tem as Esquadras na recolha das informações no “antes durante e após a manifestação?

APÊNDICE E: ENTREVISTA DO EXMO. SR. ADJUNTO DE SUPERINTENDENTE ZEFERINO ANTÓNIO ZANDAMELA

Funções: Comandante da Unidade de Intervenção Rápida (UIR)

Unidade: Unidade de Reserva

Data: 05.03.2018.

Local: Zambézia.

1- Na sua opinião o que é direito de reunião e manifestação?

Segundo o art.º 51º da CRM, consta que o direito de reunião e manifestação consiste na expressão no quadro jurídico-legal de comportamentos/protestos, sentimentos ou de uma opinião contra tudo o que é adversos suas opiniões de paz, justiça e bem-estar social numa forma pacífica.

2- A Unidade Intervenção Rápida (UIR), é a única força operacional de reserva especializada em manutenção e reposição de ordem pública; controlo de massa; combate a situações de violência concertada e declarada em Moçambique L n° 16/2013 Lei Polícia da República de Moçambique (PRM), sediada nas capitais provinciais em, Portugal UIR é equivalente ao Corpo de Intervenção (CI). Na sua opinião atendendo a grandeza de Moçambique em extensão territorial das províncias, acha que a UIR pode dar resposta atempada quando- se verifica a desordem no interior das províncias? Se sim, de que forma?

Sim, estrategicamente no fluxo e refluxo de informações operativas, fluindo normalmente na sua vertente classificada garante- se resposta em tempo recorde desdobrando as forças para o local dos factos.

3- Na sua opinião qual é a vantagem e desvantagem de ter a suposta Força Policial na PRM?

Tem como vantagem o controlo da situação/primeiro choque com a situação caso haja resistência da massa oponente obrigando a intervenção da UIR. Não há desvantagem.

4- Que análise comparativa faz sobre o modelo níveis de comando e controlo da PSP e da PRM, sabendo que a PRM compreendem estratégico, tático e operacional, ao passo que a PSP compreendem o estratégico, operacional e o tático?

Cada sistema caracteriza os níveis e origens das suas organizações, o tempo de vida de cada um, sendo que a PRM se identifica com o estratégico, tático e operacional, dominante em todos os circuitos, enquanto a PSP trocou as posições operacional pelo tático, o que significa liberdade de ação (segunda planificação da mesma atividade).

5– Atendendo aos níveis de escalamento de força, não seria melhor a PRM ter equipas policiais de intervenção treinadas e munidas de meios operacionais menos letais inferiores a UIR em matéria de ordem pública nas cidades e vilas municipais como a PSP tem EIR? Se sim, e nos distritos não municipais?

Sim.

6- Que relevância tem as Esquadras na recolha das informações no “antes durante e após a manifestação?”

Antes: (fase de preparação dos seus elementos no trabalho a seguir), verificação do local, rota, possíveis incidentes táticos. Durante (proteção dos manifestantes dos possíveis grupos opostos a manifestação), deliberação das ações pontuais, condução dentro da rota definida, garantia de segurança de pessoas e bens. Depois (indicação para recolha de possíveis obstáculos resultantes desta manifestação, retorno a estrutura normal da vida.

Fim da entrevista

Muito obrigado pela contribuição!

**APÊNDICE F: ENTREVISTA DO EXMO. SR. ADJUNTO SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA
MANUEL SIMÃO JACOBÉ.**

Funções: Comandante do Departamento da Polícia de Proteção (DPP).

Unidade: Chefe do Departamento da Polícia de Proteção (DPP).

Data: 05.03.2018.

Local: Zambézia

1- Na sua opinião o que é direito de reunião e manifestação?

O direito de Reunião e Manifestação é prerrogativa que todo o cidadão tem, de forma pacífica, sem dependência de qualquer autorização prévia nos termos da lei, reivindicar ou debater seus interesses.

2- A Unidade Intervenção Rápida (UIR), é a única força operacional de reserva especializada em manutenção e reposição de ordem pública; controlo de massa; combate a situações de violência concertada e declarada em Moçambique, art.º 27º da L/nº 16/2013 (PRM), sedeadas nas capitais provinciais em, Portugal UIR é equivalente ao Corpo de Intervenção (CI). Na sua opinião atendendo a grandeza de Moçambique em extensão territorial das províncias, acha que a UIR pode dar resposta atempada quando- se verifica a desordem no interior das províncias? Se sim, de que forma?

Apesar da grandeza de Moçambique em extensão territorial das províncias, a UIR pode sim dar resposta atempada quando- se verifica desordem no interior das províncias, visto que foram criadas Unidades da UIR em todas as províncias e dotações em todas Subunidades policiais da República de Moçambique, neste contexto, em caso de necessidades em qualquer ponto do país, usar- se a UIR local. Não só, importa realçar que não é atividade exclusiva da UIR proteger manifestações, ela só intervém em casos manifestações violentas ou que a lei para efeitos de reposição de ordem pública.

3- Na sua opinião qual é a vantagem e desvantagem de ter a suposta Força Policial na PRM?

Sem efeito.

4- Que análise comparativa faz sobre o modelo níveis de comando e controlo da PSP e da PRM, sabendo que da PRM compreendem estratégico, tático e operacional, ao passo que da PSP compreendem o estratégico, operacional e o tático?

Torna-se difícil fazer uma comparação de duas realidades distintas, tendo em conta que desconheço a realidade portuguesa.

5 – Os níveis de organização de PRM, coincidem com níveis de comando e controlo da mesma, que compreendem: o estratégico, o tático e o operacional. Na sua opinião acha que este modelo é eficaz uma vez que o nível tático não vive a realidade em tempo real, mas pode dar instruções até mesmo dar ordens? Se sim, na qualidade de Comandante tático teria liberdade de agir?

O modelo usado pela PRM nos níveis de organização, comando e controlo é eficaz sim, e não constitui a verdade o facto de nível tático não viver a realidade em tempo real, visto que para além de planificar, constitui atribuição da PRM inspecionar a escala nacional, logo, não basta só planificar nem dar instruções e ficar descansado.

6- Que relevância tem as Esquadras na recolha das informações no “antes durante e após a manifestação?”

A relevância das Esquadras na recolha de informações antes, durante e depois das manifestações, consistem no facto de ser da inteira responsabilidade da mesma através de linhas operativas e homens de buscas de informações. Identificar o tipo de manifestação a-se desenvolver, o tipo de manifestantes, se já passaram ou nas das Forças de Defesa e Segurança (FDS), em suma, oferecem perigo a sociedade ao seu redor no âmbito de manifestação ou não, de forma a se usar uma força necessária e proporcional para manutenção ou reposição da O.S.T. Pública.

Fim da entrevista

Muito obrigado pela contribuição!

APÊNDICE G: ENTREVISTA DO EXMO. SR. SUPERINTENDENTE-CHEFE MANUEL MAGINA DA SILVA- PSP

Funções: Diretor Nacional Adjunto de Operações e Segurança Pública da PSP.

Unidade: Direção Nacional da PSP

Data: 29.01.2018.

Local: Portugal.

1- Na sua opinião o que é direito de reunião e manifestação?

O direito de reunião e manifestação em Portugal é regulado pelo DECRETO-LEI N.º 406/74, DE 29 DE AGOSTO, definido no artigo 1.º “A todos os cidadãos é garantido o livre exercício do direito de se reunirem pacificamente em lugares públicos, abertos ao público e particulares, independentemente de autorizações, para fins não contrários à lei, à moral, aos direitos das pessoas singulares ou colectivas e à ordem e à tranquilidade públicas.”

2-A Unidade Intervenção Rápida (UIR), é a única força operacional de reserva especializada em manutenção e reposição de ordem pública; controlo de massa; combate a situações de violência concertada e declarada em Moçambique (L nº 16/2013 da Lei PRM que revoga em partes a Lei nº 5/88, de 27 de agosto e Lei nº 19/92, de 31 de dezembro, o art.º 27º da L/16/2013), em Portugal força é equivalente ao Corpo de Intervenção (CI). Na sua opinião atendendo a grandeza de Moçambique em extensão territorial das províncias, acha que a UIR pode dar resposta atempada quando- se verifica a desordem no interior das províncias? Se sim, de que forma?

Por definição uma unidade de intervenção rápida deve, por definição, atuar rapidamente. No caso de Portugal, um país bem mais pequeno do que Moçambique, para além da unidade central do CI, existem mais duas forças destacadas do CI, nas cidades de Porto e Faro, de forma a permitir uma cobertura regional do país todo. Em Espanha, um país maior do que Portugal, passa-se exatamente o mesmo e existem diversas UIP (unidades de intervenção policial) que asseguram a cobertura de todo o país. Sem conhecer a organização policial moçambicana, diria que um sistema semelhante ao do nosso país seria o mais adequado.

3-Na sua opinião qual é a vantagem e desvantagem de ter uma EIR na PSP?

A desvantagem é o perigo de duplicação de funções. Sou de opinião que apenas devem ser criadas valências que realmente são distintas umas das outras e cumprem missões claramente distintas. Não é esse o caso do CI e das EIR.

A vantagem é que os comandantes territoriais dispõem de equipas que muitas vezes são usadas para colmatar as falhas de pessoal e para cumprirem missões de patrulhamento ordinário, apesar das EIR estruturalmente não se destinarem a isso.

4- Que análise faz sobre o modelo níveis de comando e controlo da PSP e da PRM, sabendo que da PRM compreendem estratégico, tático e operacional, ao passo que da PSP compreendem o estratégico, operacional e o tático?

Aparentemente não existe uma distinção material mas apenas de referência conceptual

5 – 5– Atendendo aos níveis de escalamento de força, não seria melhor a PRM ter equipas policiais de intervenção treinadas e munidas de meios operacionais menos letais inferiores a UIR em matéria de ordem pública nas cidades e vilas municipais como a PSP tem EIR? Se sim, e nos distritos não municipais?

Sou de opinião que realmente não é necessário um nível intermédio entre o CI e os meios normais de patrulha. Por outras palavras poderá não ser necessário dispor de EIR. No caso de Espanha e ao que sei, França, não existem EIR. Quanto ao emprego dos níveis de força, trata-se de uma questão de formação, regulamentação e comando e controlo.

6- Que relevância tem as Esquadras na recolha das informações no “antes durante e após a manifestação?”

A recolha de informação é fundamental para qualquer atividade policial, incluindo no planeamento e policiamento de manifestações, de forma a afetar e posicionar o dispositivo adequado à manifestação e aos manifestantes em concreto.

Fim da entrevista

Muito obrigado pela contribuição!

APÊNDICE H: ENTREVISTA DO EXMO. SR. INTENDENTE ALBERTO PINTO-PSP

Funções: Comandante da Subunidade Operacional - Corpo de Intervenção (CI)

Unidade: Unidade Especial de Polícia

Data: 08.01.2018.

Local: Portugal

1- Na sua opinião o que é direito de reunião e manifestação?

Qualquer direito constituiu o reconhecimento jurídico de uma autonomia individual ou coletiva perante um contraponto imperativo de respeito. Poucos são os direitos absolutos e este direito de reunião e de manifestação não é certamente um deles. Assim sendo o exercício deste direito tem condições e mesmo algumas restrições que a lei prevê e que balizam a sua convivência entre os cidadãos de uma maneira geral.

O direito de manifestação e de reunião é sem dúvida um direito individual, mas também o é coletivo e assim reflete um exercício de liberdade de expressão e de opinião próprio de um estado de direito. A grande diferença entre reunião e manifestação tem a ver com o local da mesma, ou seja quando a reunião é em espaço público, passa a ser um exercício de manifestação.

2- A Unidade Intervenção Rápida (UIR), é a única força operacional de reserva especializada em manutenção e reposição de ordem pública; controlo de massa; combate a situações de violência concertada e declarada em Moçambique (L n° 16/2013 da Lei PRM que revoga em partes a Lei n° 5/88, de 27 de agosto e Lei n° 19/92, de 31 de dezembro, o art.º 27º da L/16/2013), em Portugal força é equivalente ao Corpo de Intervenção (CI). Na sua opinião atendendo a grandeza de Moçambique e da extensão territorial das províncias, acha que a UIR pode dar resposta atempada quando – se verifica a desordem no interior das províncias? Se sim, de que forma?

Desconhecendo a realidade concreta de Moçambique, mas os simples pressupostos da questão induzem a uma resposta afirmativa. A capacidade de resposta de uma Unidade não depende da forma como está definida a sua missão, mas sim da maneira como se encontra organicamente estruturada e da sua capacidade de resposta tendo em conta a sua implantação territorial. Ou seja, nos casos da UIR em Moçambique, ou do CI em Portugal a intervenção em tempo nos diferentes pontos do país depende de como se encontra “desconcentrada” essa força. Se o CI em Portugal estivesse apenas sediado em Lisboa, a sua eficiência na

intervenção a norte ou a sul estaria seriamente comprometida. Daí que, mantendo os pressupostos essenciais da sua missão, se encontram destacamentos desta força especial no Porto e em Faro, o que reduz significativamente o tempo de resposta em situações inopinadas e de urgência.

Concordo sim que, devido «à grandeza de Moçambique», para que se possam obter melhores resultados operacionais ao nível da oportunidade de ação, o posicionamento territorial de uma força com esta natureza de missão, tenha que ser sustentada numa grelha mais extensa.

3- Na sua opinião qual é a vantagem e desvantagem de ter uma EIR na PSP?

Estrategicamente apenas vejo vantagens na existência desta força de “intervenção de 1.^a linha”, que em Portugal se designam por EIR’s. Elas garantem o apoio/reforço próximo e, uma vez que se encontram dependentes funcionalmente do comandante territorial, asseguram a disponibilidade e flexibilidade do dispositivo através do permanente e imediato balanceamento dos efetivos em face das necessidades diárias que não exijam uma intervenção mais técnica/musculada.

No entanto a pergunta é pertinente na medida em que este conceito estratégico não poucas vezes é subvertido pela definição e/ou necessidades operacionais. E sempre que as EIR’s deixam de desempenhar a sua missão de origem, quer o seu enquadramento, quer as suas funções, resultam quase inevitavelmente na sobreposição de serviço com o nível abaixo (carros patrulha – CP), ou na “ambição” de se tornarem pequenos “CI”.

4- Que análise faz sobre o modelo níveis de comando e controlo da PSP e da PRM, sabendo que da PRM compreendem estratégico, tático e operacional, ao passo que da PSP compreendem o estratégico, operacional e o tático?

Como em quase tudo, mais do que a designação importaria conhecer a diferenciação dos conceitos associados a cada uma. Embora desconheça em absoluto a filosofia associada ao modelo da PRM, não me parece que à alteração da sequência das designações corresponda a mesma troca de conceitos de missão.

Assim importará fixarmo-nos na estratificação das funções de comando e controlo em três níveis distintos embora interligados e esse parece-me que faz sentido.

Esta estratificação em diferentes níveis de comando e controlo parece-me de facto a mais ajustada e a que potencia a melhor organização, gestão e implementação das ações policiais,

com vista a garantir, de forma articulada e hierarquicamente enquadrada, todo o processo com vista ao cumprimento da missão de forma eficaz e eficiente.

Perante a afirmação de que o nível tático porventura “não viva a realidade em tempo real”, não posso deixar de referir que é também esse distanciamento que diferencia cada um dos ditos níveis. Considerando que este como o intermédio, o nível tático “faz a ponte” entre a visão e orientações potencialmente genéricas emanadas do nível estratégico e aplica-as a um planeamento e gestão concreta através da decisão pelo melhor modelo, a definição de critérios de gestão e a opção pelos recursos a empregar. Mas o trabalho do nível de comando e controlo tático não se esgota na fase de planeamento, pois deve acompanhar a operação policial e ter a capacidade de ajustar e adequar o dispositivo a qualquer alteração do cenário operacional e para isso precisa de ter e manter permanentemente o conhecimento atualizado da realidade.

À segunda pergunta respondo sim se a expressão agir for enquadrada nas funções de comando e controlo tático com agir ao nível de reposicionamento dos efetivos, agir ao nível de gestão logística, agir ao nível da capacidade de influenciar (alterar/corrigir) as ações do nível de comando operacional e finalmente agir ao nível de influenciar o nível estratégico para a eventual alteração das orientações de referência.

5 – Atendendo aos níveis de escalamento de força, não seria melhor a PRM ter equipas policiais de intervenção treinadas e munidas de meios operacionais menos letais inferiores a UIR em matéria de ordem pública nas cidades e vilas municipais como a PSP tem EIR? Se sim, e nos distritos não municipais?

Essa é a matriz estratégica da PSP que, efetivamente é sustentada na famosa pirâmide de progressão/acionamento de meios. Este modelo foi testado com sucesso por altura do EURO 2004 e reconhecido internacionalmente como uma “excelente” prática.

Daí que só possa concordar com a pergunta, já que a capacidade e robustez da intervenção policial, a que correspondem os meios e equipamentos adequados a cada função, deve ser mínima na base (intervenção inicial) e assumindo relativa progressividade à medida que vamos “subindo a pirâmide”. Esta progressividade funcional (entenda-se especificidade da missão de cada força), está inevitavelmente ligada à especialização técnica e por conseguinte ao tipo e capacidade de presença no terreno. Ou seja, não é suposto que uma força como o CI ou a UIR tenham a mesma preparação técnica e o mesmo tipo e grau de equipamentos que as forças de base no terreno. Da mesma forma não é espectável que aquelas forças

especiais tenham a mesma implantação territorial das “esquadras”. Daí que o conceito alargado de progressividade inicia-se a montante da fase de intervenção, nomeadamente com a definição da estrutura e a atribuição de recursos.

6- Que relevância dá às Esquadras na recolha das informações no “antes durante e após a manifestação?”

Considerando a organização hierarquizada da PSP, bem como o nosso nível de atuação, a nossa articulação assume normalmente um patamar superior, pelo que as informações que chegam ao CI raramente vêm diretas da Esquadra (exceção feita em situações de intervenção na área de uma Esquadra destacada).

Fim da entrevista

Muito obrigado pela contribuição!

APÊNDICE I: ENTREVISTA DO EXMO. SR. SUBCOMISSÁRIO NELSON TIAGO CARVALHO DA SILVA- PSP

Funções: Comandante da Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial (EIFP)

Subunidade: Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial (EIFP) 4ª Divisão.

Data: 14.02.2018.

Local: Lisboa, Portugal

1- Na sua opinião o que é direito de reunião e manifestação?

A minha opinião profissional terá de se resumir ao facto de este vir consignado sob o artigo 45º da Constituição da República, inserido no Título relativo aos direitos, liberdades e garantias. A liberdade de reunião e de manifestação é uma das liberdades fundamentais do Estado de direito democrático independentemente da sua finalidade política, religiosa, cultural ou sindical. É um direito de participação cívica dos cidadãos ou de grupos existentes na sociedade civil. O Ac. da Rel. de Lisboa de 27-2-1985 concluiu que “existe direito de reunião sempre que várias pessoas se agrupam, se congreguem, organizadamente com um fim preciso e por tempo, pelo menos tendencialmente, limitado, qualquer que seja o fim a prosseguir, e mesmo que a exteriorização dos seus objetivos se faça silenciosamente ou pela simples afixação de cartazes ou pela efetivação de uma vigília” (Col. de Jur., ano X, tomo 1, pág. 201).

2- A Unidade Intervenção Rápida (UIR), é a única força operacional de reserva especializada em manutenção e reposição de ordem pública; controlo de massa; combate a situações de violência concertada e declarada em Moçambique sediada nas capitais provinciais (L nº 16/2013 da Lei PRM que revoga em partes a Lei nº 5/88, de 27 de agosto e Lei nº 19/92, de 31 de dezembro, o art.º 27º da L/16/2013), em Portugal está força é equivalente ao Corpo de Intervenção (CI). Atendendo a grandeza de Moçambique e da extensão territorial das províncias, na sua opinião acha que a UIR pode dar resposta atempada quando – se verifica a desordem no interior das províncias?

Antes de mais a minha opinião peca pelo desconhecimento claro da realidade de Moçambique, não obstante, pelo breve enquadramento e comparação por si efetuada permita-me comentar: O CI/UEP não teria capacidade de responder a todas as ações de protesto/desordens do Território Nacional, pelo que, a Vª UIR poderá da mesma feita pecar por este especto. Temos contudo unidades intermédias de reposição e controlo da Ordem

Pública, as EIRs, sediadas e localizadas localmente que numa primeira resposta estarão aptas a este efeito. Apenas assim é permitido acionar o CI/UEP e escalar os meios conforme a necessidade o indicar. Se a v^a UIR não tiver capacidade de resposta/intervenção qual a escalada de meios que fariam? Pela vasta extensão de v^o território, julgo adequado existirem equipas com especialização média em reposição de ordem pública como n^{as} EIRs.

3- Qual é a vantagem e desvantagem de ter uma EIR na PSP?

Não verifico desvantagens. A vantagem é a disponibilidade humana e especializada a nível local.

4- Que análise faz sobre o modelo níveis de comando e controlo da PSP e da PRM, sabendo que da PRM compreendem estratégico, tático e operacional, ao passo que da PSP compreendem o estratégico, operacional e o tático?

Vejam-se os atuais modelos de comando de operações desta natureza em Portugal, o Comandante da AR onde decorre a OP de segurança tem domínio operacional sobre os meios: patrulha, DT, EIRs e CI/UEP. Taticamente cada força tem oficiais designados e coadjuvam o CMDT de policiamento tendo alguma autonomia tácita para desempenhar a função predefinida operacional e estrategicamente. Outro especto fundamental é o CMDT de OPs de segurança a estes eventos não estarem envolvidos diretamente e operacionalmente na tática de reposição da Ordem, devem antes estar mais afastados em pleno domínio dos acontecimentos sem estarem afetados pelo calor/conflito operacional da resolução do incidente.

5 – Atendendo aos níveis de escalamento de força, não seria melhor a PRM ter equipas policiais de intervenção treinadas e munidas de meios operacionais menos letais inferiores a UIR em matéria de ordem pública nas cidades e vilas municipais como a PSP tem EIR? Se sim, e nos distritos não municipais?

Julgo ter respondido adequadamente a esta resposta na questão anterior. Existindo nas cidades e vilas, a rapidez de chegada aos distritos não municipais seria maior, caso não fosse viável afetar estas Equipas a estes locais mais remotos. Aliás nestas localizações não será menor o risco de uma ocorrência desta Tipologia?

6- Que relevância dá às Esquadras na recolha das informações no “antes durante e após a manifestação? Recolha de informação e implementação de medidas de segurança.

Fim da entrevista, Muito obrigado pela contribuição.

APÊNDICE J: GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 1

Quadro 1: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo de pergunta 1

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
#1	"Segundo o art.º 51º da CRM e da Lei o direito de reunião e manifestação consiste na expressão é comportamento de protestos, opinião de forma pacífica"	1.1
#2	"é uma prerrogativa que todo cidadão tem, de forma pacífica,(...) reivindicar ou debater seus interesses"	1.1
	"sem prévia autorização nos termos da lei"	1.2
#3	"O direito de reunião e manifestação em PT é regulado p/DL/Nº 406/74, 29.08, (...), livre exercício de reunir em lugares abertos, abertos ao público e particulares"	1.1
	"independentemente de autorizações, respeitando a OTP"	1.2
#4	é um direito individual e coletivo de liberdade de e de opinião no Estado de Direito	1.1
#5	"o art.º 45º da CRP, assim como o Ac. Rel. De Lisboa de 27-2-1985, reunião e manifestação é um DLG, (...) os cidadãos agrupam-se com um fim"	1.1

Quadro 2: Análise de conteúdo final da pergunta 1 da entrevista

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultados %
		Questão 1	1	2	3	4	5		
Direito de Reunião e Manifestação	Liberdade de expressão de forma pacífica	1.1 Sim	x	x	x	x	x	5	100%
		1.2 Sem prévia autorização		x	x			2	40%

ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 2

Quadro 3: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da pergunta 2

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
#1	"Sim, estrategicamente a UIR consegue dar resposta atempada"	2.1
	"através de fluxo e refluxo de informações operativa, (...) vertical"	2.1
#2	"a UIR pode sim dar resposta atempada, (...) visto estar em todas Províncias".	2.1
	"não é uma competência exclusiva da UIR proteger manifestações; só é, se forem violentas p/reposição de OP"	2.1
#3	"uma intervenção rápida, p/definição deve atuar rapidamente, aceita-se a criação de EIR em Moçambique"	2.2
	"PT é bem mais pequeno que Moçambique, mas tem CI e EIR, Moçambique faria igual que Espanha com diversas Unidades de Intervenção Policial"	2.2
#4	"a distribuição da UIR não interfere na criação da EIR em Moçambique, atendendo a extensão territorial do país p/atuar de forma rápida (...) "	2.2
	O CI em PT está sedado nas regiões centro, norte e sul para dar rápida resposta, mas nestes locais também tem a EIR	2.2
#5	"atendendo a grandeza do país, a UIR não teria capacidade de resposta a todos protestos/desordem em todo território nacional"	2.2
	"não havendo força intermediária, (...) automaticamente não existe nível de escalamento de força"	2.2

Quadro 4: Análise de conteúdo final da pergunta 2 da entrevista

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultados %
		Questão 2	1	2	3	4	5		
A capacidade da UIR de dar resposta atempada em todo país	A UIR por fluxo e refluxo de informação a PRM é eficaz	2.1 Capacidades	x	x				2	40%
	Resposta policial	2.2 Ineficácia			x	x	x	3	60%

ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 3

Quadro 5: Matriz de acromática de unidade de contexto e de registo de pergunta 3

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
#1	"Tem vantagem de criação de EIR na PRM seria para o controlo da situação/primeiro choque, (...) antes da UIR"	3.1
	"Não há desvantagem"	3.2
#2	"Não seria necessário criação duma força, pois a PRM tem a Polícia de Proteção em todo país com capacidades e dotada de meios"	3.3
#3	"A vantagem disposição de força p/colmatar falhas do pessoal em missões de patrulha ordinária, apesar da EIR não- se destinar a isso"	3.1
	"Desvantagem é o perigo de duplicação das funções de valências entre forças. Não é o caso do CI e das EIR"	3.4
#4	"vantagens, força da 1ª linha, (...) apoiam/reforço próximo do comandante territorial em (...) intervenção técnica musculada"	3.1
	"enquadramento estratégico operacionais p/ evitar sobrepor serviços de nível baixo (CP), ou superior do CI"	3.4
#5	"Vantagens disponibilidade humana e especialização da força local"	3.1
	"Não verifico desvantagens"	3.2

Quadro 6: Análise de conteúdo final da pergunta 3 de entrevista

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultados %
		Questão 3	1	2	3	4	5		
Vantagem e desvantagem de EIR	Na PRM	3.1 Disponibilidade de intervenção	x					1	20%
		3.2 Tem vantagem	x					1	20%
		3.3 Não é necessário		x				1	20%
	Na PSP	3.1 Força da 1ª linha			x	X	X	3	60%
		3.4 Clareza das funções			x	X		2	40%
		3.2 Tem vantagem			x	X	X	3	60%

ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 4

Quadro 7: Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da pergunta 4

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
#1	"Cada sistema identifica a sua Polícia"	4.1
	"a PSP dá mais liberdade o Comandante na liberdade na(...) ação"	4.2
#2	"desconhece realidade portuguesa"	4.3
#3	importante é conhecer cada um às suas funções	4.2
	"Aparentemente não existe distinção material apenas conceptual"	4.1
#4	"não importa alteração da sequência, (...) conceito das missões"	4.2
	"por ter 3 níveis interligados, parece que faça sentido"	4.1
#5	"domínio operacional sobre os meios"	4.2
	"quando o Comandante Superior não estiver presente, (...) afasta se do calor"	4.1

Quadro 8: Análise de conteúdo final da pergunta 4 da entrevista

Categorias	Subcategorias	Unidades de	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultado %
		Questão 4	1	2	3	4	5		
Comparação dos níveis de comando e controlo (PRM e PSP)	Organograma e funções	4.1 Diferença na sequência	x	x	x	x	x	5	100%
		4.2 Domínio das funções	x		x	x	x	4	80%
		4.3 A existir diferença a PSP tem liberdade de ação	x			x	x	3	60%
		4.2 Desconhece realidade PT		x				1	20%

ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 5

Quadro 9: Matriz acromática das unidades de contexto e de registo da pergunta 5

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
#1	"Sim"	5.1
32	"não é necessário escalamento da força porque a PRM tem a PP"	5.2
#3	"não é necessário nível intermediário de força,(...)França e Espanha não tem, melhor é formação"	5.2
#4	"cumprimento de missões de forma eficaz e eficiente"	5.3
	"o tático faz a ponte entre visão, (...) o estratégico aplica o modelo"	5.3
	" o tático tem liberdade de agir/posicionamento de força"	5.4
#5	"adequa se, basta avaliar posicionamento da força"	5.4
	"se não há força intermediária, não há níveis de escala da força"	5.5

Quadro 10: Análise de conteúdo final da pergunta 5 da entrevista

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultados
			1	2	3	4	5		
Níveis de escalamento de força	É necessário	5.1 'Sim	x			x	x	3	60%
		5.2 Não		x	x			2	40%
	Adequa- se ao tático	5.3 Sim			x	x	x	3	60%
		5.4 Não resposta		x	x			2	40%
		5.5 Pilar p/força			x	x	x	1	60%

ANÁLISE DE CONTEÚDO DA PERGUNTA 6

Quadro 11: Matriz de cromática das unidades de contexto e de registo da pergunta 6

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
#1	"preparação, verificação,...; proteção (...); recolha de informação Normalidade"	6.1
#2	"recolha de informação; adequação da força; reposição de OTP"	6.1
#3	"recolha de informação; (...); planeamento; posicionamento da força"	6.1
#4	"como Comandante do CI, raramente às informações. Vem da esquadra, a não que seja destacada"	6.1
#5	"recolha de informação p/posicionamento"	6.1

Quadro 12: Análise de conteúdo final da pergunta 6 da entrevista

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo	Entrevistados					Unidades de enumeração	Resultados
		Questão 6	1	2	3	4	5		
Relevo das Esquadras em etapas de reunião e manifestação	Base territorial	6.1 Recolha d/informação e adoção de medidas d/segurança	x	x	x	x	X	5	100%

ANEXO A: LEI Nº 16/2013, DE 13 DE AGOSTO, LEI DA PRM

Segunda-feira, 12 de Agosto de 2013

I SÉRIE — Número 64



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

7.º SUPLEMENTO

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 13/2013:

Aprova a Orgânica da Assembleia da República e revoga a Lei n.º 31/2009, de 29 de Setembro.

Lei n.º 14/2013:

Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e que revoga a Lei n.º 7/2002, de 5 de Fevereiro.

Lei n.º 15/2013:

Lei que estabelece o Estatuto dos Juízes Eleitos para o Tribunal Supremo, Tribunais Superiores de Recurso e Tribunais Judiciais.

Lei n.º 16/2013:

Lei da Polícia da República de Moçambique e revoga a Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, e Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro.

Lei n.º 17/2013:

Aprova o Regimento da Assembleia da República e revoga a Lei n.º 17/2007, de 18 de Julho.

Lei n.º 18/2013:

Altera o artigo 2 da Lei n.º 13/2002, de 3 de Maio, que aprova a Letra e a Música do Hino Nacional, «Pátria Amada» e republica a Lei n.º 13/2002, de 3 de Maio.

Lei n.º 13/2013

de 12 de Agosto

Havendo necessidade de rever a Lei n.º 31/2009, de 29 de Setembro, Lei Orgânica da Assembleia da República, com vista a adequá-la à evolução e desenvolvimento da actividade parlamentar, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 179 da Constituição, a Assembleia da República determina:

Artigo 1. É aprovada a Orgânica da Assembleia da República, em anexo, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2. A presente Lei tem por objecto definir e regular a orgânica geral da administração, da gestão financeira, de recursos humanos e a prestação de serviços de apoio da Assembleia da República.

Art 3. A presente Lei aplica-se, com as devidas adaptações, às delegações do Secretariado Geral da Assembleia da República.

Art. 4. 1. Os serviços da Assembleia da República regem-se pelo disposto na presente Lei, nas Normas de Execução e nos demais regulamentos internos.

2. Constitui direito subsidiário a legislação aplicável à Função Pública.

Art. 5. Compete à Comissão Permanente da Assembleia da República regulamentar a presente Lei.

Art. 6. É revogada a Lei n.º 31/2009, de 29 de Setembro.

Art. 7. A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 28 de Março de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Promulgada em 28 de Junho de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, *ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA*.

Orgânica da Assembleia da República

CAPÍTULO I

ARTIGO 1

(Princípios de administração)

O funcionário parlamentar, além dos deveres gerais contidos na Constituição e, sem prejuízo do que dispuser a legislação

12 DE AGOSTO DE 2013

518 — (45)

CAPÍTULO IV

Direitos e deveres

ARTIGO 23

(Direitos)

Os juízes eleitos têm os seguintes direitos:

- a) desempenhar a função;
- b) receber honorários e participação emolumentar de cada processo em que intervém, nos termos a serem determinados pelo Conselho de Ministros;
- c) ser dispensado do serviço para o desempenho das suas funções;
- d) beneficiar de formação adequada ao exercício das funções.

ARTIGO 24

(Garantias dos Juízes Eleitos)

1. Os juízes eleitos não podem ser prejudicados nos seus direitos por virtude daquelas funções, que são consideradas de elevado interesse público.
2. Os juízes eleitos têm direito de receber informações para o correcto exercício das suas funções.

ARTIGO 25

(Deveres)

Os juízes eleitos têm o dever de observar, com as necessárias adaptações, o estabelecido no Estatuto dos Magistrados Judiciais.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 26

(Actuais Juízes Eleitos)

Os actuais juízes eleitos permanecem em funções até à tomada de posse dos novos.

ARTIGO 27

(Primeiras eleições e subsequentes)

As primeiras eleições devem decorrer até 15 de Dezembro de 2013 e as subsequentes dois meses antes do fim do mandato.

ARTIGO 28

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 22 de Maio de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Publique-se.

Promulgada em 28 de Junho de 2013.

O Presidente da República, *ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA*.

Lei n.º 16/2013

de 12 de Agosto

Havendo necessidade de se proceder a revisão da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro, que cria a Polícia da República de Moçambique e da Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, que cria o Sistema de Patentes e Postos da Polícia da República de Moçambique, de forma a adequá-las ao quadro jurídico-constitucional vigente

e à actual dinâmica do desenvolvimento organizacional e funcional da Polícia da República de Moçambique, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 255 conjugado com n.º 1 do artigo 179, ambos da Constituição, a Assembleia da República determina:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1

(Natureza)

1. A Polícia da República de Moçambique, abreviadamente designada por PRM, é um serviço público, apartidário, de natureza paramilitar, integrado no Ministério que superintende a área da ordem e segurança pública.
2. A existência da PRM não exclui a criação de outros organismos especializados integrados noutras instituições públicas.

ARTIGO 2

(Princípios fundamentais)

1. A PRM no seu funcionamento e actuação, observa os princípios do respeito pela Constituição, leis e demais normas vigentes na República de Moçambique.
2. A PRM rege-se pelo princípio do respeito pelas instituições democraticamente estabelecidas e deve especial obediência ao Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança.
3. No exercício das suas funções, a PRM pauta pelo rigor no respeito pela legalidade, imparcialidade, isenção, objectividade, igualdade de tratamento, respeito pelos direitos humanos, apartidarismo e envolvimento de todos os sectores do Estado na prevenção e combate ao crime.
4. No uso dos meios ofensivos para a garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas, a PRM observa os limites da necessidade, razoabilidade, proporcionalidade e adequabilidade.

ARTIGO 3

(Funções)

A PRM, em colaboração com outras instituições do Estado e da sociedade em geral, tem como função garantir a observância da lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, a inviolabilidade da fronteira estatal, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

ARTIGO 4

(Competências)

1. No quadro da Política de Defesa e Segurança, a PRM tem como competências gerais:
 - a) assegurar o respeito pela legalidade, garantindo a ordem, segurança e tranquilidade públicas;
 - b) proteger pessoas e bens;
 - c) adoptar as providências adequadas à prevenção e repressão da criminalidade e dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos, sem prejuízo das competências específicas atribuídas por lei a outros organismos;
 - d) garantir o funcionamento normal das instituições e o regular exercício dos direitos, garantias e liberdades fundamentais dos cidadãos;
 - e) garantir a protecção, a ordem e a segurança das instituições públicas e dos objectos económicos estratégicos e sociais;

- f) garantir a protecção e segurança costeira, lacustre e fluvial;
- g) garantir a segurança e a protecção da fronteira estatal;
- h) garantir a protecção de florestas, fauna e meio ambiente.

2. Constituem competências específicas da PRM:

- a) garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas;
- b) prevenir e reprimir a criminalidade;
- c) desenvolver a actividade de investigação criminal;
- d) promover as medidas de polícia;
- e) garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos centrais do Estado;
- f) garantir a segurança pessoal de altas entidades nacionais ou estrangeiras e de outros cidadãos quando sujeitos a situação de ameaça relevante;
- g) organizar, fiscalizar e controlar o trânsito de veículos e de pessoas nas vias públicas;
- h) organizar o cadastro e proceder à fiscalização de armas, munições, substâncias explosivas, radioactivas e demais materiais a elas conexos, com excepção das que estiverem afectas às Forças Armadas de Defesa de Moçambique;
- i) organizar a participação das comunidades na manutenção da ordem e tranquilidade públicas no respectivo território;
- j) exercer as demais competência fixadas na lei, regulamentos ou directivas hierárquicas.

ARTIGO 5

(Dever de colaboração)

Os cidadãos, as entidades públicas e privadas devem prestar à PRM a colaboração que justificadamente lhes for solicitada.

ARTIGO 6

(Estado de guerra, estado de sítio ou de emergência)

A PRM pode ser colocada pelo Presidente da República na dependência das Forças Armadas de Defesa de Moçambique; em caso de estado de guerra, estado de sítio ou de emergência.

CAPÍTULO II

Medidas de Polícia e Autoridade de Polícia

ARTIGO 7

(Medidas de polícia)

1. No desenvolvimento da sua actividade, as autoridades da PRM podem, nos termos da lei e de harmonia com as respectivas competências, determinar a aplicação de medidas de polícia relativas à manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas.
2. A PRM pode aplicar as seguintes medidas de polícia:
 - a) vigilância organizada de pessoas e bens, edifícios e estabelecimentos por período determinado, podendo, para o efeito, utilizar meios técnicos e equipamento adequado;
 - b) a exigência de prova de identificação e revista a qualquer pessoa ou viatura suspeita que se encontre ou circule em lugar público, aberto ao público ou sujeito à vigilância policial;
 - c) apreensão temporária ou definitiva de armas, munições, substâncias explosivas, radioactivas e materiais a elas conexos;
 - d) suspensão ou encerramento de paíóis, depósitos ou fábricas de armamentos ou explosivos e respectivos componentes, excepto as de organismos das Forças de Defesa e Segurança;

- e) suspensão ou cancelamento do uso de licenças de estabelecimentos destinados à venda de armas, munições e explosivos;
- f) suspensão ou cancelamento do uso de licenças das empresas de segurança privada e dos respectivos estabelecimentos de formação;
- g) outras medidas que se mostrem convenientes à manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas.

3. As medidas previstas nas alíneas c), d), e) e f) do número anterior são, sob pena de nulidade, imediatamente comunicadas ao tribunal competente e apreciadas pelo juiz em ordem à sua validação.

4. As pessoas e entidades que exerçam funções de vigilância, protecção e segurança a pessoas e bens e instituições públicas têm o especial dever de colaborar com a PRM.

ARTIGO 8

(Autoridades de polícia)

1. Podem determinar a aplicação das medidas referidas no artigo anterior, os oficiais da PRM com funções de comando, direcção e chefia, de acordo com as suas competências.
2. São autoridades de polícia, no âmbito de investigação criminal, além do Ministério Público, o pessoal com funções de direcção e chefia da Polícia de Investigação Criminal.
3. A aplicação da medida prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 7 da presente Lei pode ser determinada por qualquer agente da PRM, com funções policiais, de harmonia com as ordens dos seus superiores hierárquicos.

CAPÍTULO III

Direcção e organização

ARTIGO 9

(Direcção e nomeação)

1. A PRM é dirigida por um Comandante-Geral, coadjuvado por um Vice-Comandante-Geral, que o substitui nas suas ausências e impedimentos.
2. O Presidente da República nomeia, exonera e demite o Comandante-Geral e o Vice-Comandante-Geral da PRM.

ARTIGO 10

(Competências do Comandante-Geral da PRM)

1. Compete ao Comandante-Geral:
 - a) dirigir a PRM;
 - b) convocar e presidir os órgãos da PRM;
 - c) nomear, promover e determinar a passagem à reserva e reforma dos membros da PRM até a classe de Inspectores da Polícia;
 - d) exonerar, demitir, transferir ou reintegrar os membros da PRM até a classe de Inspectores da Polícia;
 - e) nomear, exonerar, demitir e transferir os membros da PRM para os cargos de comando, direcção e chefia a nível distrital ou inferior;
 - f) nomear membros da PRM para funções de nível de Chefe de Departamento Central ou inferior;
 - g) assegurar a educação cívica e patriótica dos membros da PRM;
 - h) inspecionar ou mandar inspecionar os órgãos e serviços da PRM em todos os aspectos da sua actividade;
 - i) dirigir a participação da PRM na realização de compromissos decorrentes de acordos internacionais e das relações de cooperação policial com outros países.

- j) orientar e supervisionar a actividade dos estabelecimentos de ensino da PRM;
- k) orientar e supervisionar a actividade de inteligência e contra-inteligência policial;
- l) exercer o poder disciplinar nos termos do regulamento disciplinar e demais legislação aplicável;
- m) exercer outras competências que forem superiormente atribuídas.

2. Para os aspectos e níveis superiores aos mencionados nas alíneas e), f), do n.º 1, a competência é do Ministro que superintende a área da ordem e segurança pública.

ARTIGO 11

(Delegação de competências)

O Comandante-Geral pode delegar parte das suas competências ao Vice-Comandante-Geral, excepto as referidas nas alíneas b), c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 10 da presente Lei.

SECÇÃO I

Organização

ARTIGO 12

(Níveis de organização)

1. A PRM organiza-se nos níveis central, provincial, distrital, de posto administrativo, de localidade e povoação.
2. Funcionalmente, a nível central organiza-se em Comando-Geral e ao nível local em comandos provinciais e distritais.
3. Nos postos administrativos, localidades e povoações a PRM organiza-se em postos policiais.
4. Nas cidades e vilas a PRM organiza-se em esquadras, postos policiais e sectores policiais.
5. A PRM está organizada hierarquicamente em todos os níveis da sua estrutura, com respeito pela diferenciação entre funções policiais e funções não policiais, obedecendo, quanto às primeiras, à hierarquia de comando, quanto às segundas, as regras de hierarquia da administração pública.
6. A organização da PRM obedece ao princípio de desconcentração, visando o descongestionamento do escalão central e uma maior aproximação dos serviços de segurança às populações.
7. A desconcentração referida no número anterior ocorre com respeito à unidade de acção e aos poderes de comando, direcção e supervisão dos níveis hierarquicamente superiores.
8. Na PRM funcionam estabelecimentos de ensino básico, médio, superior e especializado.

ARTIGO 13

(Organização da PRM)

1. A PRM organiza-se em ramos e unidades de operações especiais e de reserva.
2. São Ramos da PRM:
 - a) Polícia de Ordem e Segurança Pública;
 - b) Polícia de Investigação Criminal;
 - c) Polícia de Fronteiras;
 - d) Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial.
3. São Unidades de Operações Especiais e de Reserva:
 - a) Unidade de Intervenção Rápida;
 - b) Unidade de Protecção de Altas Individualidades;
 - c) Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns;
 - d) Unidade Canina;
 - e) Unidade de Cavalaria;
 - f) Unidade de Desactivação de Engenheiros Explosivos.

SUBSECÇÃO I

Ramo da Polícia de Ordem e Segurança Pública

ARTIGO 14

(Funções)

1. A Polícia de Ordem e Segurança Pública é responsável pela actividade de direcção e de preparação de técnicas e metodologias visando:

- a) a prevenção da prática de crimes, contravenções e outros actos contrários à lei e o desenvolvimento de acções de garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas;
- b) a protecção de pessoas, bens e instituições públicas;
- c) a protecção de objectos económicos estratégicos;
- d) a protecção de representações Diplomáticas, Consulares e outros locais similares ao abrigo do disposto em convenções internacionais;
- e) a organização da participação das comunidades na manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas no respectivo território;
- f) a organização do cadastro e controlo do cumprimento das disposições legais referentes ao uso, porte, transporte e armazenamento de armas de fogo, munições, explosivos, substâncias químicas, tóxicas, radioactivas ou outras que representem o perigo para o público;
- g) a garantia da observância e do cumprimento das disposições legais que regem a realização de reuniões, manifestações e espectáculos públicos;
- h) a garantia da segurança e protecção dos terminais rodoviários, portuários, ferroviários, aeroportuários, gares de mercadorias e vias de comunicação;
- i) a garantia da protecção de florestas, fauna e meio ambiente;
- j) a garantia da fiscalização e controlo do funcionamento das empresas de segurança privada e dos respectivos estabelecimentos de formação;
- k) o apoio às autoridades judiciais, do Ministério Público e de Investigação Criminal na realização de diligências processuais;
- l) a garantia de protecção de comboios de passageiros e de mercadorias, embarcações e aeronaves;
- m) a garantia da segurança e policiamento das vias de comunicação e de equipamentos de telecomunicações, tais como pontes, vias-férreas, cabos de fibra óptica e antenas;
- n) a garantia do cumprimento das leis e regulamentos relativos ao trânsito de veículos e pessoas, bem como a regulação de trânsito e prevenção dos acidentes do trânsito rodoviário;
- o) o desenvolvimento de campanhas para a segurança rodoviária recorrendo, nomeadamente à mobilização popular e educação dos cidadãos na observância das regras de trânsito, coordenando, para tal, com outras instituições;
- p) a garantia da segurança dos estabelecimentos de prisão preventiva e zelar pelo cumprimento das normas relativas à matéria prisional;
- q) a inspecção e controlo do ponto de vista operacional dos órgãos sob sua dependência;
- r) exercer as demais competências fixadas na lei e regulamentos ou em directivas do Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, do Ministro que superintende a área da ordem e segurança pública e do Comandante-Geral da PRM.

SUBSECÇÃO II

Ramo da Polícia de Investigação Criminal

ARTIGO 15

(Investigação criminal)

A Polícia de Investigação Criminal, abreviadamente designada PIC, tem como função garantir as diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de crime, determinar os seus agentes e sua responsabilidade, descobrir e recolher provas, no âmbito do processo.

ARTIGO 16

(Funções das direcções e delegações)

1. Constituem funções das direcções e das delegações a prevenção, investigação e combate a criminalidade nas respectivas áreas territoriais.

2. As competências e composição das direcções e das delegações da Polícia de Investigação Criminal são estabelecidas em regulamento próprio.

ARTIGO 17

(Direcção da instrução preparatória)

Na instrução preparatória dos processos-crime, a Polícia de Investigação Criminal actua sob direcção do Ministério Público, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica.

ARTIGO 18

(Funções gerais)

Constituem Funções gerais da Polícia de Investigação Criminal:

- a) investigar actos de natureza criminal e realizar actividades atinentes à instrução preparatória dos processos-crime, nos termos da lei;
- b) realizar as diligências requisitadas pelas autoridades judiciais, do Ministério Público e outras instituições, nos termos da lei;
- c) realizar acções de vigilância e fiscalização de locais suspeitos ou propenso à preparação e execução de crimes ou à utilização dos seus resultados;
- d) promover e realizar acções destinadas a incentivar a prevenção geral, motivando os cidadãos a adoptarem medidas de precaução e evitarem os actos e situações que facilitem a ocorrência de condutas criminosas;
- e) promover medidas especiais de controlo sobre o comportamento de delinquentes habituais e por tendência;
- f) coligir, centralizar, analisar e difundir, a todos os níveis, a informação relativa à criminalidade, com vista a apoiar as acções da polícia e dos demais órgãos de administração da justiça.

ARTIGO 19

(Funções específicas)

1. Constituem funções específicas da Polícia de Investigação Criminal:

- a) proceder a interceptação e gravação devidamente autorizada, pela entidade judicial competente, da conversação e imagem ou qualquer outro tipo de comunicação, no âmbito da investigação criminal;
- b) assegurar a ligação dos órgãos de investigação criminal e organismos públicos nacionais com as organizações internacionais de cooperação de polícia criminal, designadamente a INTERPOL e outras congéneres.

2. Constitui ainda função da Polícia de Investigação Criminal, em coordenação com outras instituições especializadas, a investigação e instrução de processos relativos aos seguintes tipos de crimes:

- a) falsificação de documentos;
- b) sequestro e rapto ou tomada de reféns;
- c) tráfico de pessoas e de órgãos humanos;
- d) associações para delinquir;
- e) cultivo, produção, fabrico, emprego, comércio, extracção, preparação, oferta, venda, distribuição, cedência, recepção, transporte, importação, exportação e trânsito ilícito de plantas, substâncias ou preparados constantes do regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, precursores ou outras substâncias de efeitos similares;
- f) corrupção, crimes económicos e financeiros;
- g) branqueamento de capitais, bens, produtos ou direitos provenientes de actividades criminosas;
- h) contrafacção de moeda, títulos de crédito, valores selados, selos e outros valores equiparados ou a respectiva passagem.

ARTIGO 20

(Funções no domínio da prevenção criminal)

1. No domínio da prevenção da criminalidade, são funções da Polícia de Investigação Criminal:

- a) vigiar e fiscalizar os estabelecimentos em que se proceda a exposição, guarda, fabrico, transformação, restauração e comercialização de antiguidades, livros e imobiliário usado, ferro-velho, sucata, veículos e acessórios, artigos penhorados de joalharia, ourivesaria, eléctricos, electrónicos e quaisquer outros que possam ocultar actividades de receptação ou comercialização ilícita de bens;
- b) vigiar e fiscalizar hotéis, casas de pernoita, restaurantes, cafés, bares e outros locais sempre que exista fundada suspeita da prática de tráfico de pessoas, jogo clandestino, tráfico de armas, munições e explosivos, tráfico de estupefacientes e fabrico ou passagem de moeda falsa;
- c) vigiar e fiscalizar locais de embarque e de desembarque de pessoas ou de mercadorias, fronteiras, meios de transporte, locais públicos onde se efectuem operações comerciais, de bolsa ou bancárias, estabelecimentos de venda de valores selados, casas ou recintos de reunião, de espectáculos ou de diversões, casinos e salas de jogo, parques de campismo e quaisquer locais que possam favorecer a delinquência;
- d) vigiar e fiscalizar estabelecimento de venda ao público de aparelhos electrónicos e informáticos, sempre que pela sua natureza, através de utilização ilícita permitam a prática de crimes de contrafacção de moeda, falsificação de documentos ou crimes cibernéticos;
- e) realizar acções destinadas a limitar o número de vítimas de crimes, motivando os cidadãos a adoptarem precauções ou evitarem actos e situações que facilitem ou precipitem a ocorrência de condutas criminosas;
- f) controlar e fazer o acompanhamento de delinquentes perigosos ou reincidentes e dos que fiquem em regime de liberdade condicional ou sujeitos a medida de segurança, em articulação com os órgãos competentes;
- g) exercer controlo dos reincidentes em crimes dolosos quando o seu modo de vida faça presumir a perpetração de novos crimes.

12 DE AGOSTO DE 2013

518 — (49)

2. A Polícia de Investigação Criminal tem acesso à informação necessária para a caracterização, identificação e localização das actividades referidas no número anterior podendo proceder a identificação de pessoas e realizar vigilâncias, se necessário com recursos a todos meios e técnicas de registo de som e de imagem, bem como a revistas e buscas nos termos do disposto no Código de Processo Penal.

ARTIGO 21

(Competências dos Inspectores e Subinspectores da Polícia de Investigação Criminal)

Compete aos Inspectores e Subinspectores da Polícia de Investigação Criminal:

- a) coordenar e orientar as buscas domiciliares e apreensão de bens;
- b) ordenar e orientar a vigilância de pessoas e locais suspeitos;
- c) ordenar e orientar a detenção de pessoas e apreensão de bens suspeitos;
- d) coordenar e orientar as rusgas e rondas nos lugares frequentados por indivíduos sujeitos a vigilância policial;
- e) orientar a perseguição e captura de criminosos.

ARTIGO 22

(Segredo de justiça e profissional)

1. Os actos processuais de investigação criminal e de coadjuvação das autoridades judiciais e do Ministério Público estão sujeitos ao segredo de justiça nos termos de lei.

2. As acções de prevenção, os processos disciplinares, de inquérito, sindicância e de inspecção estão sujeitas ao segredo profissional, nos termos da lei geral.

SUBSECÇÃO III

Ramo da Polícia de Fronteiras

ARTIGO 23

(Funções)

1. Constituem funções da Polícia de Fronteiras as seguintes:

- a) a protecção e guarda da fronteira estatal, em coordenação com as demais Forças de Defesa e Segurança;
- b) o combate à imigração ilegal, o contrabando, o tráfico de pessoas e de órgãos humanos, o tráfico de drogas e de mercadoria diversa ao longo da fronteira estatal;
- c) a realização de outras actividades que sejam determinadas por lei.

2. No exercício das suas actividades, a Polícia de Fronteiras coordena com as demais Forças de Defesa e Segurança.

SUBSECÇÃO IV

Ramo da Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial

ARTIGO 24

(Funções)

1. A Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial tem como função desempenhar as actividades policiais no espaço marítimo, lacustre e fluvial.

2. Para o cumprimento do estipulado no número anterior a Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial desempenha as seguintes actividades:

- a) a garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas no espaço marítimo, lacustre e fluvial;
- b) o exercício de autoridade, em matéria de fiscalização, policiamento e segurança de navegação costeira, de pessoas e bens na respectiva área de jurisdição;
- c) a preparação, em coordenação com a Marinha de Guerra das Forças Armadas de Defesas de Moçambique

- dos meios necessários para garantir a defesa, controlo e a vigilância da zona costeira e das águas interiores;
- d) a coordenação e execução das acções de fiscalização e vigilância que se enquadrem no seu âmbito e área de jurisdição;
- e) a garantia em coordenação com as competentes autoridades do assinalamento costeiro;
- f) a realização em coordenação com os demais organismos públicos, de acções de busca e salvamento de pessoas e bens em caso de acidentes e calamidades;
- g) a participação no transporte de bens em apoio às populações, em caso de catástrofes, acidentes e calamidades;
- h) a realização e apoio das actividades de fiscalização costeira e pesqueira;
- i) a garantia do apoio técnico às actividades de investigação e instrução de processos em todas as infracções ocorridas nas zonas da sua jurisdição;
- j) o exercício das demais competências fixadas na lei e regulamentos ou em directivas do Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, do Ministro que superintende a área da ordem e segurança pública e do Comandante-Geral da PRM.

SECÇÃO III

(Unidades de Operações Especiais e de Reserva)

ARTIGO 25

(Conceito)

As Unidades de Operações Especiais e de Reserva são vocacionadas para operações de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes tático-políciais que ultrapassam o âmbito de policiamento clássico, intervenção tática em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas individualidades, entre outras missões especiais.

ARTIGO 26

(Missões especiais)

Para efeitos do artigo anterior da presente Lei, consideram-se missões especiais as seguintes:

- a) o combate a situações de violência declarada, cuja resolução ultrapasse os meios normais de actuação;
- b) a garantia da segurança de grandes eventos;
- c) o controlo de massas;
- d) o combate ao terrorismo;
- e) a realização de acções de resgate de reféns;
- f) a detecção e desactivação de explosivos;
- g) o patrulhamento em zonas de difícil acesso;
- h) a garantia da segurança pessoal de altas entidades nacionais e estrangeiras e de outros cidadãos quando sujeitos à situação de ameaça relevante;
- i) a avaliação de equipamento policial especializado;
- j) a prestação de assistência a outras unidades policiais ou das Forças de Defesa e Segurança;
- k) a prestação de assistência para a recuperação de cadáveres em locais de difícil acesso;
- l) a realização de outras actividades que sejam determinadas por lei.

ARTIGO 27

(Unidade de Intervenção Rápida)

A Unidade de Intervenção Rápida é preparada e destinada, fundamentalmente, para intervir nas seguintes situações:

- a) acções de manutenção e reposição de ordem pública;
- b) controlo de massas;

- d) combate a situações de violência declarada;
- e) colaboração com outras forças policiais na manutenção da ordem, na acção contra a criminalidade violenta e organizada, na protecção e segurança de altas individualidades e objectos estratégicos.

ARTIGO 28

(Unidade de Protecção de Altas Individualidades)

A Unidade de Protecção de Altas Individualidades é preparada e vocacionada para garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania do Estado e de altas individualidades nacionais e estrangeiras.

ARTIGO 29

(Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns)

A Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns é preparada e destinada, fundamentalmente, para intervir nas seguintes situações:

- a) combater situações de alto risco que ultrapassem os meios do policiamento clássico;
- b) combater o terrorismo;
- c) levar a cabo acções para o resgate de reféns.

ARTIGO 30

(Unidade Canina)

1. A Unidade Canina é vocacionada, fundamentalmente, para participar em acções de garantia da ordem e segurança públicas que exijam a utilização de canídeos, especialmente treinados para o efeito:

2. A Unidade Canina presta auxílio nas seguintes situações:

- a) controlo de massas;
- b) detecção de explosivos;
- c) detecção de drogas;
- d) detecção de pessoas e cadáveres em casos de acidentes e catástrofes;
- e) segurança fronteira, aeroportos, portos, gares e outros terminais de passageiros e mercadorias.

ARTIGO 31

(Unidade de Cavalaria)

1. A Unidade de Cavalaria é vocacionada, fundamentalmente, para participar em acções de garantia da ordem e segurança públicas que exijam a utilização de cavalos, especialmente treinados para o efeito.

2. A Unidade de Cavalaria presta auxílio nas seguintes situações:

- a) patrulhamento;
- b) controlo de massas.

ARTIGO 32

(Unidade de Desactivação de Engenheiros Explosivos)

A Unidade de Desactivação de Engenheiros Explosivos é preparada para a detecção e desactivação de explosivos.

CAPÍTULO IV

(Direitos e deveres dos membros da PRM no exercício das suas funções)

ARTIGO 33

(Uso de meios coercivos)

1. A qualquer resistência ilegítima aos membros da PRM, no exercício das suas funções ou em caso de perturbação da ordem e tranquilidades públicas, é permitido o uso da força e meios estritamente necessários e proporcionais à resistência, se outros meios de persuasão não forem suficientes.

2. É permitido o uso de meios coercivos, especialmente nos seguintes casos:

- a) para repelir uma agressão ilícita, em curso ou eminente, de interesses juridicamente protegidos, em defesa própria ou de terceiros;
- b) para vencer a resistência à execução de um serviço no exercício das suas funções, depois de ter procedido à intimação formal de obediência e esgotados outros meios para o conseguir;
- c) para efectuar detenções, nos precisos termos fixados em legislação processual penal.

3. O uso de meios coercivos conforma-se com os princípios da necessidade, da proporcionalidade e da razoabilidade.

ARTIGO 34

(Uso de arma de fogo)

1. No exercício das suas funções a PRM tem o direito à posse e uso de armas individuais e colectivas e de outros meios auxiliares e adequados ao cumprimento da sua tarefa.

2. A utilização de armas de fogo obedece ao fixado em regulamentos específicos.

ARTIGO 35

(Direitos dos membros da PRM)

1. O membro da PRM goza de todos direitos, liberdades e garantias reconhecidos aos demais cidadãos, sem prejuízo das restrições previstas por lei.

2. O membro da PRM goza ainda de todos os direitos dos funcionários e agentes do Estado, sem prejuízo dos direitos que lhe possam assistir na qualidade de membro das Forças de Defesa e Segurança.

ARTIGO 36

(Deveres dos membros da PRM)

Os membros da PRM devem em todas as acções fortalecer a honra, o prestígio e a dignidade da Polícia, particularmente:

- a) ter comportamento exemplar, cortês, disciplinado e apartidário;
- b) agir pela persuasão e autoridade moral, só recorrendo à força em caso de necessidade;
- c) ostentar a sua identificação quando uniformizados;
- d) identificar-se sempre que haja necessidade de fazer uso das suas atribuições profissionais, quando trajado à civil;
- e) respeitar a ética e a deontologia profissional.

CAPÍTULO V

Normas gerais de ingresso e juramento

ARTIGO 37

(Normas gerais de ingresso)

1. O ingresso na PRM efectiva-se com a formação e juramento da bandeira, nos termos da lei.

2. São normas gerais de ingresso na PRM:

- a) ser cidadão moçambicano de nacionalidade originária;
- b) ter idade não inferior a 18 anos e não superior a 30 anos;
- c) ser voluntário;
- d) ter condição física e psíquica compatível com a função policial;
- e) ter compleição física adequada para o exercício da função;
- f) possuir formação académica adequada para exercício da função;
- g) ter aprovado nos procedimentos de selecção para o curso de ingresso;
- h) ter aprovado no curso de ingresso.

3. Os cidadãos que tenham cumprido o Serviço Efectivo Normal nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique gozam de preferência no ingresso na PRM, nos termos da lei.

ARTIGO 38

(Juramento)

Os membros da PRM prestam o seguinte juramento:

“Eu (nome), membro da Polícia da República de Moçambique, juro por minha honra, respeitar, cumprir e defender a Constituição e as leis da República de Moçambique; defender a Pátria e soberania nacional; respeitar e ser fiel ao Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança; combater a criminalidade; garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas; respeitar a disciplina e a ética da Polícia da República de Moçambique”.

CAPÍTULO VI

Símbolos, títulos, honras e dia da PRM

ARTIGO 39

(Símbolos)

1. São símbolos da PRM:

- a) emblema;
- b) estandartes;
- c) flâmulas.

2. A PRM tem o emblema, constante do Anexo I da presente Lei e que dela faz parte integrante, que contém, em fundo circular verde os seguintes elementos que constam da bandeira nacional, orlados em cor preta: uma estrela tendo sobre ela um livro, ao qual se sobrepõe uma arma e uma enxada cruzadas. Na parte superior do conjunto de elementos consta a inscrição “Polícia” e na parte inferior a inscrição “Moçambique” em cor preta. A circundar este conjunto está uma roda dentada, de cor prateada, assente sobre um raioado de cor castanha – alaranjada, de centro amarelo.

3. O estandarte da PRM, constante do Anexo II da presente Lei e que dela faz parte integrante, contém, no centro em fundo, verde, o emblema da PRM, circundado por duas folhas de louros douradas, assentes num listel de fundo amarelo, constituído por três semi-círculos virados para baixo com a inscrição “PELA LEI E ORDEM” em cor preta, de fonte Arial.

4. A flâmula da PRM, constante do Anexo III da presente Lei e que dela faz parte integrante, é constituída pelo estandarte com as bordaduras onduladas de cor dourada.

5. Os estandartes e as flâmulas dos Ramos da Polícia de Ordem e Segurança Pública, da Polícia de Investigação Criminal, da Polícia de Fronteiras, da Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial e das Unidades de Operações Especiais e de Reserva, nomeadamente, a Unidade de Intervenção Rápida, Unidade de Protecção de Altas Individualidades, Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns, Unidade Canina, Unidade de Cavalaria e Unidade de Desactivação de Engenheiros Explosivos são aprovados pelo Governo e constam do Regulamento da presente Lei.

ARTIGO 40

(Títulos e honras)

1. A PRM e os respectivos órgãos identificam-se por insígnias e outros símbolos específicos da instituição policial.

2. Os membros da Polícia têm direito aos títulos, honras, distinções e precedências adequadas à sua condição nos termos da lei.

ARTIGO 41

(Dia da PRM)

A data comemorativa da PRM é o dia 17 de Maio, dia da criação do corpo de Polícia de Moçambique, pelo Governo de transição, em 1975.

CAPÍTULO VII

Sistema de patentes e postos

ARTIGO 42

(Objectivo)

O Sistema de Patentes e Postos na Polícia da República de Moçambique visa a hierarquização dos membros da PRM nas diferentes classes e postos, contribuir para elevação do nível de disciplina dos membros da PRM, bem como facilitar a sua identificação.

CAPÍTULO VIII

Hierarquia

ARTIGO 43

(Classes e postos)

Existem na Polícia da República de Moçambique as seguintes classes e postos hierárquicos:

1. Classe de oficiais que compreende:

- a) Inspector-Geral da Polícia;
- b) Comissários da Polícia;
- c) Superintendentes da Polícia;
- d) Inspectores da Polícia.

2. O Inspector-Geral da Polícia e os oficiais comissários, assim como os oficiais superintendentes e oficiais inspectores da Polícia da República de Moçambique são oficiais gerais, superiores e subalternos, respectivamente.

3. Posto de Sargentos da Polícia.

4. Posto de Guardas da Polícia.

ARTIGO 44

(Patentes e postos)

1. Na Polícia da República de Moçambique as denominações hierárquicas correspondentes as classes de oficiais designam-se Patentes e às correspondentes a classe de sargentos e guardas designam-se Postos.

2. As patentes e postos que identificam a hierarquia policial, exprimem-se por Galões e Divisas conforme os modelos constantes do Anexo IV da presente Lei e que dela fazem parte integrante.

3. Os elementos de fundo das patentes do Inspector-Geral e dos oficiais comissários da Polícia são dourados, e os elementos de fundo das patentes dos oficiais superiores, subalternos e postos, são prateados.

ARTIGO 45

(Designação de graus de patentes e postos)

1. As patentes compreendem os seguintes graus:

- a) Na classe de Comissários da Polícia/Oficiais Gerais:
 - Inspector-Geral da Polícia;
 - Comissário da Polícia;
 - Primeiro- Adjunto do Comissário da Polícia;
 - Adjunto do Comissário da Polícia.
- b) Na classe de Superintendentes da Polícia/oficiais superiores:
 - Superintendente Principal da Polícia;
 - Superintendente da Polícia;
 - Adjunto de Superintendente da Polícia.
- c) Na classe de Inspectores da Polícia/oficiais subalternos:
 - Inspector Principal da Polícia;
 - Inspector da Polícia;
 - Subinspector da Polícia.

2. Os postos compreendem os seguintes graus:

- a) Na classe de Sargentos da Polícia:
 - Sargento Principal da Polícia;
 - Sargento da Polícia;
- b) Na classe de Guardas da Polícia:
 - Primeiro-Cabo da Polícia;
 - Segundo-Cabo da Polícia;
 - Guarda da Polícia.

ARTIGO 46

(Critério de atribuição de patente e postos)

A atribuição de patentes e postos e as promoções subsequentes são feitas nos termos do Estatuto da Polícia e tendo em conta, entre outros, os seguintes critérios:

- a) fidelidade à Nação e à Pátria moçambicana;
- b) competência profissional;
- c) dedicação, disciplina e bom comportamento;
- d) habilitação com curso adequado;
- e) nível académico;
- f) antiguidade;
- g) selecção;
- h) escolha;
- i) a título excepcional.

CAPÍTULO IX

Competências para a atribuição de patentes e postos

ARTIGO 47

(Comissários da Polícia)

A atribuição de patentes, bem como a promoção, despromoção, demissão, expulsão e passagem à reserva de Oficiais Comissários da Polícia, são da competência do Presidente da República de Moçambique, na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, sob proposta do Ministro que superintende a área da ordem e segurança públicas.

ARTIGO 48

(Superintendentes da polícia)

A atribuição de patentes, bem como a promoção, despromoção, demissão, expulsão e passagem à reserva de Oficiais Superintendentes da Polícia, são da competência do Ministro que superintende a área da ordem e segurança pública, sob proposta do Comandante-Geral da PRM.

ARTIGO 49

(Inspectores, Sargentos e Guardas da Polícia)

A atribuição de postos bem como a promoção, despromoção, demissão, expulsão e passagem à reserva de Oficiais Inspectores, bem como de sargentos e guardas da Polícia, são da competência do Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique, sob proposta das respectivas hierarquias.

CAPÍTULO X

Disposições diversas

ARTIGO 50

(Protecção de identificação e registo)

1. Por motivos de ordem e segurança públicas e por conveniência da investigação criminal a identidade e categoria dos agentes de investigação criminal podem ser codificadas, emitindo-se documentos legais de identidade alternativa.

2. O disposto no número anterior aplica-se, com as necessárias adaptações, aos meios materiais e equipamentos utilizado na investigação criminal.

ARTIGO 51

(Fiscalização preventiva)

Ficam isentos de fiscalização prévia, sem prejuízo de fiscalização sucessiva os actos relativos a nomeação, promoções, progressões, substituições e transferências dos membros da PRM.

ARTIGO 52

(Regime disciplinar)

A Polícia da República de Moçambique rege-se por normas de disciplina próprias, aprovadas pelo Conselho de Ministros.

ARTIGO 53

(Regulamentação)

Compete ao Conselho de Ministros regulamentar a presente Lei, no prazo de 90 dias após a sua entrada em vigor, definindo, igualmente, os termos de transição do pessoal da antiga nomenclatura sem perda dos direitos adquiridos.

ARTIGO 54

(Revogação)

São revogadas a Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, e a Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro.

ARTIGO 55

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 22 de Maio de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Publique-se.

Promulgada, aos 28 de Junho de 2013.

O Presidente da República, *Armando Emílio Guebuza*.

ANEXO I – Emblema da PRM a que se refere o artigo 39, da presente Lei



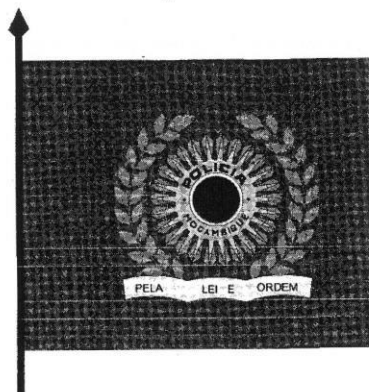
O emblema da PRM, em anexo a presente Lei e que dela faz parte integrante, que contém, em fundo circular verde, os seguintes elementos que constam da bandeira nacional, orlados em cor preta: uma estrela tendo sobre ela um livro, ao qual se sobrepõem uma arma e uma enxada cruzadas. Na parte superior do conjunto de elementos consta a inscrição «Polícia» e na parte inferior a inscrição «Moçambique», em cor preta.

A circundar este conjunto está uma roda dentada, de cor prateada, assente sobre um raioado de cor castanha-alaranjada, de centro amarelo.

12 DE AGOSTO DE 2013

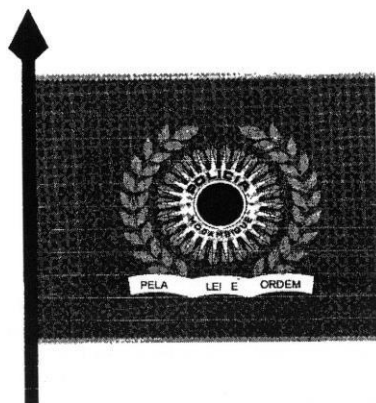
8 — (53)

ANEXO II – Estandarte a que se refere o artigo 39, da presente Lei



O Estandarte é o Brazão da PRM, em anexo a presente Lei e que dela faz parte integrante, contém no centro, em fundo verde, o emblema da PRM, circundados por duas folhas de louros douradas, assentes num listel de fundo amarelo, constituído por três semi-círculos virados para baixo com a inscrição «PELA LEI E ORDEM» em cor preta, de fonte Arial.

ANEXO III - Flâmula a que se refere o artigo 39, da presente Lei

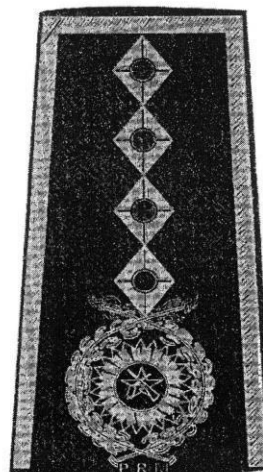


A Flâmula da PRM é o Galhardete da PRM, em anexo a presente Lei e que dela faz parte integrante, constituído pelo Estandarte, com as bordaduras onduladas de cor dourada.

ANEXO IV– A que se refere o artigo 44 da presente Lei

1. Classe de Comissários da Polícia (Oficiais Gerais)

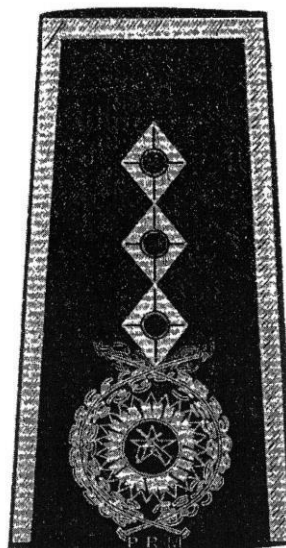
a) Inspector-Geral da Polícia



Inspector-Geral da Polícia

Uniforme de gala e em fundo do mesmo tecido do casaco dos uniformes de cerimónia, de serviço e de campanha, antecedido das iniciais PRM.

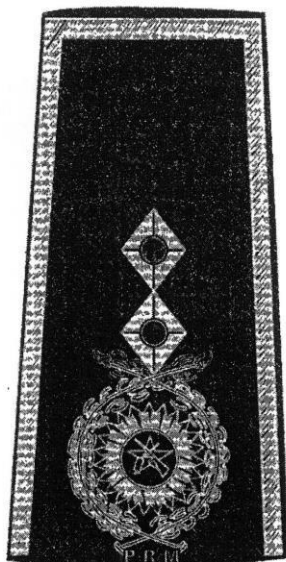
b) Comissário da Polícia



Comissário da Polícia

O distintivo tem como elementos centrais, em cor dourada, o emblema da PRM, circundado por dois ramos de louro e três losangos com centro circular em preto assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

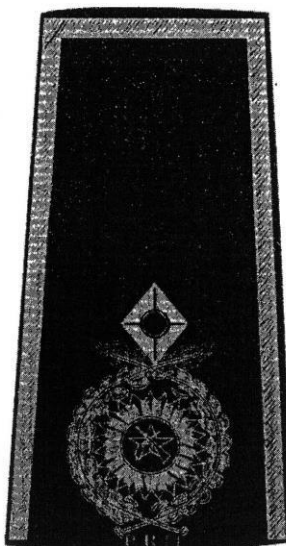
c) Primeiro Adjunto do Comissário da Polícia



Primeiro Adjunto do Comissário da Polícia

O distintivo tem como elementos centrais, em cor dourada, o emblema da PRM e dois losangos com centro circular em preto assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

d) Adjunto do Comissário da Polícia

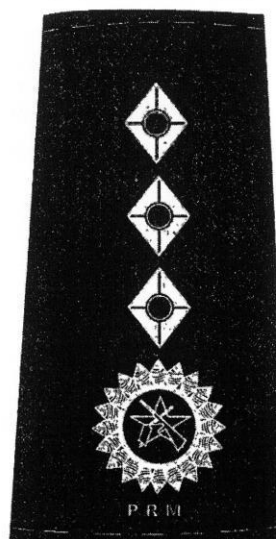


Adjunto do Comissário da Polícia

O distintivo tem como elementos centrais, em cor dourada, o emblema da PRM e um losango com centro circular em preto assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

2. Classe de Superintendentes da Polícia (Oficiais Superiores)

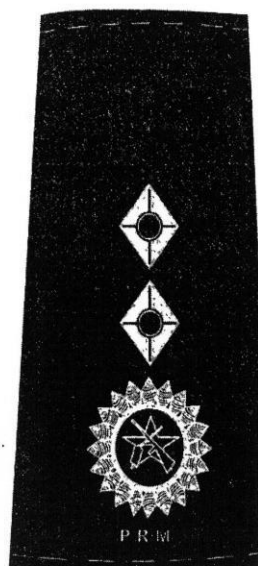
a) Superintendente Principal da Polícia



Superintendente Principal da Polícia

O distintivo tem como elementos centrais, em cor prateada, o emblema da PRM e três losangos com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior, antecedido de iniciais PRM.

b) Superintendente da Polícia



Superintendente da Polícia

O distintivo tem como elemento principal, em cor prateada, o emblema da PRM e dois losangos com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

c) Adjunto de Superintendente da Polícia

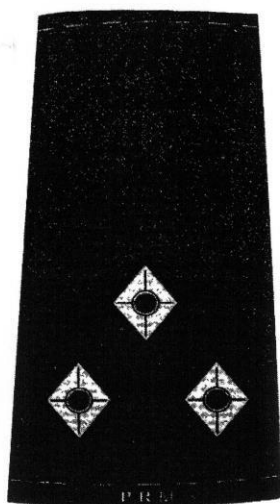


Adjunto de Superintendente da Polícia

O distintivo, tem como elementos principais, em cor prateada, o emblema da PRM e um losango, com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

3. Classe dos Inspectores da Polícia (Oficiais Subalternos)

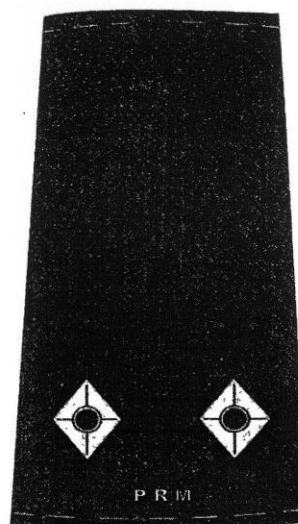
a) Inspector Principal da Polícia



Inspector Principal da Polícia

O distintivo, tem como elementos principais, em cor prateada, três losangos com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

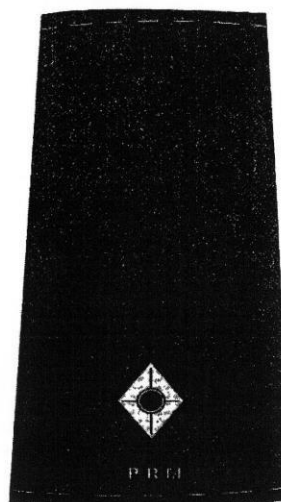
b) Inspector da Polícia



Inspector da Polícia

O distintivo, tem como elementos principais, em cor prateada, dois losangos com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

c) Subinspector da Polícia



Subinspector da Polícia

O distintivo, tem como elemento principal, em cor prateada, um losango com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

4. Classe de Sargentos da Polícia
a) Sargento Principal da Polícia



Sargento Principal da Polícia

O distintivo contém como elementos principais, três divisas em ângulo, com vértice para a parte inferior e um galão, em cor prateada, assentes em passadores do mesmo tecido do casaco do uniforme de cerimónia e do dólman do uniforme de serviço.

b) Sargento da Polícia



Sargento da Polícia

O distintivo contém como elementos principais, três divisas em ângulo, com vértice para a parte inferior em cor prateada, assentes em passadores com os mesmos fundos do distintivo anterior.

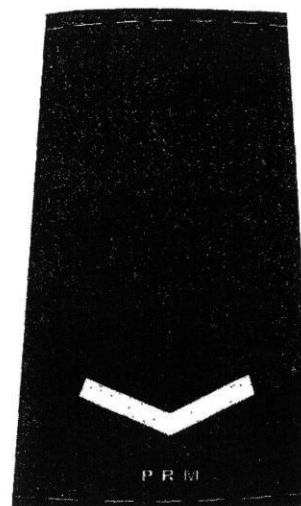
5. Classe dos Guardas da Polícia
a) 1.º Cabo da Polícia



Primeiro Cabo da Polícia

O distintivo tem como elementos principais, duas divisas em ângulo, com vértice para a parte inferior, em cor prateada, assentes em passadores do mesmo tecido do dólman do uniforme de serviço.

b) 2º Cabo da Polícia



Segundo Cabo da Polícia

O distintivo tem como elemento principal, uma divisa em ângulo, com vértice para a parte inferior, em cor prateada, assente em passadores do mesmo tecido do distintivo anterior.

12 DE AGOSTO DE 2013

518 — (57)

3. Guarda da Polícia



Guarda da Polícia

O distintivo tem apenas iniciais “PRM” assentes em passadores do mesmo tecido do distintivo anterior

Lei n.º 17/2013

de 12 de Agosto

Havendo necessidade de rever a Lei n.º 17/2007, de 18 de Julho, Regimento da Assembleia da República, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 179 da Constituição, a Assembleia da República determina:

Artigo 1. É aprovado o Regimento da Assembleia da República, em anexo, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2. É revogada a Lei n.º 17/2007, de 18 de Julho.

Art. 3. A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 22 de Maio de 2013. — A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Publique-se.

Promulgada em 28 de Junho de 2013. O Presidente da República, *ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA*.

Regimento da Assembleia da República

A Assembleia da República é o órgão representativo dos moçambicanos que, no seu funcionamento observa os princípios de democracia, transparência e de igualdade.

Desde a sua criação em 1975 funcionou com base em regras que experimentaram profundas transformações.

Em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz e à luz da Constituição de 1990, consolidou-se a democracia multipartidária e melhorou-se o mecanismo de relacionamento dos órgãos de soberania e demais instituições.

A Assembleia da República multipartidária aprovou Regimentos, em 1995, 2001 e 2007, visando adequar o seu

A Assembleia da República acompanha a dinâmica do País, a necessidade de adequar o seu funcionamento à Constituição, consagra as boas práticas, atenta à sua modernização.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1

(Objecto)

O Regimento da Assembleia da República tem por objecto definir e regular as competências da Assembleia da República, bem como o seu relacionamento com as demais instituições do Estado e outras pessoas jurídicas.

ARTIGO 2

(Definição)

1. A Assembleia da República é o órgão representativo de todos os cidadãos moçambicanos.

2. O Deputado representa todo o país e não apenas o círculo pelo qual é eleito.

ARTIGO 3

(Âmbito)

O Regimento da Assembleia da República, abreviadamente, designado por RAR, estabelece as normas de organização e funcionamento da Assembleia da República, bem como o seu relacionamento com os demais órgãos e instituições do Estado e outras pessoas jurídicas.

ARTIGO 4

(Função)

1. A Assembleia da República é o mais alto órgão legislativo na República de Moçambique.

2. A Assembleia da República determina as normas que regem o funcionamento do Estado e a vida económica e social através de leis, resoluções, moções e deliberações de carácter genérico.

ARTIGO 5

(Sede da Assembleia da República)

1. A Assembleia da República tem a sua sede na capital da República de Moçambique.

2. As instalações da Assembleia da República são invioláveis.

ARTIGO 6

(Legislatura)

1. A legislatura tem a duração de cinco anos e inicia com a sessão da investidura dos deputados da Assembleia da República, nos termos do artigo 185 da Constituição e termina com a investidura de novos deputados eleitos.

2. A sessão para a investidura dos Deputados da Assembleia da República tem lugar até vinte dias após a validação e proclamação dos resultados eleitorais.

ARTIGO 7

(Convocação e presidência da sessão para a investidura dos Deputados)

1. A sessão, para investidura dos Deputados é convocada e presidida pelo Chefe do Estado, nos termos da Constituição.

2. Depois de aberta a sessão, o Presidente do Conselho Constitucional procede à leitura da acta que valida e proclama

